



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Anderson Rany Cardoso da Silva

**VARIAÇÃO, MUDANÇA LINGUÍSTICA E PORTUGUÊS DO BRASIL NA
GRAMMATICA PORTUGUEZA: CURSO SUPERIOR (1920 [1887]), DE JOÃO
RIBEIRO (1860-1934)**

João Pessoa – PB
2021

ANDERSON RANY CARDOSO DA SILVA

**VARIAÇÃO, MUDANÇA LINGUÍSTICA E PORTUGUÊS DO BRASIL NA
GRAMMATICA PORTUGUEZA: CURSO SUPERIOR (1920 [1887]), DE JOÃO
RIBEIRO (1860-1934)**

Dissertação apresentada à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para a obtenção do grau de mestre em Linguística, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira.

João Pessoa – PB
2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586v Silva, Anderson Rany Cardoso da.

Variação, mudança linguística e português do Brasil na Grammatica Portuguesa : Cuso Superior (1920 [1887]), de João Ribeiro (1860-1934) / Anderson Rany Cardoso da Silva. - João Pessoa, 2021.
130 f. : il.

Orientação: Francisco Eduardo Vieira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Historiografia da linguística. 2. Gramática escolar.
3. Língua portuguesa - Brasil. 4. Variação e mudança linguística. I. Vieira, Francisco Eduardo. II. Título.

UFPB/BC

CDU 81(043)



**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
ANDERSON RANY CARDOSO DA SILVA**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um (26/02/2021), às catorze horas e trinta minutos, realizou-se, via Plataforma Google Meet, a sessão pública de defesa de Dissertação intitulada “**Variação, mudança linguística e português do Brasil na Grammatica Portuguesa: Curso Superior (1920 [1887]), de João Ribeiro (1860-1934)**”, apresentada pelo mestrando **ANDERSON RANY CARDOSO DA SILVA**, Licenciado em **Letras** pela **Universidade Estadual da Paraíba – UEPB** e concluinte dos créditos para obtenção do título de MESTRE EM LINGÜÍSTICA, área de concentração **Linguística e Práticas Sociais**, segundo encaminhamento do Prof. Dr. José Ferrari Neto, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. O Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira (PROLING – UFPB), na qualidade de orientador, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os Professores Doutores Leonardo Gueiros da Silva (Examinadora/UFPB) e Camilo Rosa Silva (Examinador/PROLING-UFPB). Dando início aos trabalhos, o senhor Presidente Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra ao Mestrando para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguido pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o conceito **APROVADA**. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar a presente ata foi lavrada e assinada por todos os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 26 de fevereiro de 2021.

Observações

Prof(a). Dr(a). Francisco Eduardo Vieira
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof(a). Dr(a). Leonardo Gueiros da Silva
(Examinador)

Prof(a). Dr(a). Camilo Rosa Silva
(Examinador)

Ao meu avô paterno, pela perseverança e coragem!

AGRADECIMENTOS

Às forças provenientes do *universo*, que me deram entusiasmo nessa etapa acadêmica.

Aos meus *pais*, que, presentes ou distantes, me proporcionaram incentivos plausíveis na conclusão deste curso de mestrado.

Aos *meus amigos* e às *minhas amigas*, que me conceberam alegria, risadas e entretenimento durante o processo de escrita acadêmica.

Ao professor *Francisco Eduardo Vieira*, orientador do trabalho, pelo honroso compromisso de me orientar e pelos conhecimentos historiográficos e gramaticais que me ensinou nesta fase da vida acadêmica.

Aos professores *Carlos Alberto Faraco* e *Camilo Rosa Silva*, banca de qualificação, pelas orientações, dicas e sugestões sobre o texto.

Aos professores *Camilo Rosa Silva* e *Leonardo Gueiros*, banca de defesa, pela leitura atenta e valiosa da dissertação.

Aos componentes do grupo de pesquisa *HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas*, pelos encontros virtuais e enriquecedores durante o ano de 2020.

À *Emily Medeiros* e *Natássia Ribeiro*, grandes colegas e grandes amigas, por tudo de bom que me proporcionaram nessa caminhada.

À *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, pela concessão da bolsa de estudos.

RESUMO

Esta dissertação investiga, numa perspectiva historiográfica, a abordagem da variação linguística, da mudança linguística e do português do Brasil na *Grammatica Portugueza: Curso Superior* (1920 [1887]), de João Ribeiro (1860-1934). Tecemos para esta pesquisa alguns objetivos específicos: i) investigar as concepções, explícitas ou subjacentes, de variação e mudança linguística presentes na fonte historiográfica selecionada; ii) apontar os posicionamentos do autor, favoráveis ou contrários, em relação aos temas linguísticos em estudo nesta dissertação; iii) identificar os fenômenos fonéticos/fonológicos, morfológicos e sintáticos que o autor utiliza para tratar a variação e a mudança linguística; iv) analisar os discursos sobre a figura intelectual de João Ribeiro, frutos da história da linguística brasileira, e sua relação com o português do Brasil, bem como identificar as concepções adotadas pelo gramático sobre essa variedade do português; v) examinar os movimentos de retórica vinculados à gramática de João Ribeiro, bem como identificar as influências recebidas pelo autor para a produção de sua obra. Para alcançar esses objetivos, a investigação busca respaldo teórico-metodológico na Historiografia da Linguística (SWIGGERS, 2004, 2013, 2014; KOERNER, 2014; ALTMAN, 2009, 2012). Essa disciplina descreve e explica o curso evolutivo do conhecimento linguístico. As preocupações da área não residem somente em apresentar a história, mas também em interpretá-la. Apoiamos nossas reflexões analíticas na categoria de análise *camadas do conhecimento linguístico*, proposta por Swiggers (2004), que possibilita investigar, em uma perspectiva dinâmica, o desenvolvimento dos estudos gramaticais. Nesse sentido, analisamos o contexto em que se insere a gramática (*camada contextual*), os conceitos gramaticais (*camada teórica*), a condução do trabalho gramaticográfico realizado pelo gramático (*camada técnica*) e o exemplário utilizado nas fontes (*camada documental*). Ao analisarmos a camada contextual da obra, identificamos que João Ribeiro se constituiu como uma figura múltipla pela força de sua intelectualidade nos anos finais do século 19 e anos iniciais do século 20, bem como pelo fato de ter se baseado em outros inúmeros textos e autores para a produção de sua gramática. Além disso, a análise dessa camada ainda nos deu espaço para entendermos que João Ribeiro se afasta da figura defensora do português do Brasil, conforme parece sinalizar, de um modo geral, a história da gramática no Brasil. Pelo contrário, nessa gramática, João Ribeiro se revela um gramático que reduz o português do Brasil a um conjunto de “brasileirismos” condenáveis. A partir da análise da camada teórica, percebemos que João Ribeiro conceitua inúmeros tipos de gramática (geral/universal, particular, histórica, comparativa e descritiva) e se filia ao método histórico-comparativo e, talvez por esse motivo, aborda por meio da interdição a variação linguística e por meio da aceitação a mudança linguística. Focalizando a camada técnica, observamos que, apesar de reconhecer a existência de um português do Brasil, João Ribeiro o trata, de fato, a partir de um juízo explícito de valor negativo. Por fim, com a análise da camada documental, concluímos que o gramático, além de utilizar exemplos criados por ele no trato da língua, faz uso de um aparato baseado na escrita literária pregressa, constituído de autores de literatura portuguesa pertencentes a diferentes momentos históricos do português.

Palavras-chave: Historiografia da Linguística. Gramática escolar. Português do Brasil. Variação e mudança linguística.

ABSTRACT

This dissertation investigates, in a historiographical perspective, the approach to linguistic variation, linguistic change and Brazilian Portuguese in *Grammatica Portuguesa: Curso Superior* (1920 [1887]), by João Ribeiro (1860-1934). We weave for this research some specific objectives: i) to investigate the explicit or underlying conceptions of linguistic variation and change present in the selected historiographical source; ii) to point out the author's positions, favorable or contrary, in relation to the linguistic themes under study in this dissertation; iii) to identify the phonetic/phonological, morphological and syntactic phenomena that the author uses to treat linguistic variation and change; iv) to analyze the speeches about the intellectual figure of João Ribeiro, fruits of the history of Brazilian linguistics, and his relationship with Brazilian Portuguese, as well as identify the conceptions adopted by the grammarian about this variety of Portuguese; v) to examine the rhetorical movements linked to João Ribeiro's grammar, as well as to identify the influences received by the author for the production of his work. To achieve these objectives, the research seeks theoretical and methodological support in the Historiography of Linguistics (SWIGGERS, 2004, 2013, 2014; KOERNER, 2014; ALTMAN, 2009, 2012). This discipline describes and explains the evolutionary course of linguistic knowledge. The concerns of the area do not reside only in presenting history, but also in interpreting it. We support our analytical reflections in the category of layer analysis of linguistic knowledge, proposed by Swiggers (2004), which makes it possible to investigate, from a dynamic perspective, the development of grammatical studies. In this sense, we analyze the context in which grammar is inserted (*contextual layer*), grammatical concepts (*theoretical layer*), the conduct of grammatical work carried out by the grammarian (*technical layer*) and the example used in the sources (*documental layer*). When we analyzed the contextual layer of the work, we identify that João Ribeiro was constituted as a multiple figure by the strength of his intellectuality in the late 19th century and early 20th century, as well as by the fact that he based himself on numerous other texts and authors for the production of his grammar. Moreover, the analysis of this layer still gave us space to understand that João Ribeiro moves away from the defending figure of the Portuguese of Brazil, as it seems to signalize, in a general way, the history of grammar in Brazil. On the contrary, in this grammar, João Ribeiro reveals himself to be a grammarian who reduces Brazilian Portuguese to a set of condemnable "Brazilianisms". From the analysis of the theoretical layer, we realize that João Ribeiro conceptualizes several types of grammar (general/universal, particular, historical, comparative and descriptive) and adheres to the historical-comparative method and, perhaps for this reason, approaches linguistic variation through interdiction and through acceptance of linguistic change. Focusing on the technical layer, we observe that, despite recognizing the existence of a Brazilian Portuguese, João Ribeiro in fact treats it from an explicit judgment of negative value. Finally, with the analysis of the documental layer, we conclude that the grammarian, besides using examples created by him in the treatment of the language, makes use of an apparatus based on previous literary writing, constituted of authors of Portuguese literature belonging to different historical moments of Portuguese.

Keywords: Historiography of Linguistics. School grammar. Brazilian Portuguese. Linguistic variation and change.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Grupos de pesquisa em HL que contribuem para o estado da arte em foco	17
Quadro 2 – Mapeamento da variação linguística.....	46
Quadro 3 – Mapeamento da mudança linguística.....	46
Quadro 4 – Síntese do quadro metodológico da pesquisa	47
Quadro 5 – Citações a outros textos na GP.....	70
Quadro 6 – Excertos extraídos do livro A Língua Nacional (1933 [1921]), de João Ribeiro	75
Quadro 7 – Tipos de gramática na GP	81
Quadro 8 – Abordagem da variação linguística na GP.....	85
Quadro 9 – Abordagem da mudança linguística na GP.....	88
Quadro 10 – Organização da GP	94
Quadro 11 – Ordem dos termos da oração para a GP.....	96
Quadro 12 – Prescrições na GP	98
Quadro 13 – Proscrições na GP	99
Quadro 14 – Exceções na GP.....	100
Quadro 15 – Citações, extraídas da GP, sem juízo de valor explícito sobre o português do Brasil.....	101
Quadro 16 – Citações, extraídas da GP, com juízo de valor explícito sobre o português do Brasil.....	102
Quadro 17 – Parte do exemplário extraído da morfologia da GP.....	104
Quadro 18 – Parte do exemplário extraído da sintaxe da GP	105
Quadro 19 – Parte do exemplário extraído da fonologia da GP	108
Quadro 20 – Síntese da camada contextual da GP	113
Quadro 21 – Síntese da camada teórica da GP	114
Quadro 22 – Síntese da camada técnica da GP.....	115
Quadro 23 – Síntese da camada documental da GP	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema das camadas teóricas	38
Figura 2 – Capa dos objetos de análise	44
Figura 3 – Relações teóricas da GP com outros autores e outros textos	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exemplário de literatura da GP	110
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PIBIC Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

UEPB Universidade Estadual da Paraíba

HL Historiografia da Linguística

HGEL Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas

GBCP Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português

GP *Grammatica Portugueza: Curso Superior* (1920 [1887]), de João Ribeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Tema e objeto de pesquisa.....	14
1.2	Estado da arte: pesquisas sobre o tema e o período em foco	15
1.3	Contextualização dos anos 1920: reflexão sobre língua e identidade nacional	20
1.4	Perguntas de pesquisa	23
1.5	Objetivos de pesquisa	23
1.6	Justificativas	24
1.7	Organização da dissertação	26
2	FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA	28
2.1	Historiografia da Linguística: definindo a disciplina	28
2.2	O fazer historiográfico: tarefas, dimensões e princípios	30
2.3	A retórica: argumentos e posicionamentos.....	33
2.4	A influência: rede de saberes e inspirações	35
2.5	As camadas do conhecimento linguístico	37
3	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	40
3.1	Fases da pesquisa historiográfica	41
3.2	Fontes da pesquisa historiográfica	43
3.3	Descrição dos conceitos da fonte e categorias de análise.....	46
3.4	Síntese do quadro metodológico	47
4	DISCUSSÕES SOBRE VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS ANOS 1920.....	49
4.1	Variação e mudança linguística: contextualizando o tema	50
4.2	O ensino de português no início do século 20	56
4.3	Gramáticas escolares: discussões, conceitos e objetos de ensino	60
5	TECENDO AS ANÁLISES HISTORIOGRÁFICAS: AS CAMADAS DO CONHECIMENTO LINGÜÍSTICO	66
5.1	Grammatica Portuguesa: Curso Superior (1920 [1887]), de João Ribeiro	67
5.1.1	Camada contextual: analisando o contexto da obra e do gramático	67
5.1.2	Camada teórica: analisando o aparato conceitual da gramática	81
5.1.3	Camada técnica: analisando a condução dos trabalhos da gramática	94
5.1.4	Camada documental: analisando o exemplário da gramática	104
5.2	Sistematização das análises	111
5.2.1	Camada contextual.....	112

5.2.2	Camada teórica	114
5.2.3	Camada técnica	115
5.2.4	Camada documental	117
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
	REFERÊNCIAS.....	125

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e objeto de pesquisa

Algumas experiências acadêmicas nos introduziram no campo de investigação da linguística e nos possibilitaram o contato direto com gramáticas, sejam elas escolares ou contemporâneas. Entre essas experiências, destacamos os dois anos de vínculo com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), desenvolvido no curso de Letras da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em que investigamos, sob o viés da Linguística Aplicada, diferentes gramáticas. Em um primeiro ano, gramáticas escolares (VIEIRA e SILVA, 2016)¹; em um segundo ano, gramáticas contemporâneas escritas por linguistas (SILVA, 2018)².

Esse interesse pelo estudo e pela investigação de gramáticas permaneceu ao longo de nossa formação acadêmica. Como consequência não só dessa formação acadêmica, mas também de alguns diálogos entre orientador e orientando, nos propusemos, para definir o tema e o objeto de pesquisa desta dissertação, a realizar a leitura de dois objetos distintos, mas que possuem características comuns, pois ambos são considerados gramáticas escolares: i) a *Gramática Expositiva: Curso Superior* (1926 [1907]), de Eduardo Carlos Pereira; ii) e a *Grammatica Portuguesa: Curso Superior* (1920 [1887]), de João Ribeiro (1860-1934).

Além da leitura desses dois materiais, mapeamos, de início, informações, tanto de cunho contextual, como de cunho conteudístico, sobre os dois materiais. A leitura das gramáticas nos deu espaço para extrair inúmeros temas para reflexão e análise. Citamos, a seguir, alguns desses temas que retiramos de uma primeira leitura e do levantamento que fizemos a partir do contato com as possíveis fontes historiográficas desta dissertação:

- i) mudança gramatical: interdição ou aceitação;
- ii) variação linguística: valoração positiva, negativa ou neutra;
- iii) referência à gramática latina: continuidade ou descontinuidade;
- iv) língua idealizada e ensinada: prescrições, proscricções e exceções.

Além desses temas que foram extraídos das fontes, realizamos a leitura de artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, entre outros gêneros da esfera acadêmica que,

¹ Artigo intitulado *Gramatização, teorias linguísticas e ensino: análise de uma gramática escolar do português* e publicado em 2016 nos Anais do II Congresso Internacional de Linguística e Filologia e XX Congresso Nacional de Linguística e Filologia, realizado no Rio de Janeiro/RJ, em agosto do mesmo ano.

² Trabalho de conclusão de curso de graduação, intitulado *Colocação pronominal em gramáticas contemporâneas do português* e defendido em 2018, na Universidade Estadual da Paraíba.

de algum modo, discutiam sobre as gramáticas mencionadas anteriormente e o contexto que perpassava tais obras.

Nessas leituras, nos atentamos para o fato da existência de uma construção ideológica sobre João Ribeiro (1920) alicerçada na tese de que este gramático foi um defensor da língua nacional (cf. CASTILHO, 1980; FIORIN, 2010; ORLANDI, 2013), no sentido de acolher a variedade brasileira em sua gramática e advogar a favor da configuração, manutenção e desenvolvimento de um português propriamente brasileiro, afastando-se, conseqüentemente, da variedade europeia do português. Contudo, esse discurso teórico (advindo das leituras mencionadas anteriormente) não dialogava em consonância com o material empírico (advindo do mapeamento conteudístico da fonte historiográfica).

Com isso em mente, decidimos selecionar este material, fruto de controvérsias entre o que é teórico e empírico, como ponto de partida e de chegada de nossas análises. Estava, portanto, selecionada a nossa fonte historiográfica, que, a partir de então, ditaria os rumos desta dissertação: deixamos de lado, por ora, a *Gramática Expositiva: Curso Superior* (1926 [1907]), de Eduardo Carlos Pereira, e nos concentramos na *Grammatica Portugueza: Curso Superior* (1920 [1887]), de João Ribeiro.

Além disso, com o mapeamento dos temas em mãos, percebemos, mesmo que implicitamente e sem movimentos analíticos exaustivos, que havia um desequilíbrio de base conceitual e categorial entre os temas da variação e mudança linguística que circulavam na fonte gramatical, tendo em vista que, enquanto um tema era abordado positivamente por João Ribeiro (mudança linguística), o outro era interditado ou até mesmo esquecido (variação linguística). Como dito e é válido reafirmar, isso foi fruto de uma primeira leitura e de um mapeamento preliminar dessa fonte, e não necessariamente de uma análise teoricamente bem fundamentada pelos termos da Historiografia da Linguística.

A partir dessa pequena narrativa, apresentamos de que modo chegamos à decisão pela fonte historiográfica analisada, como também a maneira como definimos o tema dessa pesquisa de mestrado. Na próxima seção, discutiremos sobre o estado da arte do nosso objeto de análise, do nosso tema de pesquisa e do período histórico em foco nesse texto: os anos 1920, ano de publicação da 19ª edição da gramática de que extraímos reflexões e interpretações de cunho historiográfico.

1.2 Estado da arte: pesquisas sobre o tema e o período em foco

O estudo de gramáticas a partir de um viés historiográfico tem despertado o

surgimento de alguns grupos de pesquisa pelo Brasil. Podemos citar alguns desses grupos que trabalham com gramática a partir do arcabouço teórico-metodológico da Historiografia da Linguística (de agora em diante HL). Como forma de sistematizar as informações, produzimos um quadro que apresenta o nome, o(a) líder, o vínculo acadêmico e o ano de formação do grupo, que poderá ser visto, nesta seção, um pouco mais à frente.

Antes de apresentarmos o quadro, é válido apontarmos que foram mencionados apenas os grupos que, indiretamente, apresentaram teses ou dissertações que contribuíram para a constituição do estado da arte de nossa pesquisa. Desse modo, reconhecemos a existência de outros grupos de pesquisa brasileiros que trabalham com HL, além dos que estão sendo citados no quadro 1.

Além disso, os trabalhos vinculados aos grupos de pesquisa citados no quadro não analisam somente gramáticas pretéritas ou contemporâneas. Eles partem, como dito, do viés da HL, examinando não somente fontes gramaticais, mas também teorias linguísticas, agentes intelectuais de épocas passadas e atividades que envolvem o uso da linguagem.

Diante disso, realizamos um levantamento de trabalhos, especificamente dissertações e teses concluídas, que foram produzidos pelos grupos de pesquisa anteriormente mencionados e que tenham alguma relação, do ponto de vista teórico e analítico, com o nosso trabalho.

O levantamento dos trabalhos foi feito através de uma consulta ao Currículo Lattes dos líderes dos grupos de pesquisa. Com a consulta do Lattes, identificamos as dissertações e teses orientadas por esses líderes que se relacionam com o que estamos investigando neste trabalho de mestrado. Outra questão que precisa ser pontuada é que os trabalhos que serão apresentados, nesta seção da dissertação, dizem respeito apenas às dissertações e às teses que conseguimos obter de modo remoto, tendo em vista que algumas, a depender da época da defesa, provavelmente não estão digitalizadas e, conseqüentemente, disponibilizadas na internet.

Nesse sentido, foi dada ênfase aos trabalhos de mestrado e doutorado que abordam a época que estamos estudando, o objeto que estamos analisando e/ou a época que estamos investigando. Para dar conta desse objetivo, apresentaremos, em primeiro lugar, as dissertações e, em seguida, as teses levantadas para descrição. Essas teses e dissertações foram produzidas no âmbito dos seguintes grupos de pesquisa:

Quadro 1 – Grupos de pesquisa em HL que contribuem para o estado da arte em foco

Grupos de Pesquisa			
Nome	Líderes	Vínculo institucional	Ano de formação
Centro de Documentação em Historiografia da Linguística (CEDOCH)	Olga Ferreira Coelho Sansone	Universidade de São Paulo (USP)	1994
Historiografia da Língua Portuguesa	Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos; Dieli Versaro Palma	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	1996
História das Ideias Linguísticas (Brasil e Portugal) e identidade nacional	Leonor Lopes Fávero	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	2002
Gramáticas: história, descrição e discurso	Marli Quadros Leite	Universidade de São Paulo (USP)	2009
Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas (HGEL)	Francisco Eduardo Vieira; Leonardo Gueiros	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2017

Fonte: Elaboração própria (2020).

Do grupo de pesquisa “Centro de Documentação em Historiografia da Linguística” (USP), encontramos a dissertação *Linguística Histórica no Brasil (1950-1990): estudo historiográfico das continuidades e discontinuidades no tratamento da variação e da mudança linguística do português do Brasil*, de Wellington Santos da Silva, defendida em 2016, e a tese *A formação do pensamento linguístico brasileiro: entre a gramática e novas possibilidades de tratamento da língua (1900-1940)*, de José Bento Vidal Neto, defendida em 2020.

A dissertação de Silva (2016) investigou as continuidades e discontinuidades da linguística histórica do século 20 no que diz respeito ao tratamento dos problemas da variação e da mudança linguística e à formulação de conceitos do português do Brasil. Para atender a seus objetivos, tomou como objetos de investigação as obras de Serafim da Silva Neto (1917-1960) e de Fernando Tarallo (1951-1992). Como resultados, o pesquisador verificou que, ao longo do período estudado (1950-1990), a linguística histórica brasileira manteve certa unidade temática em torno da construção da história do português; contudo, apesar dessa unidade, os autores estudados proporcionam diferentes interpretações para o tema da variação e da mudança linguística. Essas diferentes interpretações, de acordo com o pesquisador, dizem respeito ao modo como cada autor, Serafim da Silva Neto e Fernando Tarallo, aborda a variação e a mudança linguística. Nesse sentido, na dissertação de Silva (2016), encontramos que, para Serafim da Silva Neto, a variação linguística foi um de seus principais objetos observacionais, sendo o tema de grande relevância para se entender a natureza do português

falado, ao passo que a mudança linguística foi tomada como um processo determinado por fatores de ordem sociocultural; já para Fernando Tarallo, de acordo com Silva (2016), o tratamento da variação e da mudança linguística teria que ser baseado em informações substanciais sobre a história interna e externa da língua, ou seja, não se podia prezar, ao se pensar sobre os dois assuntos mencionados anteriormente, somente pelos aspectos linguísticos (internos), mas também pelos aspectos extralinguísticos (externos).

A tese de Vidal Neto (2020) abordou a organização disciplinar das reflexões sobre o português nas quatro primeiras décadas do século XX. Desse modo, o pesquisador estudou o papel desempenhado por diferentes gêneros textuais na formação do pensamento linguístico brasileiro. O pesquisador identificou, então, três programas de investigação em torno dessas reflexões: gramatical, filológico e dialetológico. Como resultados, Vidal Neto (2020) aponta que o programa gramatical se manteve ativo no início do século 20 por meio das gramáticas escolares e através de obras que discutiam questões em torno da norma culta; já para os programas filológico e dialetológico, a pesquisa mostrou que as discussões que eram feitas nas gramáticas do século 19 passaram a ser feitas também no século 20, porém através de obras monográficas, espaços que receberam maior aprofundamento.

Decorrente do grupo de pesquisa “Historiografia da Língua Portuguesa” (PUC/SP), identificamos apenas uma dissertação: *As ideias gramaticais de João Ribeiro na Grammatica Portuguesa (3º ano)*, de Cheila Aparecida Bragadin, defendida em 2011.

A dissertação de Bragadin (2011) analisou as ideias linguísticas que permeiam a *Grammatica Portuguesa (3º ano)*, de João Ribeiro. Essa obra foi construída, de acordo com a pesquisadora, por meio da apropriação das ideias linguísticas concebidas pelo momento histórico de sua publicação, anos finais do século 19. Como resultado, Bragadin (2011) identificou que João Ribeiro assumiu novas tendências pautadas no caráter histórico que permeava a mencionada fonte, tendo em vista, por exemplo, que o autor trouxe, para a gramática em análise na pesquisa, as línguas que contribuíram para a formação léxica do português. Além disso, o gramático transpôs suas concepções linguísticas para o conteúdo gramatical, no sentido de assumir, para sua obra, o caráter histórico da língua, como mencionamos anteriormente. Desse modo, de acordo com a autora, João Ribeiro, além de assumir novas tendências gramaticais, defendeu suas concepções linguísticas baseadas no teor histórico da língua.

Produzida pelo grupo de pesquisa “História das Ideias Linguísticas (Brasil e Portugal) e identidade nacional” (PUC/SP), encontramos a seguinte tese: *Estudo descritivo-analítico do*

sujeito gramatical no período de 1881-1915 da gramatização brasileira: entre a tradição e a inovação, de Anderson Monteiro de Andrade, defendida em 2019.

A tese de Andrade (2019) teve como objeto de investigação o sujeito gramatical no recorte temporal que vai de 1881 a 1915, primeira fase da gramática científica. Dessa forma, o pesquisador mapeou algumas gramáticas da época, como a *Grammatica Portugueza* (1881), de Júlio Ribeiro, a *Grammatica da Língua Portuguesa* (1915), de Pacheco da Silva Jr. e Lameira de Andrade, entre outras fontes. Como resultado, o autor aponta que as gramáticas, em termos do conteúdo analisado, transitam entre a tradição e a inovação, tendo em vista que seguem a noção aristotélica de categorização e concebem o sujeito aos moldes filosóficos, mas também procuram romper com a tradição ao se filiarem ao método histórico-comparativo e conceberem o sujeito à luz da modernidade, adotando critérios morfológicos e sintáticos para definir a categoria em destaque.

No grupo de pesquisa “Gramáticas: história, descrição e discurso” (USP), localizamos a tese *A gramatização da língua portuguesa do Brasil: o tratamento da variedade brasileira do português na Grammatica Portugueza (curso superior) de João Ribeiro*, de Marta Batista Ordoñez Antezana, defendida em 2014.

A tese de Antezana (2014) analisou as concepções linguísticas do gramático João Ribeiro acerca da variedade brasileira do português. A pesquisadora fez uso da terceira edição (1889) e vigésima primeira edição (1930) da *Grammatica Portugueza: Curso Superior*. Como resultado, Antezana (2014) pontua que, mesmo sendo inovador, o gramático não conseguiu se libertar das ideias conservadoras e puristas que circulavam em sua época. A tese da autora é, portanto, a de que João Ribeiro é um conservador, embora tenha introduzido, na edição de 1930 de sua gramática, características próprias do português do Brasil e tenha se revelado um autor inovador em outras obras que não são, necessariamente, gramáticas do português do Brasil.

É importante salientarmos sobre as aproximações entre a tese de Antezana (2014) e o que desenvolvemos nesta dissertação, uma vez que, conforme será visto no decorrer do texto, os resultados dela e nossas hipóteses sobre João Ribeiro se complementam. Isso será explorado nos dois capítulos de análise, referente ao contexto e à imanência da nossa fonte historiográfica.

Elaborada no grupo de pesquisa “HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas” (UFPB), encontramos a dissertação *Considerações sobre a sintaxe do português do Brasil em gramáticas do período científico (1880-1920)*, de José Eric da Paixão Marinho, defendida em 2020.

A dissertação de Marinho (2020) investigou o tratamento dado às especificidades sintáticas do português do Brasil em gramáticas do período científico, que vai de 1880 a 1920. Algumas obras analisadas foram as gramáticas de João Ribeiro, Eduardo Carlos Pereira, Júlio Ribeiro, Maximino Maciel, entre outros. Os resultados de sua dissertação mostram que o tratamento da sintaxe nessas obras se configura de modo predominantemente proibitivo e a partir de uma perspectiva de inferioridade do português do Brasil diante da norma lusitana, prescrita e idealizada.

Esse levantamento de informações sobre teses e dissertações serve, portanto, para atestar que há pesquisas já concluídas sobre o nosso tema, nosso período e nosso objeto. Contudo, nenhuma delas parte, especificamente, do anseio de investigar, a uma só vez, a variação, a mudança linguística e o português do Brasil a partir da gramática escolhida para o desenvolvimento desta dissertação: a *Grammatica Portugueza: Curso Superior* (1920 [1887]), de João Ribeiro.

Além disso, a presente pesquisa contribui para o cenário dos estudos linguísticos e historiográficos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), não só pelo tema, mas também por se propor a analisar objetos de cunho historiográfico, nesse caso uma gramática publicada nos anos 1920. Desse modo, a nossa pesquisa, então, é um dos trabalhos em HL vinculados à instituição e ao programa de pós-graduação supracitados, bem como ao grupo de pesquisa “HGEL – Historiografia Gramática e Ensino de Línguas”, co-liderado pelo orientador desse trabalho, Francisco Eduardo Vieira.

Com a finalização dessa discussão e antes da apresentação das perguntas e dos objetivos de pesquisas, realizamos uma contextualização dos anos de 1920, para que possamos compreender melhor a relevância dessa periodização para a dissertação.

1.3 Contextualização dos anos 1920: reflexão sobre língua e identidade nacional

A partir do que foi dito na seção sobre o tema e o objeto desta pesquisa de mestrado, analisamos, então, uma gramática publicada nos anos de 1920 – *Gramática Portugueza: Curso Superior* (1920 [1887]), de João Ribeiro. Para tanto, esta seção se faz necessária para que possamos contextualizar a representatividade dos anos 1920 não só para os estudos linguísticos, mas também para a gramaticografia brasileira. Além dessa representatividade dos anos 1920, expomos aqui também os discursos em curso da história da gramática brasileira sobre João Ribeiro.

Os autores de gramática, para a época, principalmente os brasileiros, não eram considerados meramente autores de gramáticas, uma vez que colaboraram para uma “[...] produção legítima de conhecimentos sobre a língua” (ORLANDI, 2013, p. 177). Desse modo, eles compõem a linha de frente da produção de um conhecimento legítimo sobre língua. Ou seja, os brasileiros, enfim, também podiam escrever e refletir sobre a língua, não sendo, portanto, uma atividade intelectual que se restringia somente aos portugueses.

Segundo defende a linguista anteriormente mencionada, ser autor de gramática na década de 1920 seria, além de reproduzir e prescrever regras de gramática, assumir a responsabilidade de refletir sobre o saber gramatical brasileiro. Autores como João Ribeiro, Júlio Ribeiro, Maximino Maciel, Lameira de Andrade, Pacheco Silva e Eduardo Carlos Pereira, além de assumirem essa responsabilidade, teriam participado da construção do Estado Brasileiro, no que diz respeito ao desenvolvimento das reflexões e discussões sobre a língua. Esse movimento não seria de exclusividade dos anos 1920: ele teria se originado no século 19 e ganhado legitimidade no século 20 (cf. ORLANDI, 2013).

Alguns linguistas, como Fiorin (2010), afirmaram que esses gramáticos do fim do século 19 e começo do 20 contribuíram, com suas gramáticas, para a construção da identidade linguística nacional. No entanto, nesta nossa dissertação, entre uma de nossas pretensões reside o questionamento a essas afirmações que vincularam a escrita das gramáticas à construção da identidade nacional.

Além de Orlandi (2013) e Fiorin (2010), outros autores e pesquisadores discutem sobre uma possível construção da língua nacional por meio dos objetos gramaticais, como Silva (2008), Prado (2015) e Rodrigues (2015). Esse conjunto de autores citados concordam, de acordo com seus escritos explorados nesta dissertação, que as gramáticas não somente funcionaram em épocas passadas como materiais para prescrição de regras e para uso escolar, mas também colaboraram para a construção da identidade nacional a partir de uma língua brasileira.

Diante dessa ideia, nos questionamos neste trabalho até que ponto esses materiais, de fato, contribuem para a construção da identidade nacional a partir da variedade brasileira do português, como apontamos anteriormente. Nos perguntamos, então, para sermos mais específicos: como os conceitos gramaticais descritos por João Ribeiro na fonte historiográfica de nossa pesquisa contribuíram em outrora com essa possível construção da identidade linguística do Brasil?

Empreender esse tipo de questionamento e de crítica é, simultaneamente, reconhecer a relevância do nosso objeto de análise e levantar dúvidas, a partir da análise do que

encontramos efetivamente na gramática de João Ribeiro, quanto às discussões que afirmaram sua contribuição para a construção da identidade linguística brasileira.

Podemos, certamente, concordar com Fiorin (2010), quando ele afirma que, ao contrário do que o senso comum propaga, nem sempre o Brasil foi limitado à condição de colônia. Deve-se reconhecer o fato de que o Brasil foi uma das primeiras experiências bem-sucedidas de criar uma nação fora da Europa. A criação de uma nação foi, então, um diferencial para o país no século 19 e começo do século 20. Nessa época, ocorreram ações que foram de suma importância para solidificar o Estado Nacional. Destacamos aqui, a título de exemplificação, a criação de uma universidade no estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que “até 1920 não havia universidade³, ano em que a primeira foi formada no Rio de Janeiro, com a junção das faculdades de Medicina, de Direito e dos cursos de engenharia da Escola Politécnica” (RAZZINI, 2010, p. 45-46).

De acordo com Silva (2013), a constituição de uma universidade nos anos de 1920 indicou uma ruptura pedagógica. Essa ruptura não é evidenciada somente por isso, mas também porque “[...] no Brasil, até a década de 1920, circularam obras que, na sua maioria, são assinadas por autores estrangeiros, designadamente portugueses e franceses” (CORREIA e SILVA, 2002; TREVISAN, 2011 *apud* SILVA, 2013, p. 241). Isso aponta que, após a década de 20, no Brasil, obras brasileiras originais começaram a ser produzidas e consumidas nos entremeios intelectuais.

Nesse sentido, é possível assinalar que o período detalhado nessa dissertação funcionou com uma espécie de estandarte, abrindo espaço para obras assinadas por autores brasileiros, causando um desprendimento de obras exportadas da Europa, especificamente de Portugal e da França. Ainda que essas obras estrangeiras não tenham sido apagadas ou esquecidas de uma hora para outra, os brasileiros iniciaram, assim, um processo de consumo de obras de autores brasileiros, e não mais estrangeiras.

De certo modo, isso serve para justificarmos também por que fixamos nosso olhar investigativo para a época supracitada. É válido mencionar que as questões apresentadas nessa seção serão ampliadas no capítulo de análise contextual, em que traçaremos e discutiremos a atmosfera intelectual do período que está sendo investigado nesse trabalho. Isto posto, podemos apresentar as questões de pesquisa que nortearam o trabalho, bem como os objetivos, responsáveis por proporcionar nossas metas para o desenvolvimento da

³ Apesar do texto de Razzini (2010) apontar que até 1920 não havia universidade no Brasil, consideramos, nesta dissertação, conforme Wachowicz (1983), que a primeira universidade brasileira foi a Universidade do Paraná, criada em 1912, hoje a Universidade Federal do Paraná.

pesquisa.

1.4 Perguntas de pesquisa

Motivados por investigar a gramática de João Ribeiro, que foi um material de suma importância para educação básica da época (anos iniciais do século 20), surge, então, nossa principal questão de pesquisa: Quais ideias sobre variação linguística, mudança linguística e português do Brasil circulavam na *Grammatica Portugueza: Curso Superior* (1920 [1887]), de João Ribeiro? Somos motivados, portanto, à investigação dessa gramática pelo que foi anteriormente exposto e pelos motivos que serão apresentados na seção de justificativa.

A partir desta pergunta de pesquisa foi possível desenvolvermos outras cinco, de caráter específico, apresentadas abaixo:

- a. de que modo o autor de gramática se posiciona sobre variação e mudança linguística na obra investigada?
- b. quais fenômenos fonéticos/fonológicos, morfológicos ou sintáticos o autor utiliza para tratar a variação e a mudança linguística?
- c. quais são os discursos existentes na história da linguística/gramática brasileira sobre a figura intelectual de João Ribeiro? E quais concepções são adotadas, de fato, pelo gramático para a abordagem do português do Brasil na gramática em questão?
- d. quais são os movimentos de continuidade e de ruptura estabelecidos na fonte historiográfica em relação ao contexto intelectual de época e quais são as influências intelectuais recebidos pelo autor para a produção de sua gramática?
- e. de que maneira são retratados os conceitos de gramática, explícitos ou subjacentes, pelo autor em evidência?

Essas perguntas movem, então, esta narrativa historiográfica e conduzem nossas descrições, interpretações e possíveis generalizações sobre a fonte de análise desta dissertação. Essas perguntas também estão refletidas, consequentemente, nos nossos objetivos de pesquisa.

1.5 Objetivos de pesquisa

O objetivo geral desta dissertação consiste em analisar as ideias sobre variação, mudança linguística e português do Brasil desenvolvidas na *Grammatica Portugueza: Curso*

Superior (1920 [1887]), de João Ribeiro. Para tanto, elencamos os seguintes objetivos específicos:

- a. apontar os posicionamentos, favoráveis ou contrários, do autor em relação ao tema em estudo nesta dissertação;
- b. identificar os fenômenos fonéticos/fonológicos, morfológicos e sintáticos que o autor utiliza para tratar a variação e a mudança linguística;
- c. analisar os discursos sobre a figura intelectual João Ribeiro, frutos da história da linguística brasileira, e sua relação com o português do Brasil, bem como identificar as concepções adotadas pelo gramático sobre essa variedade do português;
- d. examinar os movimentos de retórica vinculados à gramática de João Ribeiro, bem como identificar as influências recebidas pelo autor para a produção de sua obra;
- e. evidenciar o tratamento dos conceitos de gramática na fonte historiográfica sob análise.

1.6 Justificativas

Ao longo desta introdução, fomos, paulatinamente, justificando o desenvolvimento desta pesquisa, no que diz respeito a alguns aspectos, como o recorte temporal do trabalho. Agora, esta seção tem o objetivo de apresentar outras razões para o trabalho, bem como o fato dele estar inserido na HL, área de investigação que rege teórica-metodologicamente esta dissertação.

Em primeiro lugar, o interesse por estudar gramáticas vem desde a iniciação científica (PIBIC/CNPq) na graduação em Letras, onde foram desenvolvidas pesquisas sobre gramáticas escolares (Cota 2015/2016), sobre concordância verbal em Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português – GBCP (cf. VIEIRA, 2015) – (Cota 2016/2017), bem como sobre o tratamento da colocação pronominal nas GBCP, que serviu de tema para a produção do trabalho de conclusão de curso da graduação. Nesse sentido, essa trajetória acadêmica justifica não só a relevância do desenvolvimento da pesquisa, mas também nossa vontade de continuar investigando fontes gramaticais, sejam elas atuais sejam elas de outrora. Nesta dissertação, ao invés de prezarmos por fontes contemporâneas, como em outros momentos de nossa formação acadêmica, preferimos dar ênfase a uma fonte pretérita que contribuiu, em outro momento, para consolidar questões relevantes da gramaticografia brasileira. De fato, não podemos negar que João Ribeiro foi uma figura de suma importância para a consolidação da gramaticografia do Brasil.

Em segundo lugar, a razão do trabalho também decorre da imagem cultural que existe

no senso comum acerca do objeto gramática, que é visto, na maioria das vezes, como mero espaço de descrição e prescrição de regras. Essa imagem colaborou, então, para que alguns professores de língua portuguesa pensem que utilizar gramática em sala de aula é sinônimo de ser gramatiquero, prescritivo e tradicional, no sentido de não se atentar para outras metodologias de ensino, de cunho descritivo ou funcional, por exemplo.

Além disso, as gramáticas ainda podem ser materiais de uso didático dos professores. Se bem usadas, podem servir como apoio pedagógico em sala de aula, capaz de fazer com que o docente direcione melhor as suas aulas sobre tópicos gramaticais, e não fique somente naquele plano didático comum às escolas brasileiras, que é o de transmitir categorias, conceitos e normas para os alunos.

Esse caráter pedagógico não surge só na contemporaneidade. É o caso de nossa fonte historiográfica, uma gramática escolar que teve papel fundamental para a escola brasileira nos anos finais do século 19 e nos anos iniciais do século 20. Lançar mão desse objeto pedagógico é tentar realizar também movimentos de compreensão sobre o ensino de língua portuguesa por meio das gramáticas.

Em terceiro lugar, temos como objetivo analisar o tratamento dado à variação e à mudança linguística nessa gramática dos anos 1920. Isso significa, consequentemente, que estamos dando um lugar de primazia para um material que foi de suma importância para a legitimação da língua portuguesa no Brasil, como já vimos em outro momento desse texto. Dar esse lugar de destaque em uma pesquisa é sinônimo de “reconstruir o passado da linguística [...] para alinhar para as gerações do presente” (ALTMAN, 2019, p. 21). Ou seja, olhar para a história é uma atitude presente. É isso, então, que nos move a nos orientarmos pelas trilhas da HL, e não só por isso, mas também porque “[...] uma nação é feita de um rico legado de lembranças” (FIORIN, 2010, p. 53). Essas lembranças, desde que tenhamos uma visão crítica sobre elas, são de grande valia para reconstruirmos o presente.

Além das justificativas de cunho pessoal, pedagógico e temático, é preciso justificar os motivos de estudarmos especificamente a *Grammatica Portuguesa: Curso Superior* (1920 [1887]), de João Ribeiro. Esse instrumento linguístico, considerado gramática escolar, teve uma importância fundamental para a escola brasileira. Conforme Magalhães (2008), as gramáticas escolares servem para representar a aplicação de uma cultura escrita de uma determinada época e ainda refletem os meios pedagógicos-didáticos que atravessaram o período escolhido para o estudo, no nosso caso os anos 1920. Além disso, conceber a relevância necessária para essa gramática por meio de uma pesquisa historiográfica é valorizar e preservar as obras de cunho historiográfico, no sentido de valorizar a importância

que elas tiveram outrora no Brasil.

Essa foi, então, uma explicação geral do que nos motivou a pesquisar essa gramática escolar. Outras justificativas para a escolha dessa fonte estarão presentes no capítulo metodológico desta dissertação, especificamente na seção 3.2.

Por fim, a pesquisa consiste não só em analisar uma gramática, mas também em manter um olhar historiográfico sobre ela, tendo em vista que enxergar o objeto dessa forma nos proporciona, além de uma perspectiva imanente desse objeto, um espectro contextual sobre as questões que outrora ergueram a história dos estudos linguístico-gramaticais no Brasil. Dessa forma, a HL “oferece uma descrição e uma explicação da história contextualizada das ideias linguísticas” (SWIGGERS, 2010, p. 2) e, por isso, tem uma importância necessária para esta pesquisa e para nossa formação, como pesquisadores e/ou professores.

1.7 Organização da dissertação

Após a apresentação do tema e do objeto de pesquisa, do estado da arte, da contextualização do período investigado, das perguntas, dos objetivos e das justificativas para esta dissertação, passamos a apresentar sua sumarização, de modo a esclarecer o que o leitor ainda vai encontrar ao longo do texto.

No capítulo 2 – “Fundamentos epistemológicos da Historiografia da Linguística” – apresentamos os principais pressupostos da área que guia esta dissertação. Para tanto, buscamos discutir sobre as definições de HL, as tarefas, as dimensões e os princípios do fazer historiográfico, além de categorias teórico-analíticas como a retórica, a influência e as camadas do conhecimento linguístico.

No capítulo 3 – “Percursos metodológicos da pesquisa” – descrevemos a metodologia desta pesquisa de mestrado. Para tanto, apresentamos os recortes de periodização, o modo de selecionar e mapear a fonte historiográfica e as categorias de análise responsáveis por fundamentar os movimentos analíticos da pesquisa.

No capítulo 4 – “Discussões sobre variação e mudança linguística e ensino de língua portuguesa nos anos 1920” – apresentamos a análise do quadro histórico e do contexto de produção da obra selecionada. Nesse sentido, realizamos uma apresentação da atmosfera intelectual da época investigada e de como ela pode ter afetado diretamente a produção da gramática de João Ribeiro.

No capítulo 5 – “Tecendo as análises historiográficas: as camadas do conhecimento linguístico” – realizamos a análise imanente da nossa fonte historiográfica, bem como refletimos sobre as camadas do conhecimento linguístico (SWIGGERS, 2004) que compõem a gramática analisada nesta dissertação. Nesse sentido, investigamos o contexto de produção da gramática, a argumentação empreendida pelo gramático para promover continuidades ou descontinuidades perante a atmosfera intelectual da época e a influência recebida pelo gramático para a produção de sua obra (camada contextual), os conceitos imbricados na fonte (camada teórica), a condução dos trabalhos realizada pelo gramático (camada técnica) e o exemplário utilizado pela gramática escolar analisada (camada documental).

No capítulo 6 – “Considerações finais” – apresentamos, por fim, os principais resultados e as contribuições essenciais originadas do desenvolvimento desta pesquisa de mestrado.

2 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA

2.1 Historiografia da Linguística: definindo a disciplina

Neste capítulo da dissertação apresentamos os principais direcionamentos teóricos de nossa pesquisa de mestrado. Antes disso, exibimos as principais definições sobre a HL no Brasil. O embasamento teórico se firma em Swiggers (2010, 2013), Altman (2019), Coelho e Hackerott (2012), Batista (2013) e Bastos (2008), autores de reconhecida importância acadêmica da área.

Swiggers (2010, p. 2) aponta a HL como uma área que promove o “estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico; ela engloba a descrição/prescrição e a explicação, em termos de fatos intradisciplinares e extradisciplinares, de como o conhecimento linguístico foi obtido e implementado”. Diante disso, na esteira de Swiggers (2010), a HL, além de descrever, explica o curso evolutivo do conhecimento linguístico. Nesse sentido, as preocupações da área não residem somente em apresentar a história, mas também em interpretá-la.

A institucionalização da disciplina HL ainda é recente e, de acordo com Coelho e Hackerott (2012), há uma necessidade, pensando em termos teóricos e práticos, de conceituá-la. Partindo desse pressuposto, a HL leva em conta diferentes dimensões dos processos de produção de conhecimento (cf. COELHO e HACKEROTT, 2012). Essas diferentes dimensões dizem respeito ao pesquisador investigar não somente o caráter imanente e conteudístico de suas fontes historiográficas, mas também erguer um conhecimento contextual sobre elas.

A área tem sido entendida, então, como uma disciplina que, segundo Bastos (2008), descreve e explica como se produziu e desenvolveu o conhecimento de qualquer natureza em um determinado contexto social e cultural. Como se vê, esses autores concordam que a historiografia é um modo de descrever e explicar o desenvolvimento de um tipo de conhecimento, no nosso caso, o linguístico.

Dessa maneira, a pesquisa proposta se respalda teórico-metodologicamente na HL interdisciplinar (SWIGGERS, 2010), uma vez que busca nas “ciências sociais, filosofia, linguística e demais saberes já constituídos” (BASTOS, 2008, p. 69) um aparato metodológico próprio, atravessando, então, diversos saberes constitutivos das ciências humanas.

O trabalho historiográfico trata-se, então, de “um trabalho sobre textos do passado (e do presente) que servem como base documental” (SWIGGERS, 2013, p. 44), que tem como objeto “a história dos processos de produção e de recepção das ideias linguísticas e das práticas delas decorrentes que, por sua vez, geraram novas ideias e novas práticas, em um processo de continuidade e descontinuidade [...]” (ALTMAN, 2019, p. 31), e como objetivos “descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo” (ALTMAN, 2019, p. 42).

É nesse ambiente epistemológico que a nossa pesquisa se insere, de modo que as tarefas científicas do historiógrafo, de acordo com Batista (2013), dizem respeito ao recorte, seleção e hierarquização dos fatos de uma corrente histórica e linguística, bem como a “descrição (não normativa) dos princípios e métodos de produção do conhecimento linguístico e de seus resultados em determinado momento, inevitavelmente histórico” (ALTMAN, 2009, p. 128). Lançar mão, então, da história, tanto em termos contextuais como em termos conteudísticos, é um dos pressupostos fundamentais no trabalho científico de um historiógrafo.

Outro aspecto importante que deve ser tratado nessa seção do capítulo teórico é sobre a seleção dos textos que o historiógrafo (ou historiador) da Linguística deve estudar, que “podem ser considerados o reflexo (ou depósito) material da história da linguística” (SWIGGERS, 2013, p. 42). Sabendo disso, acreditamos na possibilidade do nosso objeto de estudo ter colaborado fielmente, em sua época de circulação, para a moldagem de pensamentos sobre língua e linguagem, uma vez que permaneceu durante anos na história da educação linguística no Brasil, como material de ampla circulação nas escolas, tendo recebido inúmeras reedições ao longo de sua trajetória de existência.

Dessa forma, é possível olhar para a história e entender, possivelmente, o presente, pois, de acordo com Batista (2013, p. 38), “olhar para a história (seja em relação ao passado, seja em relação ao presente) nos permite entender os eventos, nos quais estamos inevitavelmente inseridos [...]”. Consequentemente, pensar na história do desenvolvimento dos estudos linguísticos é pôr em diálogo o passado, o presente e o futuro. Reside também nesse diálogo a importância da área em que nos inserimos, tendo em vista que ela busca no passado possíveis explicações para problemas que insistem em permanecer no tempo presente. Os trabalhos em HL se definem, então, como um construto de memórias, projeções e identidades (cf. BATISTA, 2013).

Há, portanto, uma necessidade de resgatar e buscar memórias, bem como de valorizar registros linguísticos. Logo, os trabalhos em HL realizam uma escrita interpretativa sobre

episódios e fatos da história, uma vez que possuem um caráter historiográfico e são reconhecidos como “formas de compreender descritiva, analítica e interpretativamente períodos da história da linguística” (BATISTA, 2013, p. 14).

Essa seção de definições da área serviu para darmos o arranque inicial nas discussões teóricas que sustentam os movimentos analíticos de caráter externo e interno de nossa fonte de trabalho. Desse modo, entender do que trata a HL é imprescindível, no sentido de compreendermos a relevância de nossas fontes de pesquisa e da narrativa que nos propomos a apresentar como resultado da investigação historiográfica.

2.2 O fazer historiográfico: tarefas, dimensões e princípios

Investigar fases pretéritas da história requer alguns princípios e algumas competências que devem ser intrínsecas ao fazer de todo e qualquer historiógrafo. Essa seção tem o objetivo de apresentar as competências e os princípios que regem o pesquisador inserido na HL e, consequentemente, os pressupostos teóricos e metodológicos desta pesquisa. Segundo Altman (2003, p. 39), “embora a historiografia linguística contemporânea ainda não tenha explicitado sua metodologia de forma unívoca, há um conjunto de princípios gerais com o qual os historiógrafos contemporâneos parecem concordar”, e é sobre esses princípios e sobre as tarefas de pesquisa que discutiremos nesta seção.

É plausível, de antemão, destacar as tarefas que cabem ao historiógrafo. Nesse sentido, uma das atividades imprescindíveis ao fazer historiográfico diz respeito à “seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos relevantes [da história]” (ALTMAN, 2003, p. 28). Isso significa que, para iniciar suas tarefas, o pesquisador precisa desenvolver uma sistematização das fontes mais adequadas a seus objetivos para, desse modo, extrair uma narrativa significativa sobre a história da Linguística, seja em que fase for. Em vista disso, o historiógrafo não pode depender única e exclusivamente da história, mas precisa também entender sobre Linguística. Além de um historiador, o pesquisador precisa ser um linguista (cf. KOERNER, 2014). Batista (2013, p. 48) nos confirma essa informação ao propor que “[...] o historiógrafo precisa ser dotado de uma dupla habilidade, a linguística e a histórica, ao lado do conhecimento da filosofia e história das ciências”.

Outra tarefa do historiógrafo é, na esteira de Swiggers (2019, p. 59), “recorrer a um aparato terminológico, permitindo uma descrição precisa dos conteúdos, processos, agentes e contextos”. Além de manusear as fontes de pesquisa, como foi dito anteriormente, o pesquisador necessita realizar uma descrição ampla dos contextos (análise contextual) e dos

conteúdos (análise conteudística). Voltamos, pois, a pensar que “historiografar” o conhecimento linguístico não é apenas analisar o conteúdo, mas também pensar nos agentes e contextos responsáveis por configurar e constituir o pensamento linguístico.

De acordo com Swiggers (2004), o historiógrafo da Linguística não somente investiga e estuda, por meio de textos descritivos e teóricos, as ideias linguísticas em seu contexto social, cultural e político, mas também explora as motivações para o surgimento dessas ideias e reflete sobre os problemas que elas podem causar. Não se trata somente de expor os fatos, mas também de explicá-los, no sentido de apresentar as motivações de surgimento, os problemas e as implicações.

As tarefas do historiógrafo se relacionam com as três dimensões que são responsáveis, na visão de Altman (2003), por estruturar os processos de unificação e diversificação das ciências da linguagem: a dimensão teórica, a dimensão temporal e a dimensão social. Conforme Batista (2013, p. 71-72), a dimensão teórica considera “a dinâmica interna dos fatos e eventos da história da linguística”, a dimensão temporal estabelece “a periodização pertinente ao objeto de análise” e a dimensão social dialoga com a “visão de que a ciência e os saberes fazem parte de um complexo social que produz conhecimento de natureza pública”.

Essas dimensões se relacionam com os parâmetros de análise da pesquisa historiográfica: parâmetros internos e parâmetros externos. Os parâmetros internos são relativos ao conteúdo de descrição e explicação dos fenômenos linguísticos, os parâmetros externos são relativos ao contexto de produção de determinada obra ou trabalho (cf. BATISTA, 2013). A dimensão teórica está em conformidade com o parâmetro interno, da mesma forma que as dimensões temporal e social estão para o parâmetro externo.

O parâmetro externo é o que podemos chamar de “atmosfera intelectual”, uma expressão referente à atmosfera da época em que a pesquisa está inserida, apontando, então, para as análises orientadas para o contexto social, cultural e político da época – no nosso caso os anos 1920, época de circulação da edição da gramática que estamos investigando.

Os trabalhos científicos em HL podem seguir três princípios básicos que, de acordo com Koerner (2014), funcionam como uma espécie de guia para as narrativas historiográficas: i) o princípio da contextualização; ii) o princípio da imanência; iii) e o princípio da adequação. À título de exemplo, algumas pesquisas brasileiras em HL que utilizaram esses princípios foram Silva (2016), Polachini (2018) e Gueiros (2019), sendo o primeiro em nível de mestrado e os dois últimos em nível de doutorado.

O primeiro princípio é o princípio da contextualização, que diz respeito ao estabelecimento do clima de opinião, conforme falamos anteriormente, referente ao período em questão (anos 1920, nesta pesquisa). De acordo com Koerner (2014, p. 88), “as ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período em que surgiram”, o que nos leva a pensar que as ideias linguísticas de uma época e outras correntes intelectuais da mesma época dialogam e são dependentes umas das outras. Esse primeiro princípio, de acordo com Batista (2013), permite entender a formação, o desenvolvimento social, a divulgação entre os pares e a recepção de um saber linguístico.

O segundo princípio é o da imanência, que consiste em “estabelecer uma compreensão completa do texto linguístico em questão, tanto do ponto de vista histórico como crítico” (KOERNER, 2014, p. 88). Esse princípio aponta, inclusive, para uma análise orientada do conteúdo da gramática. Segundo Batista (2013, p. 76), o olhar investigativo sobre a imanência das obras permite ao pesquisador a “observação da obra, escola, autor em análise em seu recorte histórico e intelectual”.

O terceiro e último princípio é o da adequação, que diz respeito a realizar “aproximações modernas do vocabulário técnico e do quadro conceptual, apresentado na obra em questão” (KOERNER, 2014, p. 89). Esse princípio permite que o pesquisador faça aproximações entre o quadro terminológico apresentado na obra passada com termos vinculados ao presente. É um diálogo entre os termos do passado e do presente, até porque “o passado informa continuamente o presente” (ALTMAN, 2003, p. 32). Em outras palavras, existe uma troca contínua, do ponto de vista teórico e prático, entre passado e presente. Não há como, então, permanecer no tempo presente sem pensar no passado.

Esses três princípios permitem, portanto, ao pesquisador em HL olhar o contexto, perceber a imanência das fontes e promover aproximações entre termos do passado que ainda se encontram no presente. É válido, ainda, mencionar que “propor ao historiógrafo da linguística os três princípios acima referidos não implica que não possa haver outros interesses legítimos nas teorias do passado” (KOERNER, 2014, p. 89), ou seja, o campo de conhecimento não prende o pesquisador única e exclusivamente a esses três princípios propostos por Koerner (2014).

As tarefas do historiógrafo, as dimensões da análise historiográfica e os princípios da pesquisa em HL servem, portanto, para dar os direcionamentos necessários ao pesquisador. Com isso exposto, passamos, então, a apresentar e discutir as categorias de análise – “a retórica”, “a influência” e “as camadas do conhecimento linguístico” – que guiarão os movimentos descritivos e interpretativos deste trabalho.

2.3 A retórica: argumentos e posicionamentos

Nosso objetivo com esta seção é apresentar uma das categorias de análise desta dissertação – a retórica. Desse modo, discutiremos em que ela consiste e qual a relevância dessa categoria para a construção de nossa pesquisa historiográfica. Utilizamos, para discutir sobre retórica, Murray (1994), Batista (2015, 2016, 2019) e Batista e Silva (2019). Desse modo, nos apoiamos não só em textos clássicos para se discutir sobre retórica, como é o caso do escrito de Murray (1994), mas também em pesquisadores brasileiros que manusearam essa categoria dentro do campo disciplinar da HL.

Não entendemos retórica como exclusivamente a arte do bem dizer ou da boa oratória. Quando citamos retórica dentro da HL, mencionamos o modo como os agentes que pensaram sobre a linguagem e as línguas em uma determinada época (no nosso caso, os gramáticos) se posicionaram, favoráveis ou contrários, diante da atmosfera intelectual que regia o período estudado. Murray (1994) denomina esses movimentos de “retórica”, sejam eles “de continuidade” sejam eles “de ruptura”, essenciais para o desenvolvimento da história dos estudos gramaticais. Isso porque “para uma reconstrução historiográfica da linguística, pode-se teoricamente considerar que a história é [uma] sucessão alternada de continuidades e descontinuidades” (BATISTA, 2015, p. 120), e são essas sucessões que constroem a história do conhecimento linguístico.

Enquanto o eixo de continuidades se forma a partir do momento em que os produtores de conhecimento linguístico aderem ao clima intelectual da época estudada, no caso de nossa pesquisa os anos 1920, o eixo de descontinuidades (ou rupturas) é estabelecido através de posicionamentos e argumentações contrários ao que predominava no momento. Isso é confirmado por Batista (2015), ao defender que as continuidades históricas se consolidam por intermédio da adesão dos saberes que já foram validados dentro de um campo de conhecimento.

Pela perspectiva da HL, Batista e Silva (2019) propõem uma análise da retórica empregada pelo funcionalista Michael Halliday (1925-2018)⁴, que pregava uma ruptura com a Linguística imanente, voltada para a concepção biológica da linguagem, tendo em vista que Halliday defendia uma relação intrínseca entre língua e complexo social. O funcionalista

⁴ O estudo desses autores mostra, portanto, que essa categoria de análise pode ser aplicada em uma pesquisa de caráter historiográfico. Desse modo, apresentamos este exemplo não apenas para descrevê-lo, mas também para justificarmos a utilização desta categoria.

estabelecia um discurso contrário ao que era estabelecido pelo clima de opinião da época, final dos anos 1970. Esse discurso representa, então, uma retórica de ruptura ou descontinuidade.

Além disso, a retórica pode ser entendida como os movimentos de argumentação e persuasão, no nosso caso, dos gramáticos, favoráveis ou contrários aos discursos dominantes da época ou aos aspectos que compunham essa atmosfera (obras, ideias, pensamentos, entre outros). Batista (2019, p. 5), tendo como base Gross (1990), defende que a retórica se refere “[...] aos discursos [dos gramáticos] que pretendem persuadir seus destinatários a respeito de posicionamentos intelectuais e sociais que assumem”. Isso se aproxima do sentido clássico da palavra retórica: arte de persuasão.

Com base nessas palavras, adotamos retórica como um caminho de persuasão rumo à defesa de uma ideia. Essa defesa pode ser favorável ou contrária ao que vigorava nos discursos científicos, políticos, intelectuais e sociais da época. Nas palavras de Batista (2019, p. 7), “a retórica a que aqui se faz referência é um arranjo discursivo de natureza persuasiva essencialmente histórica, pois procura pela validação de conhecimentos situados em contextos intelectuais e sociais específicos”.

A retórica pode ser também entendida, de acordo com o filósofo grego Aristóteles em sua obra *A retórica*⁵, como uma das faces da dialética, método de contrapor alguma ideia, argumentar em favor ou contra algum pensamento e persuadir alguém a aceitar determinado posicionamento intelectual, tendo em vista que a retórica faz parte do processo de argumentação e persuasão do gramático com o intuito de convencer uma comunidade intelectual sobre alguma ideia.

Para estabelecer o que estamos intitulado de retórica, seguiremos duas etapas, propostas por Batista e Silva (2019): i) contextualização da retórica em um domínio histórico e social; ii) análise da configuração lexical e gramatical da retórica, bem como das provas e dos argumentos que sustentam os posicionamentos dos autores. Essas duas etapas propostas pelos autores são de suma importância para a nossa narrativa historiográfica, no sentido de que é a partir dela que compreendemos os movimentos de retórica estabelecidos por autores de gramática, no nosso caso João Ribeiro.

Tendo isso estabelecido, é proposto que a retórica seja analisada a partir dos temas e conteúdos presentes nos textos da fonte historiográfica, das seleções lexicais, das construções

⁵ A obra *Retórica* em que nos baseamos é uma tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena, publicada em 2005 pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, localizada em Lisboa/Portugal.

sintáticas utilizadas pelos autores, dos processos de referência aos objetos de pesquisa, das modalizações, das estratégias de argumentação e das redes intertextuais construídas pelos autores em suas gramáticas (cf. BATISTA, 2016). Esses pontos permitem ao historiógrafo da Linguística construir uma parte de suas análises que serão orientadas para o contexto, tanto da obra como também da época pesquisada.

Partindo desse pressuposto, considerar a retórica para a interpretação de períodos da história da Linguística “define como ponto central de observação o discurso dos cientistas da linguagem, dos intelectuais e de outros agentes que se preocuparam com as línguas e a linguagem humana” (BATISTA, 2016, p. 313), proporcionando ao pesquisador um olhar interpretativo sobre a dimensão externa dos seus dados.

Utilizamos a categoria da retórica não só pela relevância que ela tem para os estudos historiográficos e para a nossa narrativa sobre uma gramática escolar dos anos 1920, mas para construirmos nossas análises orientadas para as dimensões social e temporal da pesquisa. Ademais, essa categoria de análise nos permite ir além da imanência dos dados, e nos faz conhecer as estratégias argumentativas do autor – João Ribeiro – para se posicionar favorável ou contrário às reflexões teóricas vigentes da época.

Nesse sentido e para finalizar esta seção do trabalho, pretendemos investigar, a partir desta categoria de análise, de que modo João Ribeiro estabelecia movimentos de continuidade ou de ruptura em relação à atmosfera intelectual, no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa e às discussões sobre gramáticas, do período estudado nesta dissertação, anos 1920.

2.4 A influência: rede de saberes e inspirações

Outro modo de empreendermos movimentos analíticos sobre fontes historiográficas é fazendo uso da categoria “influência”. Para apresentar a influência, nos baseamos em Koerner (2014), Bastos (2020), Cavaliere (2020) e Batista (2011, 2013). Sendo assim, nesta seção, evidenciamos os problemas envolvendo esta categoria de análise, definimos o termo e apresentamos a relevância de utilizá-la em nossa dissertação.

De antemão, é preciso mencionar que falta uma definição mais precisa para esta categoria teórico-metodológica, e devido a isso existe o “problema da influência” na HL, conforme argumenta Koerner (2014). Há, de acordo com Koerner (2014, p. 91), várias questões “[...] relativas ao método e à filosofia da ciência que não foram estabelecidas” e, por esse motivo, há a existência do problema da influência, que causa, consequentemente,

algumas dificuldades para o pesquisador no trato da categoria.

Valendo-se do que prega Koerner (2014), Cavaliere (2020) diz que o maior problema de se lidar com a categoria da influência reside no fato de algumas obras não possuírem referências bibliográficas que mencionem, critiquem, reflitam sobre determinada fonte historiográfica. Desse modo, essa ausência impede o historiógrafo de identificar as influências, por exemplo, de um autor de gramática sob outro.

Contudo, Cavaliere (2020) também destaca uma possível solução para esse problema no trato científico desta categoria de análise intitulada “influência”. Na esteira desse pesquisador, “a ausência de referência explícita das obras e autores consultados pode ser suprida pela análise contextualizada do texto linguístico [...]” (CAVALIERE, 2020, p. 137). Nesse sentido, se o pesquisador não conseguir atingir seus objetivos com a análise conteudística, será no contexto, que cerceia a obra, que o historiógrafo poderá encontrar possíveis respostas para o seu questionamento.

Um último problema envolvendo a categoria de análise refere-se ao modo como o termo influência é comumente mal definido nos textos que tratam de história da Linguística. Conforme Koerner (2014, p. 91-92), “a maior parte dos autores não chega a definir o termo influência, simplesmente o usa como se houvesse um acordo tácito acerca do significado do termo”. Não há, assim, uma definição consensual entre os estudiosos da área do que é, de fato, a categoria da influência. Talvez, por isso, existam problemas metodológicos no trato científico da categoria.

É devido a essa ausência de uma definição precisa nos escritos em HL que Koerner (2014) opta por apresentar três exemplos de influência na área para ilustrar o problema da categoria: i) a questão da influência de Johann Gottfried von Herder (1774-1803) sobre Wilhelm von Humboldt (1767-1835); ii) a questão da influência de Charles Darwin (1809-1882) sobre Kurt von Schleicher (1882-1934); iii) e a questão da influência de Émile Durkheim (1858-1917) sobre Ferdinand de Saussure (1853-1913). Esses três exemplos são ilustrativos no sentido de exemplificar como funciona a influência de um autor sobre outro.

Nesse mesmo caminho, a influência, na esteira de Batista (2011, p. 93), “propõe uma observação de diferentes tipos de diálogo estabelecidos no processo histórico, tendo em vista características da própria natureza social e cultural de cada época”. Desse modo, essa é mais uma categoria que vai nos guiar para a construção das análises orientadas para o contexto, tendo em vista que, por meio dela, conseguimos extrair os diferentes tipos de diálogo estabelecidos entre o autor da gramática analisada e outros tipos de obras ou até mesmo outros autores.

Para manejar a influência é necessário que o pesquisador tenha em mente alguns pontos relevantes: a formação intelectual do autor e sua rede de influências que foram recebidas durante essa formação, a presença de citações durante o texto gramatical e as relações intertextuais estabelecidas pelo autor. É por meio da identificação desses aspectos que uma pesquisa historiográfica consegue manusear esse aparato categorial.

Assim sendo, a influência comprova “[...] a vocação interdisciplinar da Historiografia da Linguística, uma vez que opera uma relação permanente entre análise de determinado trabalho e análise de contextos [...] que propiciaram a formação e atuação do objeto de investigação” (BATISTA, 2013, p. 95). É com base nessa orientação que justificamos o uso dessa categoria de análise.

Constituir uma rede de referências e influências é de suma importância para entendermos que o conhecimento linguístico não surge de modo aleatório, mas é fruto de uma formação intelectual que atravessa os autores de qualquer produto linguístico, inclusive a gramática que investigamos nesse empreendimento historiográfico.

Em suma, a categoria intitulada de “influência” permite ao historiógrafo construir a rede de relacionamentos, inspirações e diálogos que o autor da gramática analisada nesta dissertação estabeleceu com outros autores, professores e estudiosos da língua representativos para a época estudada.

2.5 As camadas do conhecimento linguístico

Nesta nossa dissertação, utilizamos as categorias de análise reunidas sob o nome “camadas do conhecimento linguístico”, propostas por Swiggers (2004, 2019, 2020), com o objetivo de investigar, em uma perspectiva dinâmica, o desenvolvimento dos estudos gramaticais. Para contribuir com nossas discussões, trazemos também à baila o empreendimento investigativo de Silva (2016).

Na visão de Swiggers (2020, p. 2), “o passar do tempo traz, mais cedo ou mais tarde, mudanças nas perspectivas e nas formas de ver o objeto de estudo e lidar com ele”. Essas mudanças provocam discrepâncias no modo como vamos ver os objetos. A dinâmica da história do conhecimento é, diante disso, “o resultado de discrepância entre várias camadas que constituem a atividade científica” (SWIGGERS, 2004, p. 133).

As camadas do conhecimento linguístico são quatro: i) camada contextual/institucional; ii) camada teórica; iii) camada técnica; iv) camada documental.

A camada contextual/institucional diz respeito ao contexto sociocultural e ao estabelecimento institucional em que o trabalho gramatical estava inserido em sua época de circulação. Trata-se, então, em outras palavras, de refletir sobre o contexto da época utilizada como recorte para uma pesquisa, no nosso caso os anos 1920.

A camada teórica corresponde à visão global da linguagem, às ideias, aos *insights*, às declarações teóricas e às suposições sobre língua e linguagem (cf. SWIGGERS, 2004, 2019, 2020) que podemos encontrar nos materiais de análise.

A camada técnica inclui as técnicas de análise e o itinerário metodológico utilizados pelos gramáticos. Tem uma relação profícua com o modo que os dados estão distribuídos pela gramática, seja na seção de fonética, seja na seção de morfologia ou até mesmo na sintaxe.

A camada documental corresponde, como o próprio nome diz, à documentação linguística e filológica sobre a qual se baseiam a gramática analisada ou as teorias linguísticas em análise.

De acordo com Silva (2016, p. 18), essas camadas “permitem observar a complexidade da dinâmica do conhecimento linguístico, por meio da análise de suas continuidades e discontinuidades”. Desse modo, justificamos nossa escolha por mais essa categoria de análise, de modo que, além de interpretarmos nossa fonte, como foi dito na seção anterior, analisaremos como acontecem os movimentos de continuidade ou discontinuidade na gramática que nos propomos a investigar nessa empreitada científica.

Para melhor entendermos a dinâmica das camadas do conhecimento linguístico, Swiggers (2004) propõe a representação esquemática abaixo:

Figura 1 – Esquema das camadas do conhecimento linguístico

Camada teórica								
Camada técnica								
Camada documental								
Camada contextual-institucional								

Fonte: Reproduzida de Swiggers (2020).

A partir desse esquema, Swiggers (2020) explica que a retirada de um dos blocos não representa necessariamente uma ruptura no curso dos estudos linguísticos, mas pode representar o dinamismo que afeta a trajetória do desenvolvimento de uma teoria. Além disso, “o acúmulo de papéis em um único estudioso não deve nos levar a concluir que a atividade linguística é de camada única” (SWIGGERS, 2019, p. 68). Dito isto, a atividade linguística

pode circular pelas quatro camadas, realizando, portanto, um movimento pendular entre as camadas mencionadas anteriormente.

A partir dessa metáfora da parede de tijolos, o autor supracitado nos diz que o conhecimento linguístico é constituído pelas quatro camadas citadas anteriormente, passivas de serem analisadas de forma conjunta ou até mesmo particular: camada teórica, camada técnica, camada documental e camada contextual. Essas camadas aparecem em posições diferentes porque há discrepâncias entre elas. Não é, então, uma extensão unidirecional: as camadas funcionam a partir da sobreposição de uma sobre a outra por meio de uma perspectiva tridimensional de multicamadas.

Conforme Swiggers (2019), esse modelo de camadas representa uma série de vantagens para tecermos uma narrativa sobre a história da Linguística (e consequentemente da gramática), uma vez que proporciona ao pesquisador uma visão dinâmica sobre o curso do desenvolvimento e da história sobre a linguagem.

Em primeiro lugar, o modelo ajuda o pesquisador a entender, descrever e explicar as inovações teóricas que podem ocorrer dentro de um mesmo segmento temporal caracterizado por um *status quo* institucional. Diante disso, as camadas nos auxiliam a identificar e discutir sobre as inovações teóricas presentes em determinados objetos de análise.

Em segundo lugar, a dinâmica de uma disciplina (ou de um modelo teórico da gramaticografia brasileira) pode estar diretamente ligada às mudanças intracamadas. Como foi dito, a mudança não ocorre isoladamente, mas sim nos movimentos de continuidade e descontinuidade entre as camadas. Caso ocorra uma mudança geral e radical é sinal de que aconteceu uma revolução ou uma ruptura no curso do desenvolvimento da disciplina (ou do modelo teórico).

Por fim, esse modelo das camadas do conhecimento linguístico pode auxiliar diferentes pesquisas de cunho historiográfico, ou seja, pode funcionar como ponto de partida para os estudiosos que se interessam em fazer historiografia. As camadas colaboram para que o pesquisador possa, por exemplo, estudar o papel de uma escola ou de um modelo teórico de referência.

Sendo assim, se faz importante utilizar esta categoria de análise em nosso empreendimento científico, tendo em vista a natureza da nossa fonte historiográfica – uma gramática escolar publicada por um autor brasileiro nos anos de 1920 – e a relevância desse modelo categorial e conceitual, em termos até de metodologia, para uma pesquisa de natureza historiográfica.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Como já mencionado, o principal objeto de estudo desta dissertação diz respeito a uma gramática escolar brasileira dos anos 1920. Diante disso, nossa pesquisa é, então, heurística e hermenêutica, pois busca “compreender, descrever e, algumas vezes, explicar fenômenos sociais, a partir de seu interior, de diferentes formas” (OLIVEIRA e PAIVA, 2019, p. 13). Em outras palavras, é uma pesquisa descritivo-interpretativa. Podemos compreender nossa pesquisa como interpretativa, uma vez que ela interpreta o objeto de análise para extrair interpretações, reflexões, considerações e possíveis hipóteses sobre as gramáticas.

Ainda de acordo com o objeto escolhido para o desenvolvimento deste trabalho, nossa pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e documental, uma vez que o trabalho coloca “o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi produzido na área em questão” e a nossa “fonte de coleta de dados está restrita a documentos” (MOREIRA e CALEFFE, 2008, p. 74). O primeiro motivo aponta para uma pesquisa bibliográfica e o segundo orienta para uma pesquisa documental.

Investigamos, como dito anteriormente, uma gramática publicada por um brasileiro bastante representativo nos anos 1920, tanto no campo da educação como no campo das ideias linguísticas. A escolha por essa gramática não se deu de modo aleatório, ela é atravessada por motivações e justificativas diversas. Os levantamentos e critérios de seleção de nossa fonte historiográfica serão esclarecidos nesta seção do trabalho.

Os movimentos analíticos desta pesquisa estão alicerçados em três categorias da HL, assim como foi visto no capítulo teórico: i) retórica; ii) influência; iii) camadas do conhecimento linguístico.

Partindo dessa explanação inicial, este capítulo da dissertação está dividido em quatro seções: i) Fases da pesquisa historiográfica; ii) Fonte da pesquisa historiográfica; iii) Descrição dos conceitos da fonte e categorias de análise; iv) Síntese do quadro metodológico.

A primeira seção apresenta as fases concernentes ao trabalho do historiógrafo. A segunda seção exhibe a fonte selecionada para esta pesquisa de cunho historiográfico, como também indica os critérios de seleção e as justificativas que resultaram na escolha do material. A terceira seção retoma as categorias de análise e exhibe os métodos utilizados nesta pesquisa. Por fim, a quarta seção expõe uma síntese da metodologia, a partir de um quadro que mostra as categorias, as subcategorias e os objetivos de cada subcategoria na condução da pesquisa, de modo a sintetizar, para o leitor, o modo como procederão as análises desta dissertação.

3.1 Fases da pesquisa historiográfica

Todo trabalho investigativo deve ser organizado e sistematizado, para que, ao final, possa alcançar os resultados esperados advindos do processo científico. Desse modo, a HL propõe a organização da pesquisa em três fases: i) fase heurística; ii) fase hermenêutica; iii) e fase executiva. Essas três fases representam os pilares que dão sustentação ao trabalho do historiógrafo.

Nesse sentido, Swiggers (2013) defende que essas fases funcionam como uma espécie de exigência que diz respeito à organização do próprio trabalho historiográfico. Essas fases são importantes devido à natureza dos dados de uma pesquisa em HL, uma vez que os trabalhos dessa área manuseiam textos do passado que servem como base documental. Ademais, essas fases colaboram não só com a organização do estudo, mas também com a descrição e a interpretação das fontes.

Diante disso, a *fase heurística* “compreende as seguintes tarefas: informar-se sobre as fontes e sua disponibilidade, ler os textos-fontes, catalogar ideias, os pontos de vista e a terminologia e contextualizar ideias e termos” (SWIGGERS, 2013, p. 44). Essa primeira fase é o momento de uma primeira leitura e do primeiro contato do pesquisador com os textos-fontes. É a partir dessa primeira leitura que o historiógrafo consegue catalogar termos presentes nos textos, extrair pontos de vista e contextualizar as ideias que veiculavam na época estudada.

Dito isto, para este primeiro momento da pesquisa, intitulado por Swiggers (2013) de fase heurística, realizamos uma leitura integral do nosso texto-fonte, a *Grammatica Portuguesa: Curso Superior* (1920 [1887]), de João Ribeiro, e catalogamos em quadros as principais ideias veiculadas pela gramática investigada.

A *fase hermenêutica* consiste em uma “interpretação que sempre se fundamenta no uso de categorias interpretativas” (SWIGGERS, 2013, p. 44). Sendo assim, após a leitura das fontes, é válido que o historiográfico realize interpretações individuais sobre as obras. Em outros termos, o pesquisador precisa tirar interpretações, hipóteses, suposições e ideias a partir da leitura e do mapeamento das fontes para análise. É somente após essas interpretações individuais que o estudioso poderá dar o pontapé inicial na fase executiva, que consiste na apresentação dos resultados.

É válido mencionar que a fase hermenêutica costuma resultar em quadros comparativos ou quadros-sínteses, baseados na interpretação dos textos-fontes. Trata-se, assim, de “relacionar conceitos/autores/modelos” (SWIGGERS, 2013, p. 44). No caso de

nossa investigação historiográfica, sintetizaremos, na última seção do capítulo analítico, as nossas interpretações e possíveis hipóteses sobre a fonte escolhida para o desenvolvimento desta dissertação.

Por fim, a *fase executiva* diz respeito à “demonstração de resultados da investigação” (SWIGGERS, 2013, p. 45). Como o próprio nome diz, é a execução e apresentação dos resultados de pesquisa, seja através da escrita de uma dissertação, de uma tese ou até mesmo de um artigo científico. Essa fase de demonstração de resultados da investigação historiográfica é regida por três dimensões fundamentais: i) formato de exposição; ii) intencionalidade do historiógrafo; iii) programa cognitivo.

A primeira dimensão é o modo como ocorrerá a exposição, quer por meio de uma narrativa, quer através de tópicos, privilegiando um tema, ou até mesmo uma forma combinatória que é centrada na combinação de contexto e de um conjunto de pontos de vista de uma época.

A segunda dimensão apresenta ao pesquisador “a possibilidade de optar por uma historiografia (meramente) taxonômica ou classificadora, polêmica ou apologética, teleológica, exegético-crítica” (SWIGGERS, 2013, p. 45). Dito de outro modo, diz respeito às escolhas intencionais sobre o tipo de historiografia que o pesquisador pretende desenvolver.

A taxonômica ou classificadora remete à sistematização e classificação de objetos de estudo. A polêmica ou apologética corresponde à intenção do historiógrafo com a pesquisa, caso ele queira defender, criticar ou explicar algum pensamento linguístico específico. A teleológica serve aos casos em que a intenção do pesquisador é apenas compreender as causas finais de um pensamento sobre a linguagem. A exegética-crítica corresponde ao estudioso interpretar cuidadosa e criticamente um pensamento, corrente ou materiais de determinada época.

Diante disso, a nossa intenção científica com a historiografia desenvolvida neste texto é, predominantemente, exegética-crítica, uma vez que pretendemos estudar criticamente a abordagem da variação e da mudança linguística (tema) em uma gramática escolar dos anos 1920.

A terceira dimensão da fase executiva, de acordo com Swiggers (2013), distingue cinco tipos de historiografia: i) a atomística, que privilegia a apresentação analítica de acontecimentos e fatos da história da linguística; ii) a narrativa, que relata os acontecimentos da história da linguística; iii) a nocional-estrutural, que realiza uma análise estrutural de um conjunto de ideias; iv) a arquitetônica-axiomática, que descreve e analisa a estrutura lógica de

teorias e modelos; v) a correlativa, que estuda as relações entre teorias e o contexto sociocultural.

A partir do que prega Swiggers (2013), podemos, então, apontar que nossa pesquisa possui tanto um caráter nocional, e não completamente nocional-estrutural, quanto um caráter correlativo. Justificamos essa afirmativa porque nosso trabalho historiográfico realiza uma análise das ideias propagadas por um gramático dos anos 1920 (João Ribeiro), de modo que temos uma historiografia nocional, e estuda as relações desse conjunto de ideias com o contexto sociocultural da época, e por esse outro motivo temos uma historiografia correlativa.

A organização, para toda e qualquer pesquisa historiográfica, é descrita pela seguinte tríade: Leitura – Interpretação – Apresentação de resultados. É a partir desses três pontos que a pesquisa é alicerçada, para que o pesquisador possa tecer uma narrativa não apenas descritiva, mas também explicativa sobre seus objetos de análise. Dito isso, na próxima seção apresentamos os critérios de recorte da fonte historiográfica e o modo como foi feita a descrição dos conceitos dela extraídos.

3.2 Fontes da pesquisa historiográfica

Uma pesquisa historiográfica está muito ligada às fontes que utiliza para análise. Por isso, Altman (2019) assegura que a essência da HL está diretamente ligada aos tipos de materiais a partir dos quais se ergue. E, dessa forma, uma das estratégias para o historiógrafo seria se interrogar sobre qual tipo de fonte será útil para a sua pesquisa. Assim sendo, a pesquisa historiográfica pode utilizar gramáticas, vocabulários ou textos teóricos meta-linguisticamente elaborados. Além desses, pode utilizar autobiografias, memoriais, prefácios, correspondências, resenhas, arquivos orais e fotográficos, ou seja, tudo aquilo que serve para averiguar a história dos estudos linguísticos.

Nesse sentido, definimos, nesta seção do trabalho, a fonte historiográfica de nossa pesquisa. É importante lembrar que já havíamos falado sobre essa fonte em outro momento do nosso texto, mas não tínhamos explanado ainda os motivos que nos levaram a empreender uma narrativa historiográfica sobre uma gramática escolar brasileira publicada nos anos 1920. Além disso, esta seção do trabalho formaliza não só a escolha da fonte para análise, mas também justifica cientificamente essa escolha.

A gramática escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa foi a 19ª edição da *Grammatica Portuguesa: Curso Superior*, de João Ribeiro (1920 [1887]). A escolha se deveu ao fato de que foi essa a edição a que tivemos acesso mais facilmente. Ela foi extraída da

Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil⁶. A capa da edição do ano de 1920, que analisamos neste trabalho, pode ser visualizada abaixo:

Figura 2 – Capa do objeto de análise



Fonte: Acervo pessoal.

Apresentado, então, o material de onde coletamos os exemplos que vão ao encontro da argumentação que promovemos nesta narrativa historiográfica, passamos, então, a esclarecer algumas justificativas que nos fizeram optar pela investigação dessa fonte e, consequentemente, desse gramático.

João Ribeiro, filólogo e professor, está inserido em um movimento nascente da gramatização do português do Brasil, uma vez que esse gramático e sua obra atuaram, de modo determinante, na constituição dos fundamentos da gramatização brasileira (cf. VIEIRA, 2018). No final do século 19, João Ribeiro publicou sua *Grammatica Portuguesa* (1887 – 1ª edição) firmando-se como um dos “principais gramáticos brasileiros do final do século e fazendo de sua obra referência no ensino e na pesquisa da língua portuguesa no Brasil” (SILVA, 2006, p. 42).

Outra justificativa é a repercussividade do material para a época, tendo em vista que, “assim como suas gramáticas voltadas para o colégio tornaram-se sucesso retumbante, a *Grammatica Portuguesa* também estaria fadada a ter longa vida, marcada pelo prestígio e

⁶ O acesso a essa biblioteca virtual pode ser feito através do seguinte link: <https://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/pages/home/lerPagina.bv?id=1>.

pelo reconhecimento públicos” (SILVA, 2006, p. 49). Por esse ângulo, o gramático contribuiu de modo determinante para a constituição do discurso gramatical brasileiro, não só pela relevância que teve para o ensino da época, como também pelo reconhecimento público que obteve. Isso colaborou também, na visão de Silva (2006), para um suposto impulso na afirmação de nossa identidade nacional em termos linguísticos. Desse modo, podemos inferir que João Ribeiro foi, para sua época, uma figura multifacetada, no que diz respeito à produção do conhecimento linguístico e social. Essa questão será aprofundada no capítulo analítico, especificamente na camada contextual sobre o autor e a obra.

Além disso, João Ribeiro se destaca pela sua produção intelectual constante e volumosa e pela relevância de suas críticas para a época (final do século 19 e início do século 20). Isso, de certa forma, mostra que o autor não foi apenas um gramático que somente descreveu o português, mas foi uma figura crítica e intelectual para a época em que viveu, anos finais do século 19 e anos iniciais do século 20 (cf. ANTEZANA, 2014).

Conforme Antezana (2014), a *Grammatica Portuguesa: Curso Superior*, de João Ribeiro (3ª edição, 1889), é uma das produções do início da gramatização brasileira que teve o objetivo de normatizar a língua portuguesa, seguindo, consequentemente, uma tradição secular, porém, de acordo com a literatura teórica consultada (cf. SILVA, 2008; FIORIN, 2010; ORLANDI, 2015; PRADO, 2015; RODRIGUES, 2015), buscando supostamente distanciar-se do modelo lusitano e aproximar-se de uma identidade linguística nacional. Ou seja, há um discurso que aponta para uma possível imagem de João Ribeiro como um exímio valorizador da variedade brasileira do português.

Falamos supostamente, neste momento da dissertação, pois essa é uma ideia que encontramos com facilidade a partir da revisão de literatura em torno da figura de João Ribeiro. Nesse sentido, tais textos o caracterizam como um propagador da língua nacional e, consequentemente, um defensor das variedades do português brasileiro. Contudo, de acordo com os dados mapeados na gramática analisada, não é essa a ideia que extraímos sobre o gramático. Essas informações serão desenvolvidas com profundidade e alicerçadas por meio de dados no quinto capítulo deste texto, referente aos movimentos analíticos da pesquisa.

A partir do que expusemos até aqui, apresentamos não apenas a nossa fonte historiográfica, mas também justificamos, de modo prático (no sentido de evidenciarmos a repercussividade da fonte ao longo do tempo) e crítico (no sentido de identificarmos que há uma imagem sobre esse autor na história da Linguística, mas que os dados nos levam a outro tipo de imagem), a escolha por estudar a gramática e o gramático.

3.3 Descrição dos conceitos da fonte e categorias de análise

Diante de tudo o que já foi exposto ao longo desse texto, passamos, então, a dissertar sobre os últimos pontos no que diz respeito às informações metodológicas de nosso empreendimento historiográfico: o caminho seguido para a extração de informações da fonte historiográfica e a retomada das categorias de análise orientada tanto para o contexto de produção da obra como para o conteúdo dela.

Para tanto, o primeiro passo foi a leitura, na íntegra, do material de análise, tendo em vista que nosso olhar investigativo não se prende, por exemplo, a um tópico específico de morfossintaxe nem analisa um único aspecto da gramática. A leitura integral nos deu uma visão amplificada das seções de Fonética, Morfologia e Sintaxe presentes no material.

Após a leitura da obra, passamos a mapear algumas informações na gramática. Esse mapeamento foi feito por meio de diferentes quadros, em que íamos inserindo as informações sobre, por exemplo, a interdição ou aceitação da variação e mudança linguística, conforme pode ser visto abaixo:

Quadro 2 – Mapeamento da variação linguística

Gramáticas	Variação linguística	
	Positiva/Neutra	Negativa
<i>Grammatica Portuguesa: Curso Superior</i> , de João Ribeiro (1920)		

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 3 – Mapeamento da mudança linguística

Gramáticas	Mudança linguística	
	Positiva/Neutra	Negativa
<i>Grammatica Portuguesa: Curso Superior</i> , de João Ribeiro (1920)		

Fonte: Elaboração própria (2020).

Os quadros facilitaram, portanto, nosso trabalho de descrição dos conceitos da fonte historiográfica para as análises. Os movimentos analíticos foram feitos a partir de algumas

categorias de análise advindas da HL, já descritas e comentadas na seção destinada aos fundamentos teóricos. Desse modo, para empreender os movimentos analíticos, seguimos três categorias historiográficas: i) a retórica; ii) a influência; iii) as camadas do conhecimento linguístico. Na próxima seção, apresentamos um quadro que sintetiza os tipos de análise de nosso empreendimento historiográfico, as categorias e subcategorias utilizadas e a síntese dos objetivos de cada uma das subcategorias.

3.4 Síntese do quadro metodológico

A partir do que foi exposto em 3.1, 3.2 e 3.3, apresentamos abaixo um quadro que traz uma síntese da metodologia de nossa pesquisa, no que diz respeito à utilização das categorias de análise que guiaram a narrativa historiográfica:

Quadro 4 – Síntese do quadro metodológico da pesquisa

Categoria principal	Objetivo da categoria principal	Subcategorias utilizadas	Outras categorias utilizadas⁷	Objetivos dessas outras categorias
Camadas do conhecimento linguístico	Analisar o contexto em que se inserem as gramáticas, os conceitos gramaticais, a condução dos trabalhos realizados pelos gramáticos e o exemplário utilizado nas fontes.	i) Camada contextual	i) Retórica	Investigar as estratégias argumentativas e persuasivas dos gramáticos.
			ii) Influência	Pesquisar a formação intelectual dos autores das gramáticas selecionadas e sua rede de influências recebida durante a formação intelectual.
		ii) Camada teórica	---	
		iii) Camada técnica	---	
		iv) Camada documental	---	

Fonte: Elaboração própria (2020), com base em Polachini (2018).

⁷ Essas outras duas categorias utilizadas – Retórica e Influência – foram escolhidas para incrementar a camada contextual.

Antes de mais nada, é válido esclarecermos, a partir da exposição do quadro, que a categoria “camadas do conhecimento linguístico” se torna, tendo em vista as necessidades analíticas desta narrativa historiográfica, a nossa principal categoria de análise. Desse modo, a categoria de “retórica” e “influência” funcionam, conforme podemos visualizar no quadro 4, como colaboradoras e incrementadoras de uma das subcategorias (“camada contextual”) da categoria principal “camadas do conhecimento linguístico”.

Diante desse quadro, nossa análise será empreendida tendo como norte teórico essas três categorias historiográficas: i) retórica; ii) influência; iii) camadas do conhecimento linguístico. Analisaremos as estratégias de rupturas ou descontinuidades do autor em análise diante da atmosfera intelectual da época, a influência que perpassou a formação desse gramático e as principais diretrizes epistemológicas do trabalho desse intelectual em sua gramática.

4 DISCUSSÕES SOBRE VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS ANOS 1920

Para atendermos ao princípio da contextualização e configurarmos o clima de opinião desta pesquisa, este capítulo tem o intuito de descrever e discutir sobre variação e mudança linguística, ensino de língua portuguesa e gramática escolar. A partir disso, na esteira de Koerner (1995, p. 13), seguir o princípio da contextualização e, conseqüentemente, erguer o clima de opinião da época é fundamental na análise de qualquer documento gramatical, pois permite uma interpretação mais abrangente do objeto selecionado. Em linhas gerais, segundo o autor mencionado, “[...] o conhecimento enciclopédico de uma dada época, por parte do historiógrafo, vem a auxiliar na observação mais completa do objeto de pesquisa”. Seguindo essa orientação teórico-metodológica, contextualizar a época para entender o nosso objeto de pesquisa se faz fundamental para alicerçar nossas análises não só no conteúdo, mas também no contexto.

Em vista dessas orientações teórico-metodológicas para configurar este capítulo da dissertação, a primeira seção – “Variação e mudança linguística: contextualizando o tema para o leitor” – apresenta o que consideramos como variação e mudança linguística em nosso estudo. Além disso, evidenciamos como se deu a inserção desse tema na educação linguística nos anos 1920 e, conseqüentemente, na atmosfera intelectual da época supracitada.

A segunda seção – “Ensino de língua portuguesa no início do século 20: modelos e caracterização” – apresenta o modo como se dava o ensino de língua portuguesa no início do século 20 e, principalmente, nos anos 1920, período que analisamos nesta dissertação. A partir dessa discussão, tecemos o clima de opinião da época em estudo.

A terceira seção – “Gramáticas escolares: discussões, conceitos e objetos de ensino” – esclarece o que são as gramáticas escolares, o seu papel no cenário da gramaticografia brasileira e a relevância desses materiais para o ensino de língua portuguesa e para alguns colégios tradicionais brasileiros na época estudada, como o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

A construção desse capítulo da dissertação se deu por meio da leitura de textos biobibliográficos sobre os assuntos discutidos e sobre a gramática analisada, compreendendo artigos publicados em periódicos *online*, livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado e textos que, de algum modo, versem sobre as temáticas que aqui enfatizamos.

4.1 Variação e mudança linguística: contextualizando o tema

Antes de iniciarmos os movimentos analíticos – sejam de natureza contextual sejam de natureza conteudística – deste empreendimento investigativo, acreditamos na relevância de discutirmos o que consideramos como *variação e mudança linguística*. É preciso deixar claro o que estamos tomando como variação e mudança linguística na gramática publicada nos anos 1920 e os motivos que nos levaram a chegar até esse tema.

Nesse sentido, essa seção se organiza a partir de algumas discussões fundamentais para o desenvolvimento da nossa pesquisa: i) as motivações para se estudar o tema em destaque; ii) as definições de variação e mudança linguística para este trabalho; iii) e a inserção do referido tema na educação linguística e no curso da gramaticografia brasileira dos anos 1920, período de nossa análise.

Em primeiro lugar, é importante mencionarmos que o tema variação e mudança linguística não surge apenas com o advento da Sociolinguística laboviana, em 1960. De acordo com Salomão (2011), tal década representa o marco dos estudos mais sistemáticos na área, considerando que o termo Sociolinguística já tinha aparecido em 1939 em artigo intitulado *Sociolinguistics in India*, escrito por Thomas C. Hodson e publicado no periódico *Man in India*⁸.

Em segundo lugar, mesmo antes da criação do termo *Sociolinguística*, em 1939, já se discutia sobre variação e mudança linguística, uma vez que “o que a linguística [...] chama hoje de variação e mudança linguística [...] já aparece relatado pelos romanos em seus tratados sobre a linguagem de forma diferente do que temos hoje” (BATISTA, 2009, p. 70). Não é, então, um debate pontual e atual que surgiu apenas com o advento dos estudos linguísticos modernos. Como dito, o que conhecemos hoje como variação e mudança linguística já aparecia em relatos romanos de tempos passados. Conforme Batista (2009), até mesmo desde a Antiguidade, estudiosos se dedicaram não somente a observar, mas também a descrever aspectos relacionados ao que chamamos hoje de variação e mudança linguística.

Um terceiro ponto é que “uma inesperada descoberta científica, na passagem do século XVIII para o XIX, levou os estudiosos da linguagem a tornar hegemônica por todo o século XIX a questão da mudança das línguas no tempo” (MATTOS E SILVA, 2001, p. 295). Essa descoberta foi orientada, então, pela corrente histórico-comparativa responsável por estudar as línguas nomeadas de indo-europeias e foi responsável pela “identificação de correspondências

⁸ *Man in India* é um periódico de antropologia com foco no sul da Ásia. Seu escopo interdisciplinar inclui áreas como antropologia (principal foco), linguística e cultura folclórica.

sistemáticas entre fatos linguísticos do sânscrito [...] com o grego, o latim e as línguas germânicas” (MATTOS E SILVA, 2001, p. 295).

Desse modo, pode-se dizer que “a intuição da variação e da mudança linguística recua para tempos imemoriais” (MATTOS E SILVA, 2001, p. 293) e não se esgota somente nos estudos da linguística moderna “pós-sociolinguística”. Inclusive, no século 20, essa já era uma questão em debate, tendo em vista as discussões propiciadas pela linguística histórico-comparativa na passagem do século 19 para o 20, conforme foi explanado anteriormente.

É válido ressaltar que a corrente histórico-comparativa do século 19⁹, cerne da ciência da linguagem na época, conforme aponta Mattos e Silva (2001), abriu caminho para o estudo científico da variação e da mudança linguística. Diante disso, na segunda década do século 20, o tema já vinha sendo discutido e, possivelmente, abordado pelas gramáticas publicadas e editadas neste período.

Esse pequeno percurso demonstra, então, que a discussão sobre variação e mudança linguística não é uma demanda do presente, e que até mesmo os romanos já dedicavam seu tempo para perceber e entender as nuances das línguas. Desse modo, mesmo sabendo que nosso material de análise é anterior ao advento do termo “sociolinguística” (1939) e ao desenvolvimento de estudos sob o prisma laboviano (a partir dos anos 1960), as nossas possibilidades de pesquisa não são anuladas, tendo em vista que essas discussões ocorriam até mesmo antes da área existir enquanto campo de pesquisa.

Diante disso, apesar de Padley (2001, p. 58) defender que a “tarefa da gramática é preservar o uso de ser corrompido pela ignorância, [e] que o uso dos sábios deve sempre preponderar”, consideramos que o tratamento concebido por João Ribeiro ao tema em questão é passível de análise para o desenvolvimento de nosso trabalho. Ademais, segundo Mattos e Silva (2001, p. 296), “variação e mudança não deixaram de ser uma das preocupações centrais dos estudiosos da linguagem”, no sentido de entenderem que as línguas variam e mudam no decorrer do tempo.

Após evidenciarmos a viabilidade de investigar o tratamento da variação e da mudança linguística na *Grammatica Portugueza: Curso Superior* (1920 [1887]), de João Ribeiro, teceremos, então, o que estamos considerando como variação e mudança para esta

⁹ Retomarmos as discussões levantadas em um momento anterior ao período de nosso estudo é lançarmos mão de seu *horizonte de retrospecto*, que, de acordo com Auroux (2008, p. 114), corresponde ao conhecimento produzido “antes da atividade cognitiva em questão”. Em outras palavras, esse *horizonte* diz respeito a conhecimentos antecedentes ao período estudado – no nosso caso, o período que antecede os anos 1920. Além disso, conforme Moraes (2017), o *horizonte de retrospecto* é a identificação, a distinção e o exame crítico da temporalidade.

narrativa historiográfica, no sentido de apresentar alguns posicionamentos teóricos que servem também de alicerce para este trabalho.

Apesar de reconhecermos a “[...] distância entre a gramática veiculada pela tradição normativo-prescritiva e os usos reais em variação ou em variação e mudança no português do Brasil” (MATTOS E SILVA, 2001, p. 305), se faz possível investigar de que modo a fonte historiográfica aborda, subjacente ou explicitamente, esse tema.

Dessa maneira, tomamos como mudança linguística o fato do gramático levar em conta a trajetória de mudança de algum aspecto fonético, morfológico ou sintático, uma vez que essas três seções da gramática foram levadas em consideração para tecermos movimentos analíticos e apresentarmos os resultados desta pesquisa. As considerações sobre colocação pronominal, concordância verbal, concordância nominal etc., quando pensamos em sintaxe, por exemplo, são dados passíveis de análise para nossa dissertação, como veremos no capítulo de análise voltada para o conteúdo.

Além disso, nos atentamos em mapear os momentos em que o autor da gramática leva em conta as fases que envolvem a mudança de uma variante linguística, uma vez que, de acordo com Labov (1982)¹⁰, a mudança é perpassada por inúmeros momentos e vários estágios que possuem inúmeras variantes. Labov (1982) ainda esclarece que, para ocorrer a mudança, de fato, as variantes linguísticas precisam coexistir e competir dentro de uma determinada comunidade ou espaço. Deve haver, então, a sobrepujança de uma variante sobre a outra ao longo do tempo. Diante dessa perspectiva, tentamos perceber se a gramática descreve de algum modo essa sobreposição de variantes sobre outras.

A variação que tentamos extrair da fonte gramatical da década de 1920 diz respeito à convivência de formas variantes. Tendo essa informação em mente, mapeamos os dados nas seções de fonologia, morfologia e sintaxe em que o autor considera não apenas uma forma a ser descrita/prescrita, mas as formas que, na época, concorriam (ou conviviam) no português¹¹.

Precisamos ressaltar, inclusive, que “é justamente esse reconhecimento da variação que sustenta a existência das gramáticas ao longo dos séculos” (POLL, 2011, s/p). As gramáticas normativas surgem, então, com o objetivo de controlar a existência da variação

¹⁰ Texto intitulado *Building on empirical foundations*, escrito por William Labov e publicado em 1982 no livro *Perspectives on historical linguistics*, organizado por Winfred Lehmann e Yakov Malkiel.

¹¹ É válido abrimos nota, nesse momento do texto, para afirmarmos que daremos conta não somente dos dados relacionados à variação e mudança linguística no que diz respeito ao português do Brasil, mas sim ao português como um todo. Ao darmos primazia somente ao português do Brasil, correríamos o risco metodológico de esvaziarmos nossos dados para análise, no sentido de que algumas gramáticas dos anos iniciais do século 20 não consideravam, ao menos de modo explícito, a variedade brasileira do português.

linguística. Nisso se dá a importância da nossa narrativa historiográfica: em compreendermos de que modo o gramático da época estudada (anos 1920) abordava o tema e se posicionava diante dele.

O advento da gramática normativa, portanto, está alicerçado, na esteira de Poll (2011), em dois fatos principais: no reconhecimento da diversidade linguística e, consequentemente, da variação e da mudança linguística, e na necessidade de padronizar a língua. Funciona, então, como uma faca de dois gumes que reconhece a diversificação da língua e tenta, na mesma direção, ceifar as possibilidades de mudança.

Esclarecidas a viabilidade de exploração do assunto realçado e do que estamos intitulando de variação e mudança linguística, passamos, então, a entender de que modo o tema é tratado em nosso período de estudo – no início do século 20 e, especificamente, nos anos 1920. O curto período recortado neste trabalho permitiu que recuássemos para o final do século 19 e início do século 20, a fim de entendermos como nossa fonte realizava as descrições e prescrições gramaticais. Tendo isso em vista, alicerçamos essas discussões em Aléong (2001), Corbeil (2001), Lucchesi (2001), Poll (2011) e Moraes (2017), que nos dão sustentação para discutirmos sobre norma, variação e mudança linguística.

Desse modo, consoante Aléong (2001, p. 146), “é sabido que desde o final do século XIX a questão da norma ocupa somente um lugar muito reduzido na ciência linguística”. Os linguistas e estudiosos da linguagem, então, pouco se interessavam pelas questões de correção linguística. Esse exercício, na maioria das vezes, era de responsabilidade dos gramáticos, que prescreviam as normas, e dos professores, que repassavam aos alunos as normas prescritas em gramáticas e manuais escolares. Logo, existia uma polarização que dividia aqueles que valorizavam o emprego de certas formas tidas como corretas e aqueles que defendiam a diversidade de formas linguísticas:

[...] de um lado, um conjunto de julgamentos de valores amplamente difundidos – uma ideologia linguística – preconiza o emprego de certas formas com a exclusão de outras em nome da correção linguística, ao passo que, de outro lado, as realizações concretas se apresentam sob o aspecto de uma notável diversidade de formas (ALÉONG, 2001, p. 145).

Conforme pode ser visualizado, existia uma força de tensão, criada desde o final do século 19, que dividia o que era normal e o que era normativo. Se entende por *normal*, conforme Aléong (2001)¹², o que ocorre com frequência real no uso linguístico, e por

¹² Outros autores, como Bagno (2007) e Faraco (2008, 2011), também discutem sobre o que é normal e o que é normativo na língua.

normativo, o que se origina de determinados valores sociais elitistas e que tenta manter determinados usos linguísticos como nobres e dignos de preservação.

Aléong (2001) denomina, respectivamente, o *normativo* e o *normal* de *normas explícitas* e *normas implícitas*. Enquanto o primeiro compreende o “[...] conjunto de formas linguísticas que são objeto de elaboração, de codificação e de prescrição” (ALÉONG, 2001, p. 153), o segundo trata das “[...] formas que, por serem raramente objeto de uma reflexão consciente ou de um esforço de codificação, nem por isso deixam de representar os usos concretos pelos quais o indivíduo se apresenta em sua sociedade imediata” (ALÉONG, 2011, p. 153). Esses tipos de normas ainda se assemelham ao que Faraco (2008 e 2011)¹³ e Bagno (2013)¹⁴ denominam *norma-padrão* e *norma culta*. Dessa forma, as *normas explícitas* estão para a *norma-padrão*, assim como as *normas implícitas* estão para a *norma culta*.

Assim, por muito tempo a linguística se dedicou às *normas implícitas*, deixando para as gramáticas e os professores de língua portuguesa, como dito anteriormente, o exercício das *normas explícitas*. Isso é confirmado por Aléong (2001) quando ele pontua que a Linguística, desde o início do século 20, deixa o problema da correção da língua para as gramáticas do português.

Essas, por sua vez, apesar de serem responsáveis por ditarem a correção da língua, não negam em suas descrições e prescrições dos fatos de gramática que “a língua é um fato social” (CORBEIL, 2001, p. 175), tendo em vista que “sempre se concordou com isso, seja para fundar a distinção saussuriana entre o sistema de comunicação (a *langue*) e o instrumento de expressão privilegiado do indivíduo (a *parole*), seja para descrever diferentes maneiras de um grupo utilizar a língua” (CORBEIL, 2001, p. 175).

Em vista disso, mesmo que os gramáticos do final do século 19 e início do século 20 (assim ocorria também em outros instrumentos gramaticais da tradição) tivessem como responsabilidade social e educacional estabelecer parâmetros de correção para a língua, eles reconheciam (ou pelo menos deveriam reconhecer), de acordo com o que foi dito anteriormente e baseado em Corbeil (2001), que a língua é um fato social e, por esse motivo, sofre variações e mudanças advindas das vicissitudes sociais.

É a partir do reconhecimento das variações e mudanças linguísticas que surge, assim, a *gramática normativa*, responsável por prescrever regras e construir um imaginário de língua

¹³ Para Faraco (2008, 2011), enquanto a *norma-padrão* representa um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização, a *norma culta* designa o conjunto de fatos linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas ditas cultas, que gozam de certos bens culturais e materiais.

¹⁴ Para Bagno (2013), a *norma-padrão* reproduz um modelo idealizado de língua, e a *norma culta* corresponde às variedades urbanas de prestígio.

ideal. Para confirmar isso que estamos apontando, Poll (2011, s/p) defende que “o surgimento da gramática normativa está ancorado no reconhecimento da existência da variação linguística e que a existência da gramática normativa somente se justifica no reconhecimento da variação”.

Consequentemente, “a gramática normativa não é um instrumento que pretende ser a única verdade sobre a língua, uma vez que seu advento é marcado pelo reconhecimento da variação linguística” (POLL, 2011, s/p). A partir dessa perspectiva, mesmo sendo prescritivas, nossa fonte historiográfica, por exemplo, não tem como fugir de abordar a variação e a mudança linguística em seus escritos, pois, conforme Poll (2011), é na tradição gramatical (que teve início nos estudos alexandrinos) que residem os conceitos que demonstram a amplitude da variação linguística, por exemplo.

Como forma de esclarecermos o que apontamos, de acordo com a autora supracitada, a gramática tradicional surgiu com o intuito de controlar a variação linguística, ou seja, “a variação linguística deu motivo para a padronização da língua” (POLL, 2011, s/p); hoje, o caminho é inverso, no sentido dos estudos variacionistas valorizarem e reconhecerem as variantes que não são consideradas as formas padrão da língua.

Destarte, conclui-se, então, que os estudos da língua e as gramáticas normativas possuem um lugar de origem comum: a variação linguística, reconhecendo, logo, a diversidade linguística, fruto das vicissitudes sociais. Se a gramática surge da necessidade de cessar a variação linguística, é esperado que, de algum modo, ela aborde esse tópico, seja para refutá-lo, seja para desenvolvê-lo. Faz parte da natureza desses objetos abordar o que estamos intitulando de variação e mudança linguística.

Toda essa nossa argumentação se relaciona a uma das diretrizes epistemológicas da gramática tradicional apontadas por Vieira (2020), especificamente a diretriz 2. O autor aponta que, nessa diretriz, a “A GT promove uma visão de língua invariável e imutável, interdita ou ignora a diversidade linguística e combate a suposta deterioração do padrão idealizado” (VIEIRA, 2020, p. 99). A partir dessa perspectiva, a gramática tradicional deveria, então, combater o “caos” instaurado pela diversidade linguística. Sendo assim, mesmo que não cite explicitamente variação e mudança linguística, as gramáticas tradicionais prezam por um padrão idealizado de língua justamente para barrar o fato das línguas variarem e mudarem.

O ensino, a partir dessas gramáticas tradicionais, preza, então, por reverberar a imagem de que a língua é imutável. Por esse motivo, discrimina a variação linguística, pois esse fenômeno nos evidencia a convivência de formas variantes de um único fato linguístico,

por exemplo. Diante desse cenário, as gramáticas tradicionais tendem a assumir a postura de “[...] agentes de combate ao ‘caos’ da diversidade linguística e à ‘deterioração’ das formas e construções corretas, puras e perfeitas da norma-padrão soberana” (VIEIRA, 2020, p. 99).

As discussões empreendidas até aqui apresentaram a viabilidade de desenvolver um estudo que investiga as abordagens da variação e da mudança linguística em fontes historiográficas dos anos 1920 e expuseram a relevância da percepção desses fenômenos linguísticos para o surgimento das gramáticas normativas no curso da gramaticografia brasileira e dos estudos sobre a língua. Com isso esclarecido, a próxima seção deste trabalho tem por objetivo discutir sobre ensino de língua portuguesa no início do século 20.

4.2 O ensino de português no início do século 20

De acordo com Silva (2011), para compreendermos o processo de constituição, desenvolvimento e consolidação de uma determinada fonte historiográfica, precisamos, além do resgate do ideário que deu sustentação à construção do conhecimento linguístico, da reconfiguração do contexto da época em que viveram os sujeitos que produziram esse conhecimento, fundamental para o desdobramento das ideias linguísticas em épocas posteriores.

Nesta seção, discutiremos de que modo se desenvolviam, no início do século 20, precisamente nos anos 1920, as práticas de ensino de língua portuguesa. Exporemos, assim, as principais características e os modos para a didatização da mencionada disciplina curricular no curso da história brasileira. Para alcançar esses objetivos, nos amparamos em diversos autores que, de algum modo, escrevem e refletem sobre ensino de língua portuguesa no Brasil e sua história, a exemplo de Guimarães (1996), Poll (2008), Dallabrida (2009), Razzini (2010), Prado (2015) e Vidal Neto (2020). Nos textos elencados, incluímos artigos publicados em periódicos brasileiros, bem como dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Para o início dessa discussão, é importante ressaltar que “[...] nas últimas décadas do século XIX assiste-se à viragem epistemológica e à difusão das novas orientações linguísticas e didáticas, processo que foi favorecido pela recepção do positivismo” (CATROGA, 1998 *apud* GONÇALVES, 2011, p. 2571). Esse movimento de virada epistemológica nas ideias didáticas atinge o ensino de línguas na América Latina e, consequentemente, no Brasil.

Desse modo, as últimas décadas oitocentistas e as primeiras décadas do século 20 foram representativas na reivindicação dos estudos de língua portuguesa alçarem o *status* de ciência, distanciando de um modelo anterior, muitas vezes, conhecido como ensino

tradicional (cf. ANGELO, 2010; BAGNO, 2011).

Nesse contexto de virada epistemológica que atingia a América Latina, no final do século 19 para o início do século 20, o Colégio Pedro II começou a exercer, no Brasil, uma forte influência no ensino de português para o nível secundário¹⁵, que diz respeito ao ensino que era ministrado aos adolescentes entre 12 e 18 anos (cf. RAZZINI, 2000). O renomado e tradicional colégio, de acordo com Razzini (2010, p. 47), foi “fundado na Corte pelo governo regencial, em 2 de dezembro de 1837, aniversário do herdeiro do trono. Inaugurado em 25 de março de 1838, o Colégio Pedro II deveria servir de modelo ao ensino secundário [...]”. E é por servir de modelo que o Colégio, conseqüentemente, influencia não só a dinâmica do ensino de português no país, mas também a produção de materiais didáticos, como gramáticas (nossas fontes historiográficas) e livros didáticos.

Além disso, o Colégio, que, como dito, era modelo e exemplo, concedia o diploma de bacharelado em Letras ao fim do sétimo ou oitavo ano de estudo. Esse diploma dava o direito, em consonância com Razzini (2000, 2010), ao ingresso em qualquer curso superior do Império sem ter que prestar qualquer exame de seleção. Desse modo, além de influenciar o ensino de disciplinas curriculares, como português, ele favorecia o ingresso dos estudantes que ali passavam no ensino superior.

O mencionado colégio teve uma fundamental importância, de acordo com Vidal Neto (2020), para o início da expansão do ensino secundário brasileiro e para a modernização cultural burguesa que atravessa a sociedade brasileira:

não é exagero dizer que o Colégio Pedro II passa, então, a exercer um papel nuclear no tocante à educação secundária no Brasil. A importância da instituição e de seus professores começa a balizar os rumos da escola secundária no Império e início da República (VIDAL NETO, 2020, p. 64).

Embebidos na importância do colégio carioca, os professores que por ali passavam tornavam-se também referência no ensino secundário brasileiro. O mesmo ocorria com os docentes da disciplina Português, tendo em vista que, de acordo com Razzini (2000, p. 27), eram eles quem decidiam, “[...] cada um na sua cátedra, o *programa curricular* e os *compêndios* adotados no Pedro II e, por conseguinte, nos exames preparatórios”.

O ensino de português, de acordo com Vidal Neto (2020, p. 64), “não gozava inicialmente de muito prestígio no currículo do Pedro II, em função da importância que o ensino clássico ainda possuía. Nele preponderava o ensino de Latim e de disciplinas como a retórica e a poética”. Esse ensino começou a se fazer importante a partir de algumas reformas

¹⁵ O ensino secundário, no Brasil, corresponde ao atual segundo segmento do ensino fundamental (Lei 9.394/96).

de currículo e incentivos para o ensino de língua, como é o caso da Reforma do Ministro Paulino de Souza, com o decreto 4.430, de 30 de outubro de 1871; o decreto 9.649, de 02 de outubro de 1886, que instituiu a precedência do exame de português sobre os outros, tornando-o eliminatório; e o aviso 974, de 17 de março de 1887, que instituiu o programa de Fausto Barreto. O decreto 9.649 e o aviso 974 funcionaram como leis de incentivo à consolidação do ensino de português no Brasil e serão mais explorados logo a frente no texto.

A primeira reforma, proposta pelo Ministro Paulino Souza por meio do decreto 4.430, instituiu a presença obrigatória da prova de português para os exames preparatórios. Dessa maneira, a disciplina passou não só a ter uma maior importância nos currículos, como também por um processo de formalização curricular (cf. RAZZINI, 2000; VIDAL NETO, 2020).

O primeiro decreto de incentivo, intitulado “Programa Fausto Barreto”, determinou que o programa de português (ou os conteúdos) deveria ser cobrado nos exames preparatórios de todo o império (cf. VIDAL NETO, 2020). Esse programa, conforme Guimarães (1996), ainda incentivou o aparecimento de várias gramáticas no curso histórico da gramatização brasileira do português. Percebemos, então, que, além de consolidar o ensino de português na época, ele ainda foi responsável por incentivar a produção de gramáticas que viriam a se tornar materiais de cunho pedagógico.

Algumas das gramáticas que surgem sob o impacto do programa de Fausto Barreto¹⁶, de acordo com levantamento feito por Vidal Neto (2020), são: i) *Primeiras noções de grammatica: 1º curso* (1906), de Alfredo Clemente; ii) *Lições de grammatica portugueza* (1909), de J. J. De Freitas Coutinho; iii) *Grammatica Portugueza* (1920), de Firmino Costa; iv) *Grammatica Portuguesa: 2º ano (curso médio e do curso superior)* (1921), de Júlio Pires Ferreira.

O segundo decreto de incentivo é o decreto 9.649, de 2 de outubro de 1886, que torna o exame de português de caráter eliminatório, o que faz com que ele se diferencie de todos os outros exames das outras disciplinas por não ser somente de caráter classificatório.

Esses decretos surgem porque “as escolas elementares públicas [de São Paulo, principalmente] eram mantidas pelo governo do Estado e as escolas que existiam na cidade no início do século XX apresentavam deficiências no seu funcionamento” (PRADO, 2015, p. 325). Os decretos e as reformas foram criados para sanar essas deficiências de funcionamento, seja de ordem estrutural seja de ordem curricular. Esses problemas mencionados eram

¹⁶ De acordo com Vidal Neto (2020), antes do programa de Fausto Barreto, predominavam as gramáticas de referência e as gramáticas primárias. Nesse sentido, o mencionado programa abriu espaço para a criação de inúmeras gramáticas de cunho pedagógico.

relacionados, segundo Prado (2015), à ausência de material didático, à estruturação precária dos espaços físicos das escolas, à formação de professores e à diversidade de métodos de ensino.

Por meio da reforma e dos decretos de incentivo à consolidação do ensino da referida disciplina, o ensino de português, então, vai, pouco a pouco, tomando modelagem e caracterização, principalmente no final do século 19 e início do século 20, como bem pontua Vidal Neto (2020) em sua tese de doutoramento. Entendidas as idas e vindas em torno da consolidação curricular do ensino de português no Brasil, passamos, assim, a caracterizá-lo.

Antes, é válido dizer que, após os anos 1920, período foco desta pesquisa, outras reformas foram criadas para modernizar e consolidar o ensino secundário e, conseqüentemente, o ensino de português no Brasil. É o caso da Reforma Francisco Campos, de 1931, que, em concordância com Dallabrida (2009, p. 185), determinou uma “[...] organicidade ao ensino secundário por meio de várias estratégias escolares, como a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal”.

A partir dessa consolidação do ensino através das reformas e dos decretos, “o ensino da Língua Portuguesa nos estabelecimentos primários, públicos ou privados – salvo os estabelecimentos exclusivamente de idiomas –, era obrigatório desde a promulgação de uma lei no ano de 1896” (PRADO, 2015, p. 323). Diante não somente disso, como também do que foi falado até o momento, o ensino de português em solo brasileiro passou por inúmeros processos de transformações até chegar à obrigatoriedade.

Além disso, outro problema que o ensino enfrentava era referente à taxa de analfabetismo do início do século 20, uma vez que, consoante Prado (2015, p. 324), “[...] a população brasileira era constituída principalmente por imigrantes das mais variadas etnias: ex-escravos, índios e brasileiros. Levando-se em conta a população como um todo, poucos eram os sujeitos alfabetizados na Língua Portuguesa” (PRADO, 2015, p. 324).

Nessa conjuntura, as escolas públicas passaram a ser os principais centros de educação do país devido à presença do tradicional Colégio Pedro II, localizado no Rio de Janeiro, conforme já mencionamos em outro momento desse texto, tendo em vista que prezavam pelo ensino de leitura e escrita em língua portuguesa, nada muito distinto do cenário atual brasileiro (cf. POLL, 2008).

Desse modo, “nos programas de ensino das escolas elementares públicas sempre constou o ensino da Língua Portuguesa, especificando a leitura, a escrita e a gramática” (PRADO, 2015, p. 317). Esse último ponto se dava a partir do momento em que os alunos

adquirissem a leitura e a escrita, principais focos para a época.

Consequentemente, os alunos matriculados nas escolas aprendiam por meio das gramáticas a norma-padrão, tendo em vista que ela era vista, e continua sendo até os dias atuais, conforme aponta Faraco (2008), como uma ferramenta de poder, de conquista, de repressão, bem como um caminho que facilitava a chegada ao mercado de trabalho. Tal premissa pode ser confirmada por Poll (2008, p. 205), ao apontar que “[...] o domínio da norma padrão [era] uma ferramenta de poder na conquista de lugar na sociedade e no mercado de trabalho”. Nesses termos, parece claro existir, desde então, a necessidade de ensino da norma-padrão nas escolas brasileiras.

Além de focar na leitura, na escrita e no aprendizado da gramática, “[...] o ensino teria de se relacionar ao meio social em que a criança vivia, para que ela fosse formada com os conhecimentos acerca de sua localidade, de sua cidade e, consequentemente, de seu país de nascimento” (PRADO, 2015, p. 326). Tal posicionamento do ensino evidencia sua natureza dupla de ser tanto padronizador dos usos linguísticos quanto de se relacionar aos meios sociais em que os alunos viviam na época. Assim, além dos alunos conhecerem sua realidade linguística, aprendiam as prescrições gramaticais que os auxiliariam futuramente na chegada ao mercado de trabalho.

Diante do exposto, podemos inferir que o ensino de língua portuguesa no Brasil passou por inúmeras transformações legais e curriculares propiciadas por reformas e decretos institucionais que foram capazes de alçá-lo de facultativo a obrigatório nos exames de seleção para o ensino secundário e superior.

Ademais, o ensino de português, assim como nos dias de hoje, era alicerçado na tríade *leitura-escrita-gramática*. A presença da gramática era, então, uma constante, servindo para a transmissão da norma-padrão e como instrumento de poder e de domínio da língua. E não somente isso: servia também como um facilitador para a chegada dos alunos ao mercado de trabalho.

A discussão exposta serve para esclarecer, portanto, aspectos contextuais envolvendo o ensino de língua portuguesa no Brasil da referida época que estamos estudando nesta dissertação. Sendo assim, expomos, até aqui, o desenvolvimento dessa disciplina para o Estado e de como ele foi essencial nos anos iniciais do século 20, tanto em termos práticos quanto em termos teóricos.

4.3 Gramáticas escolares: discussões, conceitos e objetos de ensino

A narrativa empreendida até este momento do texto definiu o que estamos considerando como variação e mudança linguística, bem como caracterizaram a atmosfera intelectual (ou o *clima de opinião*) sobre ensino de língua portuguesa durante os anos finais do século 19 e os iniciais do século 20. Como forma de dar continuidade ao texto, essa seção da dissertação tem a finalidade de definir, a partir de alguns pontos de vista, o que consideraremos como gramática escolar ao longo desta dissertação. Para tanto, tomamos como base os textos de Borges Neto (2018), Schmitz (1990), Bechara (1998), Silva (2006), Magalhães (2008), Vieira (2018) e Vidal Neto (2020). Apesar do escasso volume de textos sobre o assunto em questão, esses autores promovem reflexões a esse respeito, ao tratarem da história da gramática e, conseqüentemente, de seus objetos e conceitos.

É importante frisar a relevância de se investigar o objeto *gramáticas escolares*¹⁷. Entretanto, a ausência de textos que tratam essas fontes historiográficas é nítida, tendo em vista a dificuldade no levantamento dos textos para a constituição desta seção. Diante desse cenário, empreender investigações historiográficas sobre gramáticas escolares, como é o caso dessa pesquisa, é de suma importância para registramos a história dessas fontes.

Antes de explicitarmos a relevância de investigar gramáticas escolares, expomos aqui um conceito atual sobre o termo em destaque, advindo da tese de doutorado de José Bento Vidal Neto, defendida em 2020, na USP. O pesquisador promove uma discussão inédita sobre o que é gramática escolar no Ocidente, que compreende às gramáticas escritas para fins pedagógicos, as quais podem ser chamadas também de *pedagógicas*. Vidal Neto (2020, p. 49, *grifos nossos*) elenca alguns critérios que fazem com que as gramáticas escolares possuam, de fato, um caráter didático e sejam, por isso, escolares: “i) menção explícita no título, subtítulo, folha de rosto ou prefácio ao universo escolar; ii) presença de referências aos *programas de ensino*; iii) e presença de exercícios de fixação”.

É válido ressaltarmos, nesse momento do texto, que esses critérios, apesar de serem extraídos de uma tese atual (defendida em 2020), podem ser relativizados, tendo em vista que eles podem servir de filtro para as gramáticas do período que foi estudado pelo autor (1900-1940), mas, em contrapartida, podem não servir para estabelecer como escolares gramáticas que são publicadas na atualidade.

Diante do que aponta Vidal Neto (2020), acreditamos que o nosso objeto em análise é uma gramática escolar por alguns motivos. O primeiro refere-se à menção explícita no título

¹⁷ Para Magalhães (2008), os manuais escolares podem ser considerados como todo e qualquer livro que circule, com intuito pedagógico, na escola. Entre esses livros, podemos citar gramáticas escolares, livros didáticos de português, cartilhas etc.

ao universo escolar (uso da expressão “curso superior”). O segundo remete ao objetivo desse material que foi criado para atender programas de ensino, como é o caso do Programa Fausto Barreto. O terceiro e último diz respeito à apresentação de exercícios de fixação em seu corpo textual para facilitar o ensino e aprendizagem dos tópicos de gramática.

Esclarecido esse conceito de gramática escolar, a análise empírica desses objetos proporciona a investigação, de acordo com Silva (2006), das configurações do ensino de gramática na escola, seja em qual época for – no caso dessa dissertação, nos anos 1920 –, bem como se institui como uma nova área de conhecimento, levando em conta a pouca exploração desses materiais, uma vez que, conforme Silva (2006), nos tempos mais recentes, são muito raros os trabalhos de investigação que tenham como enfoque esse tipo de fonte.

Além disso, nos apropriando de Magalhães (2008), podemos apontar mais dois fatores relevantes para a nossa pesquisa historiográfica: i) investigar os manuais escolares de outrora possibilita conhecer ambientes escolares de épocas passadas; ii) pesquisar sobre esses materiais confere a centralidade deste tipo de trabalho em entender a cultura e a sociabilidade escolar da época.

Entendida a importância do estudo sobre gramáticas escolares e sabendo que a edição de nossa fonte historiográfica foi publicada no início do século 20, é preciso considerar que “a primeira metade deste século viu [...] o predomínio das gramáticas científicas feitas ao molde oitocentista” (BORGES NETO, 2018, p. 286). Esse período científico, de acordo com a proposta de periodização de Cavaliere (2001), abrange o período compreendido entre 1881, com a publicação da *Grammatica Portuguesa: Curso Superior*, de Júlio Ribeiro (1845-1890), e 1941, com a publicação dos *Princípios de Linguística Geral*, de Mattoso Câmara Jr. (1904-1970).

As gramáticas do período científico, de acordo com Borges Neto (2018, p. 286), apesar de receberem a classificação de científicas, “[...] não diferem muito do que se fez, desde Dionísio Trácio”. Sendo assim, podemos elencar, entre tantas, duas características das gramáticas do período científico: i) mesmo com algumas exceções, as gramáticas do referido período são essencialmente normativas, no sentido de descreverem uma língua artificial e reconstruída a partir de textos clássicos que imprimem a língua considerada correta; ii) essas gramáticas utilizam o aparato teórico desenvolvido pelos gramáticos gregos e latinos.

Em contrapartida, o adjetivo “científicas” se justifica porque, apesar de normativas, as gramáticas buscavam, na época, incorporar o conhecimento sobre a linguagem construído até então pelos estudos histórico-comparativos que circularam, por exemplo, fora do âmbito exclusivamente gramatical. Ao mesmo tempo em que prescreviam regras, as gramáticas

científicas buscavam de algum modo inserir os estudos científicos produzidos na época sobre a linguagem. Isso representou, então, uma “[...] mudança de concepção de gramática de arte/técnica para ciência” (VIEIRA, 2018, p. 146).

Consequentemente, a gramática estabelecia movimentos que prezavam por “[...] agasalhar certos usos e repudiar outros, [...] se [via] na contingência de dar os porquês, de oferecer explicações: assim, aspirar a ser científica” (BECHARA, 1998, p. 37). Borges Neto (2018, p. 286) concorda com Bechara (1998) ao apontar que “o caráter normativo da gramática, então, não se altera. Porém, passa a ser justificado ‘cientificamente’ pela abordagem histórica”. Isso constituía, então, uma via de mão dupla: de um lado, a norma, de outro, a ciência, uma vez que se buscava justificar a norma com a ciência.

Vieira (2018, p. 146) é outro autor que, assim como Bechara (1998) e Borges Neto (2018), assegura que existiu uma “[...] mudança de concepção de gramática de arte/técnica para ciência”, defendendo, assim, que a gramática deixa de ser considerada apenas arte e passa a assumir o *status* de ciência.

As gramáticas do período científico se dividiam em *históricas* e *expositivas*¹⁸ ou, como prefere Borges Neto (2018), *descritivas* ou até mesmo *práticas*. Enquanto as gramáticas históricas são “responsáveis pela apresentação do percurso histórico percorrido pelos fatos linguísticos, desde uma origem arbitrada até o momento de sua escritura” (BORGES NETO, 2018, p. 288), as gramáticas expositivas possuem caráter eminentemente didático, sendo, então, voltadas para as salas de aula, cujo objetivo era “descrever os bons usos da língua contemporânea” (BORGES NETO, 2018, p. 288).

Apesar das diferenças claras entre um tipo e outro de gramática, os assuntos abordados por elas eram praticamente os mesmos: classificação, estrutura e flexões de palavras. Em consonância a Borges Neto (2018), entendemos que a teoria gramatical que sustentava essas gramáticas também era a mesma, e a unidade de análise desses dois tipos era a palavra.

Dessa maneira, ao mesmo tempo que apresentavam as diferenças conceituais, já que uma tinha o objetivo de apresentar a história dos fatos linguísticos (gramáticas históricas) e a outra era voltada unicamente para as salas de aula (gramáticas expositivas), esses instrumentos possuíam semelhanças teóricas e analíticas, uma vez que partiam da mesma teoria gramatical e tinham a palavra como unidade máxima de análise da língua. Borges Neto (2018, p. 294) nos permite defender tal posicionamento ao dissertar que:

¹⁸ De agora em diante, com base no que postula Borges Neto (2018), intitularemos as gramáticas escolares de expositivas, descritivas ou práticas, tendo em vista que os termos “descritivas” e “práticas” também se referem, simultaneamente, à expositivas.

[...] os dois tipos de gramática tratam dos mesmos objetos por perspectivas distintas: a gramática histórica olha a língua de uma perspectiva diacrônica e a gramática expositiva, de uma perspectiva sincrônica. As diferenças que encontraremos entre elas, então, não vão estar na concepção teórica de língua adotada (suas partes, unidades de análise, classificações, relações entre os elementos etc.), mas apenas no que diz respeito, estritamente, ao modo de abordagem, às perspectivas sincrônica ou diacrônica.

Mesmo que a diferença entre as duas gramáticas possa aparentar ser pequena, certamente não o é, tendo em vista as distinções na natureza dos conteúdos abordados. A gramática expositiva trata das classes de palavras e aborda, por exemplo, as flexões do substantivo. A gramática histórica discute, sob um viés diacrônico (ao longo do tempo), o tratamento dos processos que envolvem o sistema de flexão, indo desde o latim até o sistema flexional do português contemporâneo (cf. BORGES NETO, 2018). Ademais, “os manuais escolares [contêm] uma finalidade e a organização de uma matéria de forma simplificada e prática” (MAGALHÃES, 2008, s/p), tendo em vista que tanto a finalidade como a organização atenderão a uma dinâmica escolar.

Compreendida essa diferença entre os dois tipos de gramática que podem ser identificados no período científico, pode-se dizer, com base em Bechara (1998, p. 38), que, junto com o período científico, surge “o primeiro eco das modernas ideias linguísticas, inspirado exatamente em Ferdinand de Saussure [...] com as gramáticas redigidas por M. Said Ali [...]”. Ainda de acordo com Bechara (1998), outras duas renovações que podem ser citadas são: i) a gramática escolar passou a considerar que a Linguística comporta, além dos dialetos regionais, os dialetos sociais; ii) a língua portuguesa pode admitir uma norma portuguesa e uma norma brasileira, sendo as duas igualmente válidas, sem uma necessariamente anular a outra.

Sendo assim, as gramáticas escolares do período científico, de acordo com Cavaliere (2001), não chegaram na escola de toda e qualquer maneira. Elas passaram pelas inovações apresentadas anteriormente, bem como assumiram a atmosfera intelectual da época. Além de instrumentos normativos e de prescrição de regras, essas gramáticas adotavam as ideias propiciadas pelos estudos sobre a linguagem.

Atualmente, a gramática escolar compreende “[...] uma tentativa de redefinir o papel da gramática nas escolas públicas e particulares do país, desde o pré-primário até o nível superior” (SCHMITZ, 1990, p. 195). Redefinidas e aperfeiçoadas, as gramáticas práticas estabeleciam tentativas de atingir o lugar do diálogo entre a prescrição e a ciência, sem se desprender de nenhum desses dois lugares.

Ademais, a “gramática escolar [...] implica uma atividade direta com a língua portuguesa, isto é, a manipulação dos vários componentes do idioma – o léxico, o sintático, o semântico e o pragmático” (SCHMITZ, 1990, p. 211). Diante disso, ela não foca, por exemplo, somente na sintaxe, mas dá primazia, mesmo que com menor espaço, a outras discussões de viés semântico, pragmático ou lexical.

Diante da discussão aqui empreendida, as gramáticas escolares, voltadas exclusivamente para a escola e constituídas de textos e atividades para a sala de aula (SILVA, 2006), mesclam prescrição e ciência linguística e têm, de acordo com Silva (2006), a função social de selecionar e representar os saberes disponíveis em determinada época, bem como podem ser consideradas “[...] suporte[s] de conhecimentos escolares” (SILVA, 2006, p. 144). A ideia de serem suportes de conhecimentos escolares não surge somente na atualidade, mas, como vimos em outro momento desse texto, desde sua gênese.

As discussões empreendidas nesta quarta seção do texto, referentes à atmosfera intelectual que circundava não só nosso período de estudos (anos iniciais do século 20), mas também as gramáticas escolares, serviram, então, para alinhar nosso olhar historiográfico sobre a fonte que estamos investigando nesta narrativa. Sem olhar para o contexto, não teríamos como, de acordo com as orientações teórico-metodológicas de Swiggers (2019) e Altman (2019), realizar análises relevantes da fonte historiográfica em investigação, as quais serão vistas no capítulo seguinte.

5 TECENDO AS ANÁLISES HISTORIOGRÁFICAS: AS CAMADAS DO CONHECIMENTO LINGUÍSTICO

Este capítulo de análise investiga as *camadas do conhecimento linguístico* (camada contextual, camada teórica, camada técnica e camada documental) de nossa fonte historiográfica, conforme discutido nos capítulos anteriores desta dissertação. Ao optarmos por essas categorias de análise, observamos de que modo ocorre a abordagem da variação, da mudança linguística e do português do Brasil a partir da análise de cada uma das camadas propostas por Swiggers (2004).

Nesses termos, com a camada contextual, discutimos o contexto sociocultural em que o trabalho gramatical realizado por João Ribeiro estava inserido. Isso inclui a apresentação dos movimentos de retórica estabelecidos pelo gramático em relação ao que estava sendo discutido na época, bem como suas influências intelectuais, que perpassam as produções gramaticais.

Com a camada teórica, verificamos os conceitos teóricos, a exemplo do conceito de gramática, predominantes na *Grammatica Portugueza: Curso Superior* (1920 [1887]), de João Ribeiro.

Com a camada técnica, conferimos como o gramático conduziu seus trabalhos com os dados linguísticos utilizados na descrição/prescrição gramatical. Nos atentamos, desse modo, para a forma de análise e os dados privilegiados pelo autor mencionado anteriormente.

Com a camada documental, examinamos o tipo de documentação linguística que serviu de base para a produção da fonte historiográfica dos anos 1920. Entra em destaque, então, nesse momento do texto, a documentação linguística, isto é, o exemplário apresentado pela fonte analisada.

Tendo isso em mente, dividimos esse capítulo em duas seções. A primeira seção intitula-se “*Grammatica Portugueza: Curso Superior* (1920 [1887]), de João Ribeiro”, em que apresentamos a análise de cada uma das camadas do conhecimento linguístico. Para tanto, essa seção apresenta quatro subseções: i) camada contextual; ii) camada teórica; iii) camada técnica; iv) camada documental. A segunda seção intitula-se “Sistematização das análises”, em que sintetizamos e resumimos as análises de cada uma das camadas que discutimos na seção anterior.

A partir dessa organização do capítulo 5, teceremos, portanto, uma narrativa que nos leve a entender o contexto sociocultural que perpassa a fonte, identificar os conceitos presentes na gramática, compreender a condução dos trabalhos realizada pelo gramático e

apresentar o exemplário utilizado pela gramática que circulou nas escolas brasileiras nos anos iniciais do século 20. A utilização dessas quatro camadas do conhecimento linguístico (SWIGGERS, 2004) engloba, então, os movimentos analíticos e as discussões sobre a fonte historiográfica escolhida para esta dissertação.

5.1 *Grammatica Portuguesa: Curso Superior* (1920 [1887]), de João Ribeiro

5.1.1 Camada contextual: analisando o contexto da obra e do gramático

Nesta primeira subseção, analisaremos a camada contextual da *Grammatica Portuguesa: Curso Superior* (1920 [1887]), de João Ribeiro (de agora em diante GP). Como dito no capítulo teórico, apresentaremos tanto o contexto sociocultural em que o gramático estava inserido, como também as influências que outros intelectuais exerceram sobre João Ribeiro e sua produção gramatical e alguns movimentos de retórica estabelecidos pelo gramático em relação à atmosfera intelectual da época.

Diante disso, consideramos como influência, de acordo com Neusa Bastos (2020), em conferência promovida pela Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN)¹⁹, os *backgrounds* entre gramático analisado e outros autores. Esses *backgrounds* fazem com que o historiógrafo investigue os antecedentes de um autor em particular: a escolaridade, os primeiros estudos e as conexões teóricas e intelectuais estabelecidas por determinado gramático. E tomamos a retórica como a parte do processo de argumentação e persuasão do gramático que objetiva convencer uma comunidade intelectual sobre alguma ideia.

Para realizarmos essas discussões, traçamos um pequeno levantamento de textos compostos por dissertações de mestrado, publicações meta-historiográficas²⁰ e livros biográficos sobre João Ribeiro e sua obra. Alicerçamos esta seção a partir dos pressupostos de Silva (2006), Silva (2008), Rodrigues (2013), Antezana (2014), Gally (2015), Ramos (2015) e Vieira (2018), que discutem sobre o autor e a gramática em questão. Além disso, recorreremos à fonte historiográfica analisada para identificarmos as influências intelectuais que perpassaram a formação do gramático e os movimentos de retórica do autor em relação ao discurso

¹⁹ Fundada em 1969, a ABRALIN é uma sociedade acadêmica que congrega profissionais de linguística no Brasil. Os principais objetivos da ABRALIN são promover, desenvolver e divulgar os estudos de linguística teórica e aplicada no Brasil (cf. <https://www.abralin.org/site/>, acesso em 08 de janeiro de 2021). Em 2020, devido a pandemia do novo coronavírus, a associação promoveu um conjunto de palestras ao vivo. O evento foi intitulado de *ABRALIN ao vivo*. Essas atividades podem ser conferidas no seguinte link de acesso público: https://www.youtube.com/channel/UCf75fg3VemQx9A_Z6FfoDRg, acesso em 30 de julho de 2020).

²⁰ Como publicações meta-historiográficas, consideramos livros e artigos que, de alguma maneira, têm o objetivo de problematizar e/ou esclarecer, teórica e metodologicamente, sobre o campo disciplinar da HL.

dominante da época. Esses movimentos de retórica nada mais são do que os posicionamentos, os argumentos e as defesas do autor em relação aos temas de ordem linguística que circulavam na época.

Primeiramente, apresentaremos informações sobre a vida, a obra e a formação de João Ribeiro. Em seguida, conheceremos o papel deste autor como gramático e sua importância e atuação para a gramaticografia brasileira do início do século 20. Em vista disso, promovemos, então, a cristalização das memórias sobre esse intelectual e descortinamos alguns discursos narrados por pesquisadores que escrevem a respeito dele. E por último, porém não menos importante, para a composição desta subseção, estabeleceremos movimentos analíticos no que diz respeito à influência e à retórica.

Nascido no município de Laranjeiras, interior de Sergipe, no dia 28 de junho de 1860, João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1860-1934)²¹ assumiu, durante sua vida, as funções de jornalista, crítico da língua portuguesa, filólogo, historiador, pintor, professor, tradutor, ensaísta, crítico literário, entre outras. De acordo com Rodrigues (2013, p. 378), “são tantas as curiosidades sobre João Ribeiro quantas suas preocupações pelo universo intelectual”. São muitas faces para um homem só, como costuma intitular Rodrigues (2015), no livro *Nos desvãos da história: João Ribeiro*, publicado em 2015 pela Paco Editorial.

Uma prova de suas muitas faces é a sua extensa produção bibliográfica, que, além da GP, é composta pelas seguintes publicações: 1) *Dicionário gramatical* (1889); 2) *Versos* (1890); 3) *Estudos filológicos* (1902); 4) *Páginas de estética* (1905); 5) *Frases feitas* (1908); 6) *Compêndio de história da literatura brasileira* (1909); 7) *O fabordão* (1910); 8) *A Língua Nacional* (1921)²²; 9) *Colmeia* (1923); 10) *Cartas devolvidas* (1926); 11) *Curiosidades verbais* (1927); 12) *Floresta de exemplos* (1931); 13) *Goethe* (1932);

Essa vasta e diversificada produção de João Ribeiro nos anos finais do século 19 e quase durante toda a primeira metade do século 20 comprova que ele foi um “[...] autor de copiosa produção intelectual, tratando com competência e desenvoltura assuntos que iam da crítica literária à ciência contemporânea, da filologia clássica aos estudos linguísticos, da história do Brasil à gramática portuguesa” (SILVA, 2006, p. 42). Sendo assim, era um escritor que não se rendia a somente um assunto, mas que possuía inúmeras faces intelectuais, como falamos anteriormente, e tinha o domínio de diversos conteúdos.

²¹ Algumas das informações extraídas sobre João Ribeiro, como perfil acadêmico, biografia e bibliografia foram encontradas no portal da Academia Brasileira de Letras (ABL). Essas informações podem ser acessadas em: <http://www.academia.org.br/academicos/joao-ribeiro>.

²² 1933 foi o ano de publicação encontrado no portal da ABL, porém, de acordo com Silva (2008) e Gally (2015), o ano 1933 corresponde à segunda publicação deste livro de João Ribeiro. Desse modo, a primeira edição foi publicada, na verdade, em 1921.

Como muitos jovens do Nordeste à época, João Ribeiro foi tentar a vida no Rio de Janeiro, centro político e cultural do Império. O gramático chegou à capital carioca no ano de 1881, tendo falecido no mesmo lugar no dia 13 de abril de 1934. Outra prova de suas várias faces é a sua passagem por inúmeros ofícios e inúmeros cursos, conforme aponta Rodrigues (2013, p. 378):

No Estado natal concluiu os estudos secundários e pensou em fazer o curso de medicina na Bahia. Ao verificar sua inaptidão para o ofício, interessou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A engenharia tampouco lhe agradou. Decidiu-se pelo curso de Ciências Jurídicas e Sociais, concluído na Faculdade do Rio de Janeiro em 1894. Enquanto tentava a vida na capital do País e buscava um ofício condizente com a fortuna intelectual adquirida em sua juventude, dedicava-se ao jornalismo e à literatura.

João Ribeiro ganhou reconhecimento, segundo Rodrigues (2013), em 1884, e foi convidado para empreender um curso de gramática portuguesa destinado à educação infantil, ao curso médio e ao curso superior. Isso aconteceu antes de sua efetivação docente no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. Além de ter passado por esse colégio, ele ainda trabalhou no Colégio São Pedro de Alcântara e Alberto Brandão, também localizados no Rio de Janeiro.

Além da experiência ocasionada pela atuação em cursos e colégios e de sua vasta produção escrita, o gramático ainda se fez presente em inúmeras agremiações de cunho intelectual: 1) Academia Brasileira de Letras (ABL); 2) Institutos históricos e geográficos do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Sergipe; 3) Academia das Ciências de Lisboa, onde operou como sócio; 4) e ainda atuou como diretor do Almanaque Garnier²³ entre 1907 e 1914.

Ao expormos as facetas da formação e a vasta produção bibliográfica de João Ribeiro apresentamos, então, um dos pontos concernentes à categoria de análise *influência* – Koerner (2020), Bastos (2020) Batista (2011, 2013) –, referente à apresentação da formação intelectual do autor. Outros dois pontos que pretendemos abordar nessa subseção, no que diz respeito à influência, são a presença de citações durante o texto gramatical em que o autor menciona outras referências e as relações intertextuais estabelecidas pelo gramático.

Nesse sentido, identificamos alguns trechos em que o autor da GP referencia outros textos ou outros autores. Realizar essa identificação faz parte do segundo ponto (presença de citações durante o texto gramatical em que o autor menciona outras referências) para entendermos as redes de influência do gramático. Com isso, segue abaixo o quadro 5, que elucida essas informações:

²³ De acordo com informações de domínio público, o Almanaque Garnier, empreendimento originário de franceses, foi um anuário brasileiro criado em 1903 e mantido até 1914.

Quadro 5 – Referências a outros textos na GP

Localização	Referência
Introdução	"A cultura grammatical começou no século XVI com as grammaticas de F. Lopez²⁴ e de João de Barros . Sobre a língua antiga, a obra excelente de Viterbo (Elucidario, de Lisboa, 1798) é ainda hoje o monumento mais considerável levantado ao estudo do português arcaico [...]" (p. 12)
Sintaxe	"A theoria de Ribeiro de Vasconcellos , outro grammatico moderno e de valor, sobre o infinitivo pessoal (a qual recebeu de um latinista, Gonçalves Guimarães), consiste em considerar o infinito pessoal nada menos que um imperfeito do conjunctivo" (p. 193-194).
Sintaxe	" As grammaticas dos Srs. Freire da Silva (6ª edição, pg. 390), Ribeiro de Vasconcellos (p. 213) e Maximino Maciel (3ª edição, pag. 152) ensinam que as formas melhor e peor se devem substituir pelas expressões mais bem e mais mal, antes dos participios passados" (p. 200).
Sintaxe	"Na língua antiga usava-se o adjectivo melhor como simples adverbio de quantidade. Eis a syntaxe que occorre no Livro de Linh. do Coll. dos Nobres " (p. 200).
Sintaxe	"Certo grammatico chileno, J. J. de Mora , não sem agudeza, crê que nessas phrases do verbo haver impessoal, o sujeito é o advérbio" (p. 218).
Sintaxe	"Na elaboração dos capitulos que se referem á analyse das proposições, servi-me da English Gramm, de Mason e do excellent trabalho do Prof. A. Alexander - Analyse de relações " (p. 270).

Fonte: Elaboração própria (2020).

Antes de analisarmos o quadro 5, é válido expormos alguns esclarecimentos sobre a configuração dele. Em primeiro lugar, selecionamos passagens que mencionassem algum livro, principalmente gramáticas, em que o autor, João Ribeiro, se baseou para a produção de sua gramática. Em segundo lugar, selecionamos apenas os trechos que pudemos identificar e compreender a menção do autor na fonte historiográfica, uma vez que existem passagens cujas referências não conseguimos entender, tendo em vista as inúmeras abreviações utilizadas por João Ribeiro em sua gramática e a ausência de um índice remissivo que esclareça os autores, gramáticas e textos utilizados como fonte de conhecimento para a produção da obra.

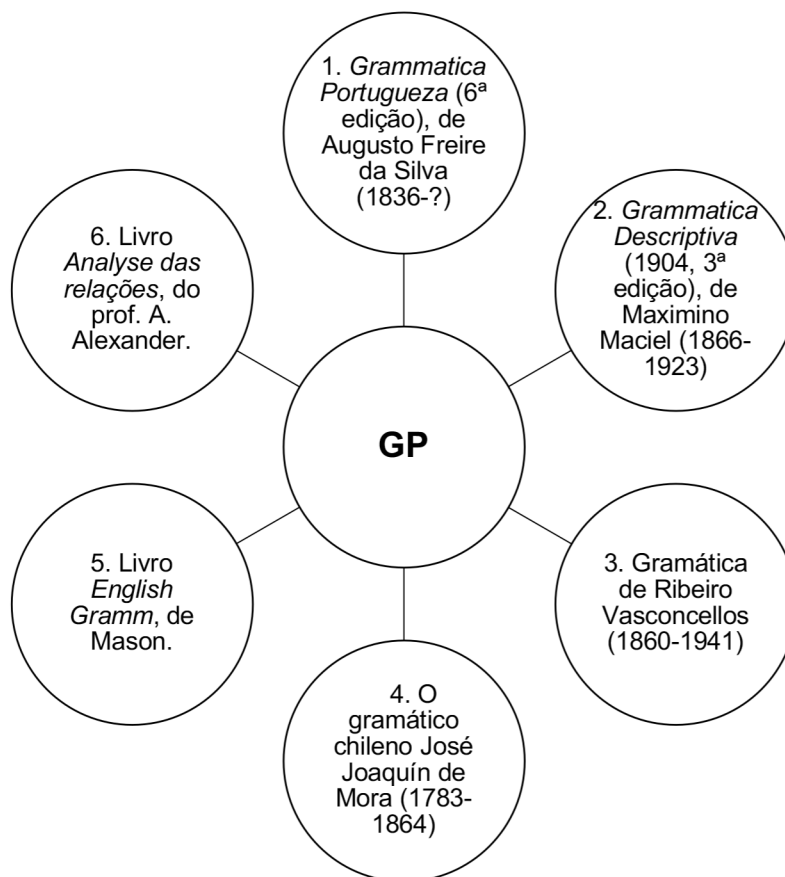
Um ponto a se discutir sobre o quadro 5 é em relação ao autor se basear em outros textos, na maioria das vezes, na seção de sintaxe. Supomos que isso acontece porque enquanto na sintaxe aparece o maior número de prescrições linguísticas, conforme veremos na subseção de análise da camada técnica, nas seções de morfologia e fonologia existem mais,

²⁴ Acreditamos, aqui, em um possível lapso na GP, tendo em vista que Fernão Lopez (1385-1460) não escreveu nenhum texto gramatical. Na verdade, de acordo com Guimarães (2006), o referido autor foi um cronista e escrivão oficial do reino de Portugal no século XV.

respectivamente, movimentos de descrição e de apresentação de conceitos do que obrigatoriamente prescrição de regras do português.

A partir do quadro 5, produzimos a figura 3, que apresenta as principais referências teóricas utilizadas por João Ribeiro para subsidiar a produção da GP. Como mencionado, as referências teóricas, que mapeamos na gramática mencionada, referem-se aos textos que servem como base teórica para as descrições gramaticais do autor.

Figura 3 – Relações teóricas da GP com outros autores e outros textos



Fonte: Elaboração própria (2020).

Para a produção dessa figura, tentamos inserir as datas de edições dos livros utilizados e as datas de nascimento e morte dos autores. Em alguns, as informações foram possíveis e, conseqüentemente, apresentadas, em outros não, seja porque a fonte historiográfica não apresentava essas informações, seja porque não conseguimos encontrá-la em domínio público.

Observamos, na figura, as referências teóricas usadas por João Ribeiro; contudo, a gramática que analisamos não é formada somente por esse tipo de referência, mas também por referências históricas e por referências empíricas. As referências são históricas quando o

autor cita essa obra mencionando a importância da história da língua nas descrições gramaticais. As referências são empíricas quando só servem para abonar regras ou análises, ou seja, são utilizadas para exemplificar um fenômeno da língua antiga.

Com isso, podemos apontar que João Ribeiro utiliza como referências históricas a *Grammatica da Lingua Portugueza* (1540), de João de Barros (1496-1570), e o *Elucidario das palavras, termos e phrazes, que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. Publicado em beneficio da litteratura portugueza, e dedicado ao Principe Nosso Senhor* (1798), de Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1744-1822), e como referência empírica o *Livro de Linhagem do Collegio dos Nobres*.

Descrever (e refletir sobre) as fontes as quais um determinado gramático utilizou para produzir seu material gramatical é de suma importância para entendermos que nenhuma obra, seja ela pretérita ou contemporânea, surge no vácuo. Há um entrelaçamento de vozes e textos que resultam, por exemplo, em uma gramática, seja ela escolar ou não. Nesse sentido, com a figura 3, percebemos que a gramática que escolhemos para tecer esta narrativa foi produzida tomando como fonte outras gramáticas, outros textos e outros autores.

Para produzir as gramáticas, os autores precisavam recorrer a outros materiais como forma de alcançar credibilidade intelectual e de consolidar as regras e descrições que são expostas no texto gramatical. Esses outros materiais, que serviam de apoio para a produção das gramáticas, não se restringem exclusivamente a gramáticas, mas também a livros teóricos e de análise sintática. E ainda por cima se referem a outros gramáticos, e não exclusivamente aos seus textos, como é o caso da menção ao gramático chileno J. J. de Mora (1783-1864).

Em contrapartida, no trato da categoria historiográfica da influência, podemos apontar que uma das maiores dificuldades foi, depois de identificar as citações, descobrir quais fontes o autor, de fato, mencionava, uma vez que, como já dissemos, muitas fontes estavam abreviadas, outras apresentavam apenas o título do livro sem citar a edição do referido material. Neste segundo caso, na página 170 da gramática, João Ribeiro utiliza uma edição do *Graal*, contudo não menciona que edição utiliza. O autor diz que “no portuguez antigo o uso de *onde* era muito mais extenso, como se vê da edição do Graal”. É válido mencionar que a utilização de uma edição do *Graal* sinaliza para o uso de outra fonte empírica.

Diante disso, não tivemos como saber à qual referência exata o autor recorre, tendo em vista que não há como delimitar se João Ribeiro se refere a *Demanda do Santo Graal*, texto medieval do português do século XV, ou se o gramático recorre a outros tipos de publicações

e reedições dessa obra.

Após essa exposição das informações biográficas de João Ribeiro e da rede de influências do autor, apresentaremos algumas considerações sobre a GP, bem como os movimentos de retórica em relação à atmosfera intelectual da época, ou melhor dizendo, as argumentações empreendidas pelo gramático para defender algum ponto de vista.

É válido retomar aqui o que já discutimos, inclusive, no capítulo teórico sobre a categoria de retórica (MURRAY, 1994; BATISTA, 2015, 2016, 2019; BATISTA e SILVA, 2019). Nesse sentido, tomamos, para esta pesquisa, retórica como o modo de apresentação dos discursos do gramático que aqui analisamos para persuadir seus destinatários a respeito de algum posicionamento intelectual e social. Além disso, retórica também pode ser entendida como uma contextualização que o gramático empreende sobre o domínio histórico e social ao qual sua gramática pertence. Para isso, observamos e analisamos provas e argumentos, que nesse caso seriam citações extraídas da fonte historiográfica, que sustentam os posicionamentos dos autores.

Iniciamos as discussões refletindo sobre o conceito de gramática presente na nossa GP. A obra define gramática como uma “coordenação das formulas, leis ou regras da linguagem literaria ou polida” (RIBEIRO, 1920, p. 3). A partir dessa definição retirada da fonte historiográfica, Silva (2006, p. 57) analisa que o autor toma a gramática como “[...] um conjunto de leis e regras relativas ao falar polido, as quais devem ser empregadas em prol do que define como bom uso da língua”.

A própria definição de gramática resulta de um contexto histórico e científico no qual a GP se insere. De acordo com Cavaliere (2001) e Antezana (2014), ela é publicada nas produções do período científico, pois surge de uma busca pela identidade cultural brasileira, pois expressa conceitos acerca do caráter do povo brasileiro associados à variedade linguística do português do Brasil.

Partindo dessa perspectiva, João Ribeiro estabelece uma retórica de continuidade diante da atmosfera intelectual da época ao se filiar, então, a uma corrente de natureza histórico-comparativa, conforme podemos identificar nos prolegômenos da gramática de João Ribeiro:

Em geral tanto o estudo historico como o comparativismo são inseparaveis e constituem applicações do methodo historico-comparativo, essencial á sciencia das linguas. No caso da lingua portugueza, os elementos historicos são fornecidos pelo latim, pelo portuguez antigo e pelas influencias das linguas estranhas, em diversas epocas; os elementos comparativos acham-se na analyse das linguas romanas, no

italiano, no francez, no hespanhol, que todas se originam do latim barbaro da idade média (RIBEIRO, 1920, p. 4).

Além de se filiar às orientações histórico-comparativistas, o gramático ainda estabelece movimentos de reconhecimento desse método para a ciência Linguística. Como o próprio João Ribeiro advoga “o método histórico-comparativo é essencial à ciência das línguas”. Isso, conseqüentemente, aponta para uma possível valorização da ciência Linguística e, desse modo, o gramático estabelece movimentos de diálogos entre sua gramática e a ciência, como conseguimos visualizar no excerto de texto apresentado anteriormente. Isso faz parte, então, de uma das argumentações de João Ribeiro em prol da conciliação entre língua e ciência, atendendo ao que era esperado de uma gramática do período científico (cf. CAVALIERE, 2001).

Ademais, supõe-se, a partir de uma criação proveniente da história da Linguística, que João Ribeiro foi considerado um filólogo e pensador da cultura nacional, justamente por sua busca por uma caracterização do povo brasileiro e uma valorização da cultura nacional. Como dito, apesar de tomar a gramática como uma forma de expressar um português polido, ele a teria utilizado para configurar a identidade nacional que se formava desde o século 19, conforme advogam, por exemplo, Castilho (1980), Orlandi (2001) e Fiorin (2010).

Nesse sentido, como crítico de renome da cultura nacional na passagem do século 19 para o 20, João Ribeiro opinou sobre inúmeros temas relacionados à cultura, principalmente sobre literatura nacional, “[...] considerando o texto literário uma mescla de fonte perene de criação artística original e instrumento de veiculação de conceitos culturais mais amplos” (SILVA, 2006, p. 42).

Além disso, “como filólogo e gramático, João Ribeiro traçou uma trajetória intelectual que foi do conservadorismo linguístico a posições mais arejadas e, para a época em que foram defendidas, francamente avançadas” (SILVA, 2006, p. 43). Isso atesta o caráter científico e normativo das gramáticas do período científico, tendo em vista que, ao mesmo tempo que o mencionado gramático era um conservador linguístico, considerava também posicionamentos mais arejados sobre a língua, até porque a atmosfera intelectual da época, em consonância com o que defendemos neste capítulo, prezava pela prescrição de regras, contudo justificada pela ciência linguística.

Essas idas e vindas entre posições conservadoras e arejadas a respeito da língua não foram bem vistas pela crítica da época. Com isso, “[...] não foram poucas as críticas feitas à posição paradoxal, contraditória dele em relação à língua portuguesa no Brasil” (GALLY, 2015, p. 113). Uma vez que o autor não se posicionava nem por um lado (conservador), nem

por outro (inovador), ele seguiu duas direções simultâneas, “a primeira, a favor do puritanismo da língua portuguesa, posição ruibarbosiana; e a segunda, quando escreveu *A Língua Nacional*, admitindo o modo de o brasileiro falar, aproximando-se mais dos dialetistas” (GALLY, 2015, p. 113).

Sobre esse caráter conservador de João Ribeiro é importante fazer uma ressalva, tendo em vista que, com o livro *A Língua Nacional* (1921)²⁵, citado no início desse texto como um dos integrantes da copiosa produção bibliográfica do autor, surgiu, de acordo com Silva (2008, p. 135), um contexto de disputa entre dois grupos: “de um lado estavam aqueles que defendiam que a expressão linguística do Brasil devia seguir os padrões estabelecidos em Portugal; do outro estavam os que pregavam a originalidade, ou especificidade, do português falado e escrito no Brasil”. Sendo assim, o primeiro grupo foi chamado de *purista* e o segundo, de *dialetista*.

Como forma de atestarmos (ou não), o caráter defensor de João Ribeiro em favor da configuração e manutenção de uma língua puramente brasileira, decidimos consultar, de fato, o livro *A Língua Nacional*²⁶ (1933 [1921]), para não ficarmos exclusivamente nas hipóteses e especulações sobre essa suposta defesa do gramático e realizarmos comentários empiricamente fundamentados sobre o livro.

Para traçarmos esses comentários, reunimos, no quadro abaixo, algumas passagens retiradas da obra que apontam, ao contrário do que dizem alguns teóricos da linguagem que estudam e pesquisam sobre a vida e obra de João Ribeiro, para um posicionamento híbrido, no sentido de existir não somente um posicionamento do autor acerca da variedade brasileira do português.

Antes de apresentarmos o quadro 6, que intitulamos “Excertos extraídos do livro *A Língua Nacional* (1933 [1921]), de João Ribeiro”, é válido mencionarmos que as informações foram retiradas unicamente da introdução de *A Língua Nacional*, uma vez que a obra, consultada para a confecção do quadro, não era necessariamente nosso objeto de análise.

Quadro 6 – Excertos extraídos de *A Língua Nacional* (1933 [1921]), de João Ribeiro

<i>A Língua Nacional</i>	“Trocar um vocabulo, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o
--------------------------	--

²⁵ Esse livro, segundo Silva (2008), surge com dois objetivos: (i) demonstrar a especificidade da língua portuguesa falada no Brasil e (ii) construir e afirmar a autonomia nacional.

²⁶ Para tecer considerações sobre a mencionada produção de João Ribeiro, consultamos a segunda edição do livro, publicada em 1923 pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo. O livro está disponibilizado, em formato PDF, na *Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)*.

(1933 [1921]), de João Ribeiro	valor de ambos a preço de uniformidades artificiosas e enganadoras. O facto mais característico (por ser o mais estudado e conhecido) é o da chamada collocação dos pronomes. Fóra, d'ahi, ha uma multidão de outros pequeninos factos que nos atarantam a paciencia e dão largas ensanchas aos profissionaes do — que se deve dizer” (p. 09).
	“Tão emphatico e pedantesco é o exdruxulo que ainda hoje é largamente explorado nas composições comicas e nos versos burlescos. O brasileiro evita-o por suavidade e preguiça. E a preguiça nestas coisas, longe de ser um crime, é uma lei, e até a maior dellas, na historia da linguagem. E' a lei do menor esforço — segundo o appellido mais vulgar que lhe dão os philologos. E essa é a principal razão de havermos transformado o — diga-me — em me diga” (p. 13).
	“Ha ainda outros damnos irreparaveis nas corrigendas e erratas vernaculas. O primeiro e o maior de todos, é o de que nos fica vedado todo progresso nacional. Só ha um progresso, e é o que lá se perfez em Lisboa ou em Coimbra; a nossa evolução passa a ser uma materia alfandegaria de importação continua. Mandem para cá o que vocês dizem e o que se deve dizer. E quando a correcção é impossivel ? O impossivel mesmo será feito. Ha entre nós um bando de rabiscadores que não dizem — os monarchistas — e preferem dizer — os monarchicos” (p. 13-14).

Fonte: Elaboração própria (2020).

A partir do quadro, podemos destacar que, no primeiro trecho, por exemplo, João Ribeiro diz que alterar um vocábulo originariamente do português do Brasil somente para atender ao português utilizado em Coimbra/Portugal é sinônimo, consequentemente, de alterar o valor de ambas as formas usuais. Essas alterações causariam a existência de formas artificiais e enganadoras. Ou seja, serviria unicamente para criar formas gramaticais artificiais e que não representam necessariamente a língua de um lugar. Aqui, portanto, João Ribeiro defende as duas formas, uma para cada lugar, não excluindo o uso do Brasil, nem o de Coimbra/Portugal.

No segundo excerto, Ribeiro (1933 [1921]) age de modo semelhante ao que apontamos no primeiro excerto: afirma que os dois usos devem existir concomitantemente. Em contrapartida, o autor advoga apenas que o brasileiro deve evitar usar o tão “emphatico e pedantesco exdruxulo”, ainda explorado nas composições cômicas e nos versos burlescos de Portugal. Aqui há, de fato, uma aceitação da variedade brasileira do português. Entretanto, não no sentido de apenas considerar essa variedade, mas de reconhecer que ela pode existir, conforme falamos, ladeada à variedade portuguesa.

Seguindo um caminho oposto, João Ribeiro, na terceira passagem da obra, diz que o progresso linguístico só pode acontecer em cidades portuguesas, como Lisboa ou Coimbra. A evolução do português do Brasil é apenas uma “evolução [que] passa a ser uma materia alfandegaria de importação continua” (1933 [1921], p. 13). Não há, diante do cenário, como

existir, no Brasil, uma evolução linguística, tendo em vista que a única coisa que ocorre em solo tupiniquim é uma importação de usos advindos da Coroa. O próprio autor, no texto, faz um pedido aos portugueses “[...] mandem para cá o que vocês dizem e o que se deve dizer” (RIBEIRO, 1933 [1921], p. 14), atestando, assim, que o uso da língua no Brasil era apenas fruto de uma importação e trocas contínuas entre metrópole (Portugal) e colônia (Brasil).

Aliando as citações e as discussões expostas anteriormente, sinalizamos que não há como afirmarmos que João Ribeiro, no livro *A Língua Nacional* (1933 [1921]), era um ferrenho defensor da manutenção de um português do Brasil, uma vez que conseguimos identificar, somente com a análise da introdução do referido livro, três posicionamentos do gramático para o assunto: i) um posicionamento arejado que reflete sobre a possibilidade de existência de dois usos distintos; ii) um posicionamento positivo que permite que o brasileiro evite determinado uso linguístico; iii) um posicionamento que interdita a evolução linguística e defende que não há como no Brasil existir progresso linguístico, já que a única coisa que se faz nesse país, de acordo com o gramático, é uma importação contínua de material linguístico.

Diante dessa discussão, o gramático em evidência prezava por condenar algumas particularidades do português do Brasil e por prescrever regras da sintaxe lusitana. A GP, por exemplo, na visão de Silva (2006, p. 57), representa uma “tentativa de impor uma determinada variante como norma padrão da língua”. Esse é, ainda na visão do pesquisador citado, apenas um, entre tantos outros, dos fundamentos ideológicos da obra de João Ribeiro.

Não há, diante disso, de acordo com o que observamos na introdução do livro *A língua nacional* (1933 [1921]) e na gramática em análise do autor, nenhuma evidência que aponte unicamente para uma possível defesa da configuração do português do Brasil. O que há, na verdade, são condenações de algumas particularidades do português do Brasil. O gramático preza, então, por descrições que vão desde a posicionamentos mais arejados sobre a uso do Português do Brasil até posicionamento mais condenatórios sobre o uso dessa variedade do português. Veremos isso, por exemplo, quando exibirmos os exemplos de *brasileirismos* apontados pelo gramático.

Diante disso, apesar da GP ser do período científico, ela ainda estava focada em uma visão reducionista de língua, tendo em vista que, mesmo escrita por um brasileiro, a gramática de João Ribeiro prezava por prescrever aos brasileiros regras extraídas da sintaxe do português europeu.

Isso justifica o fato de João Ribeiro considerar como língua nacional a língua portuguesa enriquecida e emancipada na América, sendo livre para seus próprios movimentos linguísticos (cf. SILVA, 2008). Desta feita, o gramático em questão preza, em tese, pela

valorização e emancipação do português do Brasil, mas não esquece suas raízes entrelaçadas com o português europeu.

Mesmo diante desse imbróglio descritivo causado por João Ribeiro, alguns linguistas, como os que já foram citados nessa dissertação, insistem na ideia de que, apesar do gramático mencionado ser conservador, João Ribeiro defendia ideias nacionalistas porque era influenciado pelo nacionalismo em vigor na época, anos finais do século 19 e anos iniciais do século 20. Esse posicionamento entre o conservadorismo e a “inovação” sinaliza o que vínhamos dissertando sobre as inúmeras faces intelectuais do autor em destaque nesta seção do trabalho.

A partir de tudo que foi produzido por João Ribeiro, a produção gramatical do autor tornou-se sucesso retumbante, segundo analisa Silva (2006), uma vez que, além de suas gramáticas terem sido voltadas à escola, a GP, em específico, foi fadada a ter vida longa, tendo em vista seu prestígio e o reconhecimento do público.

Dando continuidade, a partir do contato com a obra, percebemos, então, que a GP é dividida em três partes. A primeira é intitulada *O vocábulo*, e se divide em *taxinomia* e *morphologia*. A segunda é a de *Syntaxe* e, conforme Vieira (2018), a mais importante deste objeto. A terceira e última parte é denominada de *Estudos complementares*, e se divide em *phonologia*, *etymologia* e *semantica*.

Na GP, o autor “constrói um discurso metalinguístico a partir de uma perspectiva conservadora da linguagem, uma vez que atualiza [...] conceitos ideologicamente marcados, como os de desvio, corrupção, defeito” (SILVA, 2006, p. 55). Essa perspectiva conservadora se aliava às suas defesas arejadas sobre a língua (cf. SILVA, 2006; ALCÂNTARA, 2015).

Ao mesmo tempo que dizia aliar posições conservadoras sobre a língua com a defesa da construção de uma língua puramente nacional, a GP menosprezava os usos advindos do Brasil, conforme pode ser visto nas duas passagens a seguir:

A expressão *O que é a vida?* com anteposição do pronome *o*, é provavelmente um brasileirismo. O uso clássico não admite anteposição do *o*. Os bons escriptores contemporaneos confirmam a omissão: Mulher, que me pedes tu? (RIBEIRO, 1920, p. 169). Nunca se começa phrase ou período com o pronome obliquo. <Me dê>, <Me faça>, etc., são brasileirismos que devem ser evitados (RIBEIRO, 1920, p. 231).

Os dois excertos de textos extraídos da fonte apontam para um discurso que perdurava somente no plano teórico da argumentação de João Ribeiro e que não acontecia no plano prático das descrições gramaticais promovidas pelo autor. Desse modo, percebemos que a

retórica da GP, em relação ao que se pregava na época no que se refere à construção de uma língua puramente brasileira, era conflituosa, uma vez que o autor discursava em favor da manutenção de um português do Brasil, contudo, em sua gramática, tinha os usos brasileiros como o lugar do erro. Desse modo, condenava alguns usos brasileiros, como a anteposição do pronome *o* e a colocação do pronome antes do verbo (próclise). Esses usos, então, eram intitulados por João Ribeiro de brasileirismos. O uso do prefixo *-ismo* servia para vulgarizar e, consequentemente, menosprezar os usos advindos do Brasil.

Ainda sobre a GP, Vieira (2018, p. 155) escreve que o gramático em questão “[...] ajuda a solidificar na tradição luso-brasileira um arcabouço descritivo diretamente ligado à tradição greco-latina”. Esse resgate da fisionomia latina – mesmo que de forma frustrada, como relata Silva (2006) – torna a GP, de acordo com Vieira (2018), uma das mais representativas do período científico, justamente por ser uma fonte de conhecimento que, além de prescrever regras, tinha como base a gramática latina e tentava, de algum modo, atender aos conhecimentos científicos produzidos à época. Nesse sentido, “os estudos gramaticais então realizados entre nós se beneficiavam dessa reorientação científica, mas nem por isso abandonaram as motivações normativas de sua origem greco-romana” (AZEREDO, 2014, p. 32). Ainda por cima, considerar orientações da ciência e da pesquisa era para João Ribeiro, de acordo com Gally (2015), o caminho para a legitimação dos seus estudos filológicos.

É válido mencionarmos que, como filólogo de renome da época, “[...] João Ribeiro passa a considerar as condições históricas e sociais do momento em que a língua está inserida” (SILVA, 2018, p. 137). Ainda que conservador e purista, João Ribeiro teve um papel fundamental ao considerar aspectos sociais e históricos no trato da língua, o que representa outro sinal de inovação em sua formação e na sua abordagem da descrição linguística.

Purista e defensor de uma língua puramente brasileira são qualificações aparentemente opostas, porém, ambas representam faces de João Ribeiro e confirmam “[...] rupturas em sua visão política” (RAMOS, 2015, p. 23). E essa visão política não se trata somente do modo como o gramático se posicionava politicamente na época, mas também de seus posicionamentos intelectuais, de sua produção de conhecimento linguístico e da questão da língua portuguesa no Brasil.

Sobre esse último aspecto citado, as tentativas de sistematizar a língua portuguesa foram várias, inclusive por meio da produção de gramáticas, e João Ribeiro teve um papel primordial nesse momento com as reedições de suas gramáticas. A sistematização da língua

portuguesa, de acordo com Gally (2015), garantiria não só seu uso correto, mas também a tentativa de manter a ordem linguística:

Em termos linguísticos, no período de meados do século XIX e começo dos anos 20 do século XX, instauraram-se denominações para a língua portuguesa em terras brasileiras cujo sentido oscilava com base em critérios teóricos distintos e até antagônicos (GALLY, 2015, p. 117-118).

Os vários nomes para língua dos brasileiros promoveram um movimento em busca de manter a ordem linguística e a sistematização do português do Brasil. As gramáticas intitulavam, então, a língua dos brasileiros de *dialeto brasileiro*, *luso-americana*, *neo-portuguesa* ou até mesmo *nosso idioma* (cf. GALLY, 2015). Porém, a produção das gramáticas registrou e legitimou a sintaxe do português advinda da metrópole portuguesa.

Em suma, a partir da discussão empreendida, apontamos que João Ribeiro foi um intelectual de muitas faces: historiador, filósofo, crítico da língua portuguesa, filólogo, pintor, professor, tradutor e, além de tudo, gramático. Todas essas faces não se restringiram a somente uma linha de pensamento, tendo em vista que, além de purista, o gramático foi inovador, ao introduzir conhecimentos científicos sobre linguagem produzidos na época.

No que diz respeito ao gramático em destaque, é válido mencionar também que João Ribeiro, de acordo com a concepção de Silva (2006, p. 58), atuou de “[...] modo determinante na constituição dos fundamentos do discurso gramatical brasileiro, dando um considerável impulso na afirmação de nossa identidade nacional”. Contudo, é preciso deixar claro, de acordo com as análises empreendidas nesta narrativa, que a gramática por si só não é responsável por construir essa identidade nacional a qual Silva (2006) defende. O material em si é perpassado por muitas ambiguidades, ora acolhendo características do Português do Brasil ora, mais frequentemente, condenando-as.

João Ribeiro se constituiu, portanto, como uma figura múltipla, mas não somente pela força de sua intelectualidade nos anos finais do século 19 e iniciais do século 20. Ele também teve uma grande importância para o ensino de língua portuguesa (enquanto professor) e para a constituição da gramaticografia brasileira (enquanto gramático).

Além dessa figura múltipla, no que diz respeito a sua formação intelectual, podemos confirmar, a partir da análise das categorias historiográficas *influência* e *retórica*, que os conhecimentos que circulam na GP foram também provenientes de outras fontes e outros autores e que a obra, apesar de advogar a favor não só da construção, mas também da manutenção de uma língua nacional, nesse caso o português do Brasil, desvalorizava alguns

usos dessa variedade do português ao intitulá-los como simples *brasileirismos*²⁷ que deveriam ser evitados.

Assim, a análise da camada contextual (SWIGGERS, 2014) da GP nos deu espaço para analisar o contexto sociocultural no qual a gramática se insere, bem como estabelecer as influências que promoveram o conhecimento gramatical descrito na fonte historiográfica e entender os argumentos e os discursos de João Ribeiro diante do que era discutido, em termos de produção de conhecimento linguístico e gramatical, nos anos iniciais do século 20.

5.1.2 Camada teórica: analisando o aparato conceitual da gramática

Analisaremos, nesta subseção, os conceitos teóricos presentes na GP, que nos ajudarão a responder nossas perguntas de pesquisa (conferir seção 1.4). Diante disso, discutiremos os conceitos de gramática e os conceitos relacionados à abordagem da variação e da mudança linguística apresentados pela gramática. Nesse sentido, sobre esse último aspecto apresentamos de que forma a GP interdita ou aceita a variação e a mudança linguística.

Nesses termos, consideraremos, primeiramente, os conceitos de gramática apresentados pela GP, que dizem respeito a gramática geral/universal, gramática particular, gramática histórica, gramática comparativa e gramática descritiva/expositiva/prática. Em seguida, examinaremos de que forma a GP aborda a variação e a mudança linguística em seu objeto de descrição linguística. Assim, apresentaremos se a variação e a mudança linguística são conceituadas, de que modo isso acontece na GP, e de que forma João Ribeiro se posiciona, subjacente ou explicitamente, diante dos fenômenos linguísticos de variação e mudança.

Esclarecido o que pretendemos ao analisar a camada teórica da fonte historiográfica, apresentamos um quadro com os tipos de gramática e seus respectivos conceitos descritos pela GP:

Quadro 7 – Tipos de gramática na GP

Tipos de gramática	Conceitos
Gramática	Coordena fórmulas, leis ou regras da linguagem literária ou polida.
Gramática geral/universal	Expõe os princípios lógicos da linguagem.
Gramática particular	Expõe os princípios e as particularidades

²⁷ Apresentamos anteriormente, ainda nessa subseção analítica sobre a camada contextual, duas passagens da GP que atestam a desvalorização de João Ribeiro para com os usos advindos do Português do Brasil.

	especiais de cada idioma.
Gramática histórica	Estuda os fatos da língua em seus diversos períodos desde a origem e formação até a época atual.
Gramática comparativa	Estuda os fatos comuns ou diferentes em grupo de língua que têm a mesma origem.
Gramática descritiva/expositiva/prática	É uma arte que ensina a falar e a escrever corretamente, segundo o uso das pessoas dotas.

Fonte: Elaboração própria (2020).

As definições acima reproduzem, então, os 6 tipos de gramática estabelecidos por João Ribeiro (1920): i) gramática; ii) gramática geral/universal; iii) gramática particular; iv) gramática histórica; v) gramática comparativa; vi) gramática descritiva. Com efeito, esses seis conceitos de gramática atestam, então, que o autor da GP não estava preocupado apenas em expor um único conceito de “gramática” (primeiro conceito do quadro 7), mas estava também seguro em advogar a favor de outros tipos de gramática (os outros cinco conceitos visualizados no quadro 7).

Diante disso, lançamos, então, nossos olhares para o primeiro conceito: Gramática. Como o próprio autor menciona na GP, “grammatica é a coordenação das formulas, leis ou regras da linguagem literaria ou polida” (RIBEIRO, 1920, p. 3). A gramática, a partir da perspectiva do autor, está à serviço da norma (leis e regras). E não apenas isso, está a serviço também da linguagem literária e polida, e não da linguagem advinda do senso comum.

Ao apontar que a gramática coordena fórmulas, leis e regras advindas da língua literária, João Ribeiro (1920), consequentemente, exclui um conjunto de variedades que não pertencem, necessariamente, ao nicho literário da época, ou até mesmo pregresso. O conceito de gramática do autor, então, se restringe a uma norma prescritiva capaz de excluir inúmeras outras variedades presentes na época.

Portanto, esse primeiro conceito, referente ao que é gramática, não está necessariamente associado a uma adjetivação para o termo “gramática”, mas representa justamente o conceito de gramática normativa, uma vez que, conforme mencionamos, essa é uma gramática que está à serviço de normas, regras e leis que objetivam idealizar uma linguagem polida, tanto escrita como falada.

O segundo conceito identificado foi o de gramática geral/universal, que, diferentemente do conceito de gramática apresentado anteriormente, “expõe os princípios

logicos da linguagem. Pode ser comum a muitas ou a todas as línguas” (RIBEIRO, 1920, p. 3). Para a GP, a gramática tem também uma relação com a lógica. E é esta lógica, portanto, que move o fazer gramatical para a gramática geral.

O conceito de gramática geral/universal, proposto por Ribeiro (1920), nos remete ao logicismo da gramática lógico-filosófica de Port-Royal. As gramáticas produzidas sob o prisma desse logicismo “[...] costumavam ser anunciadas como ‘filosóficas’ ou ‘gerais’ e procuravam articular língua e razão” (VIEIRA, 2018, p. 125-126). Essa articulação era, como vimos, citada por João Ribeiro para denominar a gramática geral/universal. Os dois conceitos, então, dialogam perfeitamente para defenderem que língua tem uma relação direta com a razão.

O terceiro conceito é o de gramática particular, “[...] que expõe os princípios e as particularidades especiais de cada idioma” (RIBEIRO, 1920, p. 3). Essa gramática particular descreve as particularidades, como o próprio título assinala, de cada idioma. Essas particularidades já não são do plano geral da língua, ou, como o próprio autor menciona, não pertencem à natureza literária polida e bem escrita. As particularidades representam, então, o que há de curioso e bárbaro em cada idioma, e o português não está, pois, excluído desse tipo de gramática.

O quarto conceito é o de gramática histórica, que “[...] estuda os factos da lingua em seus diversos periodos, desde a origem e formação até a epoca actual” (RIBEIRO, 1920, p. 3). A partir desse conceito, gramática não se resume à prescrição de regras nem a um instrumento lógico, mas funciona como um dispositivo para o estudo da história da língua.

A gramática, nesses termos, assume a função de descrever os aspectos históricos, culturais e sociais do português, desde sua gênese, passando por seu desenvolvimento, até sua constituição e configuração em sua contemporaneidade.

O quinto conceito, que indiretamente tem uma relação com o quarto, é o de gramática comparativa, que “[...] estuda os factos communs ou differentes, em grupo de linguas que têm a mesma origem” (RIBEIRO, 1920, p. 3). Uma gramática comparativa se preocupa em comparar e estudar até que ponto e de que maneira as línguas de mesma origem se assemelham ou se diferenciam. O fator histórico também influencia nesse tipo de gramática.

Por isso anteriormente citamos que a gramática histórica (quarto conceito) e a gramática comparativa (quinto conceito) se relacionavam porque ambos apontam para uma orientação de ordem histórico-comparativa presente na GP. Isso corrobora o que Borges Neto (2018) aponta de que a gramática de João Ribeiro (1920), por exemplo, foi produzida para se adequar ao programa de Fausto Barreto, como até mencionamos em nossas análises apontadas

para o contexto da época, que privilegiava o estudo histórico-comparativo das línguas. Portanto, apresentar a definição de gramática histórica e de gramática comparativa vai nessa direção.

O sexto e último conceito é o de gramática descritiva, que “ensina a falar e a escrever correctamente, isto é, segundo o uso das pessoas doudas” (RIBEIRO, 1920, p. 4). Mais uma vez e assim como a gramática (primeiro conceito), a gramática descritiva considera apenas o português falado e escrito de acordo com as normas da época.

Além disso, esse tipo de gramática exclui outras variedades a partir do momento em que considera o português apenas uma parte da sociedade: o português das pessoas doudas, ou seja, eruditas, como o próprio João Ribeiro (1920) afirma. Mesmo que esse tipo de gramática não se assuma como prescritiva, implicitamente ela exclui inúmeras variedades tanto do português falado como do português escrito.

Isso não nos causa nenhuma surpresa, em termos categoriais e conceituais, pois essa exclusão de variedades é fruto da história da gramática tradicional (cf. BORGES NETO, 2018; VIEIRA, 2018). O que nos intriga, até certo ponto, é saber que isso ainda perdura em inúmeras gramáticas que, de acordo com Vieira (2018), seguem sendo produzidas sob o crivo do Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG). O PTG “abarca a elaboração de instrumentos de gramatização tanto no período da segunda revolução técnico-linguística [...] quanto em épocas anteriores e posteriores” (VIEIRA, 2018, p. 10). O presente segue, desse modo, repetindo o passado.

Discutimos e analisamos, nesse primeiro momento da subseção 7.1.2, o aparato conceitual e categorial que João Ribeiro (1920) utiliza para conceder noções preliminares sobre os tipos de gramática a que se vincula.

Dando continuidade, examinamos, a partir de agora, de que forma é abordado o tema da variação e da mudança linguística na GP. Nesses termos, apresentamos não somente os conceitos implícitos e explícitos encontrados na fonte historiográfica, mas também o modo como João Ribeiro se posiciona para expor o assunto, se é de um ponto de vista de aceitação ou se é de uma ótica de interdição. Ademais, apontamos e discutimos também, neste momento da subseção, os fenômenos fonéticos/fonológicos, morfológicos e sintáticos que o autor usa para tratar o tema em questão. Optamos por analisar o tema nas seções de fonologia, morfologia e sintaxe, bem como nas partes preliminares da gramática (introdução e prolegômenos).

Posto isso, passamos a destacar o que a GP implicitamente entende por variação linguística. Mencionamos implicitamente porque não há explicitamente nenhuma citação na

gramática que aponte para um conceito de variação linguística. E mesmo com a ausência de conceitos relacionados ao tema da variação e da mudança linguística, podemos apontar que o trato intuitivo, no sentido de abordar implicitamente sobre o tema em questão, remonta, na esteira de Mattos e Silva (2001), para tempos imemoriais, e não se restringe aos estudos modernos da linguística “pós-sociolinguística”. Os debates sobre o tema no início do século 20 eram motivados pela linguística comparativista.

Com isso posto, a GP, cuja 19ª edição (analisada nesta pesquisa) foi publicada em 1920, não descreve explicitamente o que é variação linguística. Isso não pode ser descrito como uma falha da gramática, mas sim como um fruto da atmosfera intelectual da época. Contudo, apesar de não apresentar explicitamente conceitos relacionados à variação e mudança linguística, a obra evidencia, de uma forma implícita, uma abordagem do tema.

Desse modo, como forma de demonstrarmos o trato da variação linguística realizado pela GP, criamos o quadro 7, a fim de apresentarmos não somente as passagens do texto que tratam do assunto em destaque nesta dissertação, como também identificarmos quais fenômenos linguísticos o autor utiliza como cenário para discutir o tema e de que modo a gramática realiza essa abordagem, se é por uma via de aceitação ou de interdição:

Quadro 8 – Abordagem da variação linguística na GP

Seção da gramática	Fenômeno linguístico	Orientação gramatical	Abordagem	
			Aceitação	Interdição
Morfologia	Conjugação verbal	“A regra por onde é mais facil acertar é seguir-se a desinencia <i>eio</i> , <i>eia</i> nos verbos em <i>ear</i> ou <i>eiar</i> e a desinencia <i>io</i> , <i>ia</i> nos verbos em <i>iar</i> . Digam-se, comtudo, sempre <i>odeio</i> e <i>premeio</i> por serem de uso. Camões escreve <i>lisonge</i> em lugar de <i>lisongeia</i> : <i>por que a fama te exalte e te lisonge</i> ” (p. 115).	x ²⁸	
Sintaxe	Concordância do sujeito e do atributo	“Quando existem muitos sujeitos de diversos generos, o attributo toma o plural e o genero masculino: <i>as casas e os palacios são luxuosos</i> . Esta regra não é de rigor grammatical, mas meramente logico. Existem exemplos clássicos em contrario. [...] Esta excepção resulta de que o ultimo substantivo em concurrencia é feminino. Se invertermos as primeiras palavras do primeiro exemplo, poderemos dizer, ainda que pouco elegantemente : <i>Os palacios e</i>	x	

²⁸ Tomamos esse primeiro excerto como uma aceitação com ressalvas ou uma aceitação flexibilizada. A mesma situação ocorre no segundo exemplo.

		<i>as casas são luxuosos</i> . O melhor é incluir por ultimo o nome masculino. Note-se, todavia, que muitas vezes se empregam os pronomes <i>vós</i> e <i>nós</i> para designar uma pessoa unica” (p. 152).		
Sintaxe	Uso dos possessivos	"O uso dos possessivos não é elegante, e é por isso frequentemente evitado com grandes vantagens no estylo idiomático da língua. Ex: Cortou- <i>me</i> o braco (meu braço); Ouvia-se- <i>lhe</i> (sua voz)" (p. 166).		x
Sintaxe	Uso do “que” interrogativo	“Omitte-se antes do <i>que</i> interrogativo. Que é isto? Que é sciencia? – e não – o que é isto? O que é a sciencia?” (p. 182).		x
Sintaxe	Colocação dos pronomes	“Nunca se começa phrase ou período com o pronome obliquo: <i>me dê</i> , <i>me faça</i> , etc, são brasileirismos que devem ser evitados” (p. 231).		x
Sintaxe	Uso dos pronomes pessoais	“É também frequente empregar viciosa e promiscuamente <i>tu</i> e <i>você</i> no uso epistolar, e <i>lhe</i> em vez de <i>lhes</i> ” (p. 244).		x

Fonte: Elaboração própria (2020).

Identificamos, de acordo com o quadro 7, a abordagem, realizada pela GP, da variação linguística. Além de apresentarmos a orientação gramatical da GP para a abordagem implícita do assunto, pois a GP não apresenta conceitos explícitos sobre o tema, expomos também a seção da gramática em que a orientação se encontra, o fenômeno linguístico utilizado para a abordagem do tema e se essa abordagem é de aceitação ou de interdição.

Diante da exposição do quadro 7, afirmamos que a GP nos revela uma abordagem, na maioria das passagens de texto selecionadas, de interdição da variação linguística. Há apenas dois exemplos (conferir a primeira e a segunda linha do quadro) em que tomamos a abordagem como sendo uma aceitação com ressalvas ou até mesmo uma aceitação flexibilizada.

A título de explicação, no primeiro exemplo, a GP menciona a propósito de “-eio” que os usos pregam a aceitação, por exemplo, das palavras “odeio” e “premeio”. Contudo, uma autoridade literária, como é o caso de Luís de Camões, escreve “lisonge” ao invés de “lisongeia”. Nesse sentido, João Ribeiro aceita que a desinência mencionada anteriormente pode ser utilizada, porém sabendo que, na escrita literária pregressa (c. VIEIRA, 2015), o uso pode ser outro. No segundo exemplo, ocorre algo semelhante, tendo em vista que João Ribeiro (1920, p. 152) aponta o seguinte: “quando existem muitos sujeitos de diversos

generos, o attributo toma o plural e o genero masculino: as casas e os palacios são luxuosos”, porém as pessoas podem, mesmo que com pouca elegância, alternar os sujeitos e escrever “os palácios e as casas são luxuosos”. Essa subversão de regra pode ocorrer porque não se trata, necessariamente, de uma regra de rigor gramatical, conforme podemos visualizar na segunda linha do quadro apresentado.

Todos os outros exemplos exprimem uma abordagem de interdição do fenômeno linguístico. Isso aponta para uma possível normatividade da gramática, que ceifava, na época de circulação, os usos linguísticos propícios à variação linguística. A GP não aceitava, diante do que foi exposto no quadro, que uma única regra gramatical abrisse espaço para outros usos da língua.

Entendemos, a partir do quadro, que a abordagem da variação linguística não acontece, por exemplo, por meio da apresentação de conceitos sobre o fenômeno, mas se dispersa por algumas partes da obra em formato de regras, principalmente, proibitivas. Talvez a ausência de um conceito explícito sobre variação linguística seja motivada pelo fato da edição da GP que analisamos ser anterior às discussões, que estavam apenas começando, sobre variação linguística no Brasil.

Ademais, identificamos, conforme sinalizado no quadro, a abordagem da variação linguística tanto na morfologia (apresentação de apenas uma passagem), como na sintaxe (maioria dos exemplos). Acreditamos que esses movimentos acontecem, em sua grande maioria na sintaxe, porque é neste nível gramatical em que aparece, conseqüentemente, o maior número de prescrições linguísticas estabelecidas pela GP.

Outro ponto que destacamos sobre a abordagem da variação linguística, pelo menos tomando como base os excertos de texto que selecionamos para esta narrativa historiográfica, é o uso de algumas nomenclaturas, que estão inclusive em negrito na formatação do quadro anterior, utilizadas pela GP para abordar o tema: *vícios*, *pouco elegante*, *brasileirismos* e *promiscuidade linguística*. Acreditamos que, com a utilização desses termos para se reportar ao tema, o tratamento da variação linguística não era de bom grado aos olhos descritivos (e também prescritivos) de João Ribeiro.

Na mesma direção da variação linguística, a GP não aponta explicitamente um conceito para a mudança linguística. Assim sendo, apresentaremos algumas passagens do texto que explanam, de algum modo e mesmo que implicitamente, o que a GP considerava como mudança linguística. Para tanto, apresentamos, assim como foi na variação linguística, um quadro que expõe a seção da gramática em que é trabalhado o tema da mudança linguística, o fenômeno linguístico em que a fonte menciona o assunto, a orientação

gramatical que aborda o tema e o tipo de abordagem, se é de aceitação, ou de interdição, conforme podemos visualizar no quadro de número 9:

Quadro 9 – Abordagem da mudança linguística na GP

Seção da gramática	Fenômeno linguístico	Orientação gramatical	Abordagem	
			Aceitação	Interdição
Introdução	--- ²⁹	“Fórmulas plebeias transparecem na mesma linguagem dos eruditos, como a variação do <i>accento</i> , <i>abiéte</i> em Ennio, <i>muliérem</i> , <i>tenebra</i> , <i>colóbra</i> ; os proclíticos <i>ille</i> e <i>iste</i> atonos em Plauto. Muitas das fórmulas vulgares hoje conferidas com as nossas, d’estas pouco differem: <i>fomes</i> , por <i>fames</i> ; <i>peius</i> , <i>pejus</i> ; <i>plóvere</i> , <i>jovenis</i> , <i>boem</i> (bovem) <i>caldus</i> , <i>viridis</i> , <i>postus</i> . As conjugações perdem, conforme os logares, os seus antigos paradigmas” (p. X).	x	
Introdução	---	“[...] D’essas versões ha variantes e diversos códices de importância para o estudo da lingua. Depois da disciplina clássica realizada pelos fins do século XV e em todo o século XVI, a evolução do portuguez tornou-se lenta e quasi toda promovida pela irresistibilidae ao progresso de outras literaturas, nomeadamente da franceza. Assim, pois, continuam intensas as alterações syntacticas, mas as fonéticas são realmente pouco notáveis” (p. XII-XIII).	x	
Introdução	Arcaísmos	“Em geral o arcaísmo representa cousas que não existem, expressões que foram substituídas, necessidades de civilizações e de edades que já desapareceram, ou matizes de idéas que outros vocábulos representam com maior precisao. A’s vezes estão entre os arcaísmos certas fórmulas grammaticaes que a analogia ou outra tendência logica destruiu em proveito da uniformidade e da eufonia. Não se póde dar vida a palavras que não correm na linguagem presente; é facto, porém, que um ou outro vocábulo que ainda tem curso nas provincias ou nas colônias, póde por natural expansão readquirir a intensidade de vida que d’ antes possuía” (p. XVII-XVIII).	x	

²⁹ Deixamos esse espaço do quadro em branco por reconhecermos que, na introdução, a GP realiza movimentos de análise histórica da língua, não necessariamente circunscritas à abordagem de fenômenos linguísticos específicos.

Introdução	---	“O [...] contacto de povo e de idéas novas, por um lado enriquece o léxico e por outro d'elle desterra locuções e palavras antigas que caem em desuso ou são literalmente esquecidas. Em balde para revocal-as á vida esforçam-se os eruditos, os letrados e os gramáticos; quasi sempre sem êxito. É da própria índole das línguas essas perdas e renovações constantes, que são como o signal da sua nutrição e vida” (p. XVII).	x	
Morfologia	Substantivos e suas espécies	“O caráter de variabilidade não é muito definido. Sabe-se que primitivamente os advérbios e preposições tinham variações de gráo, frequentíssimas. Ainda temos varias palavras que representam vestígios curiosos do latim. A preposição <i>pro</i> tem o comparativo <i>prior</i> e o superlativo <i>primus</i> . A preposição <i>in</i> tem o comparativo <i>inter</i> e o superlativo <i>imus</i> ou <i>intimus</i> . Assim, as expressões vernáculas <i>em</i> , <i>entre</i> , <i>imo</i> , <i>intimo</i> , <i>primo</i> , etc., são verdadeiros vestígios de grãos, que sobreviveram no latim e nas línguas modernas” (p. 12).	x	
Morfologia	Uso do pronome “seu”	“O pronome <i>seu</i> é tanto do singular, como do plural; e assim o era no latim: os franceses tem <i>son</i> e <i>leur</i> ; os italianos <i>suo</i> e <i>loro</i> , cada um para cada numero. É provavel que o portuguez archaico possuísse a fôrma <i>lures</i> , que existiu no castelhano antigo” (p. 19).	x	
Morfologia	Observações suplementares sobre gênero	“Os generos, em latim, eram três: o masculino, o feminino e o neutro. Os generos masculino e feminino foram conservados na lingua vernacula; o genero neutro desapareceu. O desaparecimento do gênero neutro nas linguas modernas explica-se pela decadencia do latim barbarizado pelos godos e pelo caracter negativo d'esse gênero” (p. 64).	x	
Morfologia	Flexão de gênero, número e grau	“A noção de gênero derivou-se naturalmente da noção dos sexos. Mas, com o tempo, esta distincção se obliterou, de sorte que os gêneros nos seres inanimados nada mais indicam, e apenas dão, como diz Egger, elegancia ao estylo. [...] Em portuguez, como depois veremos, os gêneros variam com os tempos e com o progresso da lingua” (p. 54).	x	
Morfologia	Flexão de gênero, número e grau	“Dentro dos períodos históricos da lingua notam-se variações de gênero, em grande numero de exemplos. A analogia tornou femininos no período antigo e ainda no clássico: <i>a planeta</i> apressada (Camões), <i>a clima</i> húmida (Barros), <i>a fim</i> (que	x	

		sobreexiste na expressão <i>alafim</i>), <i>a paradoxal</i> , <i>a cometa</i> , etc" (p. 70).		
Morfologia	Derivação e composição das palavras	"Alguns prefixos gregos sofreram alterações fonéticas na evolução da língua. <i>Diamante</i> derivou de <i>adamante</i> latino, que por sua vez veio do grego; a letra <i>a</i> de <i>adamante</i> é o prefixo <i>a</i> ou <i>an</i> negativo; <i>adamante</i> , isto é, o que se não quebra, se não doma, indomável" (p. 127).	x	
Morfologia	Derivação e composição das palavras	"Vários processos de formação explicam a riqueza progressiva das línguas: a) da mudança de significação vae criando palavras novas; b) a mudança do acento tira de uma palavra única duas formas [...]" (p. 130).	x	
Morfologia	Palavras variáveis formadas no seio da língua	"Sendo a língua dotada de todos os processos de derivação, abundantemente rica de sufixos, não admira que, em seu próprio seio, se formasse número grande de vocábulos de todas as categorias gramaticais. De facto, mais de um terço do léxico de qualquer língua romana consta de formações originais modernas, embora se baseiem em elementos já existentes no latim ou no grego" (p. 136).	x	
Sintaxe	Gênero do substantivo e do adjetivo	"O número de variações históricas dos gêneros é bastante considerável. <i>Theorema</i> , <i>planeta</i> e <i>problema</i> eram femininos, como o eram e são os nomes gregos em <i>a</i> desde cedo introduzidos: <i>freima</i> , <i>broma</i> , <i>teima</i> , <i>almoreima</i> . A palavra <i>linhagem</i> era masculina. Ainda hoje têm gênero incerto: <i>scisma</i> , <i>personagem</i> , <i>phenix</i> . Foram outrora masculinos: <i>linguagem</i> , <i>arvore</i> , <i>tribu</i> , <i>linhagem</i> . Foram femininos: <i>clima</i> , <i>mappa</i> , <i>diadema</i> , <i>fim</i> , <i>planeta</i> e muitos nomes gregos terminados em <i>a</i> " (p. 158).	x	
Sintaxe	Uso dos demonstrativos	"No antigo português até os tempos da renovação erudita, empregava-se <i>cujo</i> como interrogativo: <i>Cujo é este livro?</i> É um latinismo que desapareceu na língua" (p. 169).	x	
Sintaxe	Uso dos relativos	A equivalência de <i>onde</i> , <i>por onde</i> , <i>em que</i> , <i>no qual</i> , <i>do qual</i> , <i>pelo qual</i> , etc. Ex: Os vales <i>onde</i> (<i>nos ques</i>) nunca soa a voz humana. No português o uso de <i>onde</i> era sintaxe muito mais extenso, como se vê da edição do Graal: Aquele cavaleiro <i>onde</i> me tanto falou; Era Galvan tal homem <i>onde</i> se nam poderia vingar. É regra geral colocar-se que junto ao seu antecedente, e, quando não é possível fazê-lo, como vimos	x	

		acima, prefere-se o uso de qual. (p. 170).		
Sintaxe	Participios do futuro	"Os participios do futuro são hoje usados como simples adjectivos ou substantivos, e são das seguintes classes: 1) os participios em ouro: <i>vindouro</i> , <i>inmorredouro</i> , o que ha de vir, o que não ha de morrer (esses participios desapareceram no portuguez, deixando apenas os vestigios citados, <i>vindouro</i> , <i>inmorredouro</i> , e mais alguns vestigios em <i>eiro</i> : Carta <i>mandadeira</i> (que ha de mandar); Moça <i>casadeira</i> (que se ha de casar). Na lingua antiga, porém, existiam em abundancia: <i>estabelecedouro</i> , <i>recebedouro</i> , etc [...] (p. 198).	x	
Sintaxe	Uso das preposições	"A preposição <i>a</i> do seculo XVI em muitos empregos foi substituída por <i>para com</i> . Eis a regencia de alguns adjectivos, como se vê da <i>Grammatica</i> de João de Barros: Manso aos humildes, Cruel aos fotes; Irascível aos timidos" (p. 207).	x	
Fonologia	Teoria geral da fonologia	"As forças que pouco a pouco minavam e produziam a dissolução dos fonemas latinos, tomavam aspectos especiaes que variavam segundo os logares e os tempos. Todavia as transformações que o idioma sofria, deixavam claramente observáveis duas tendências gerais, que caracterizaram o conjunto dos resultados: a <i>decomposição</i> e a <i>reconstrução</i> " (p. 283).	x	

Fonte: Elaboração própria (2020).

Identificamos, de acordo com o quadro 8, em que partes da introdução, da morfologia, da sintaxe e da fonologia da GP podemos encontrar excertos de textos que versem sobre mudança linguística. E não apenas isso, como também para que tipo de abordagem esses excertos apontam, se é para uma abordagem de aceitação ou se é para uma abordagem de interdição da mudança linguística.

Na introdução, a abordagem da mudança linguística acontecia por meio de um viés histórico, ao citar, por exemplo "os arcaísmos", expressões que foram substituídas por outras com o passar dos tempos, ou até mesmo as "formas plebeias", usos das camadas populares da sociedade. Esse trato histórico na abordagem, conforme citamos anteriormente, é fruto das orientações histórico-comparativas recebidas pela GP.

Na morfologia da GP, a gramática relaciona mudança linguística com mudança de gênero dos substantivos, com as alterações fonéticas sofridas ao longo do tempo pelos prefixos de formação de palavras. A GP também menciona a mudança de significação que as

palavras sofrem ao longo do tempo a depender do contexto que permeiam e em que são usadas. Ademais, o autor da GP advoga que o processo de mudança linguística das palavras, por exemplo, é fruto da mudança de significados e da mudança na colocação dos acentos que pode criar até duas formas da mesma palavra.

Já na sintaxe, a GP aborda, em conformidade com o que foi exposto no quadro 8, a mudança linguística em alguns tópicos de gramática: sintaxe do substantivo e do adjetivo, uso dos demonstrativos, uso dos relativos, uso das preposições e participios do futuro. Ainda na sintaxe, a GP também se vale, em alguns momentos (conferir a penúltima linha do quadro) do aspecto histórico da língua para abordar a mudança linguística que o português sofre. Um desses exemplos aponta para a substituição dos usos da preposição “a”, que foi substituída pela preposição “com”. Para fundamentar sua exemplificação, Ribeiro (1920) regressa para o século 16 e justifica sua abordagem se valendo mais uma vez das orientações da corrente histórico-comparativa que guiava a produção das gramáticas do início do século 20 (cf. BORGES NETO, 2018).

A abordagem da mudança linguística parte, por exemplo, da tomada dos aspectos históricos da língua, conforme encontramos na seção de introdução, até porque, de acordo com Borges Neto (2018), lançar mão das orientações da corrente histórico-comparativa faz parte da natureza descritiva dessas fontes historiográficas dos anos finais do século 19 e anos iniciais do século 20. A GP reconhece as mudanças sofridas pelas línguas ao longo do tempo e isso reflete em uma abordagem mais ampla da mudança linguística, se formos, por exemplo, estabelecer uma comparação com a abordagem da variação linguística exposta no quadro 7.

Por último, na fonologia da GP encontramos pouquíssimos exemplos que explicitam o tratamento dado, pela fonte historiográfica, à mudança linguística. Partimos da suposição de que isso é justificado pelo próprio Ribeiro (1920, p. 12-13) na introdução da GP:

Depois da disciplina classica realizada pelos fins do século XV e em todo o século XVI, a evolução do portuguez tornou-se lenta e quasi toda promovida pela irresistibilidade ao progresso de outras literaturas, nomeadamente da franceza. Assim, pois, continuam intensas as alterações syntacticas, **mas as phoneticas são realmente pouco notáveis.**

Na citação, o autor deixa claro para os seus leitores que reconhece a evolução do português, porém também reconhece que essa evolução é pouco notável, depois do século XVI, na fonética da língua. Consideramos, então, que o baixo número de exemplos dedicados à abordagem sobre o tema na seção de estudos fonéticos e fonológicos da gramática é

motivado pelo que o próprio autor defende em sua introdução, conforme visualizado anteriormente.

É válido sinalizar, neste momento dessa subseção, para os movimentos de aceitação ou de interdição da mudança linguística encontrados na GP que podem ser vistos no quadro 8. Todas as orientações gramaticais selecionadas para esta narrativa historiográfica apontam para uma aceitação do fenômeno da mudança linguística. Destacamos, aqui, a hipótese de que o fato de ser uma gramática vinculada à abordagem histórico-comparativo fez com que a GP abordasse, inclusive de uma forma mais extensa, a mudança linguística a partir de uma perspectiva de aceitação.

Isso atesta, então, que, apesar da GP não conceituar explicitamente sobre o assunto, ela consegue realizar uma abordagem concisa sobre eles, tanto na introdução, como nas seções de morfologia, sintaxe e fonologia. Outro ponto que podemos destacar, no tocante ao tratamento da mudança linguística traçado pela GP, diz respeito ao fato da abordagem privilegiar a comparação entre o latim e o português. Em outras palavras, a fonte historiográfica sempre recorre aos traços característicos e constitutivos do latim para tecer suas considerações sobre o português do início do século 20, época de publicação da gramática. Esses movimentos de comparação são frequentes na obra, conforme podemos ver no quadro 8.

Além disso, é plausível salientarmos também, nesta análise do tratamento da mudança linguística do português, que a GP não concede exemplos que privilegiem o português do Brasil, no sentido de apresentar que esta variedade, por exemplo, também é resultado de processos de mudança linguística em relação ao português de Portugal. Esse é outro traço, característico da GP, que conseguimos identificar a partir dos movimentos analíticos deste trabalho.

A partir da exposição dos quadros 7 e 8, outro ponto válido que nos salta aos olhos é que, enquanto todos os exemplos que encontramos para a variação linguística apontam para uma abordagem de interdição, os exemplos para a mudança linguística sinalizam para uma abordagem de aceitação. Supomos que o ato da GP interditar (cf. quadro 7) o fenômeno da variação linguística se deve a uma possível necessidade dessa gramática apresentar, na época, um tratamento normativo e prescritivo para a língua. Em contrapartida, sugerimos que o ato dessa mesma gramática aceitar (cf. quadro 8) o fenômeno da mudança linguística se deve ao fato da GP ser vinculada às orientações do método histórico-comparativo, o que influenciou não apenas uma aceitação do tema, mas também uma ampla abordagem desse fenômeno na gramática. Concluimos esse raciocínio pensando que aliar as interdições da variação

linguística e as aceitações da mudança linguística seria, conseqüentemente, sinônimo de conciliar normatividade e ciência (regras e conhecimento linguístico) na abordagem do português.

A partir das discussões investidas nesta subseção do texto e da análise da camada teórica, proposta por Swiggers (2004), analisamos, portanto, os conceitos de gramática para João Ribeiro, bem como a abordagem da variação e da mudança linguística realizada pelo gramático supracitado. Em seguida, analisamos, de que modo o autor conduz o trabalho de sua gramática, no sentido de apresentarmos a organização de sua obra e observarmos o trato normativo da língua.

5.1.3 Camada técnica: analisando a condução dos trabalhos da gramática

Nesta segunda subseção, dedicada aos movimentos analíticos da GP, atendemos à camada técnica proposta por Swiggers (2004). Como defendido pelo autor, é nesta camada que o historiógrafo da linguística analisa a condução do trabalho gramatical realizada por uma fonte historiográfica.

A camada técnica inclui, como o próprio nome nos lembra, as técnicas de análise e o itinerário metodológico utilizado pelo gramático. Com a camada técnica conferimos como os gramáticos conduzem seus trabalhos com os dados linguísticos utilizados na descrição/prescrição gramatical.

Nesse sentido, analisamos, primeiramente, a organização textual da GP e a ordem dos elementos da oração. Em seguida, nos detemos às técnicas de análise que conduzem o trato normativo estabelecido por João Ribeiro rumo às reflexões sobre o português. E, por último, averiguamos também o tratamento do português do Brasil empreendido pela gramática.

Com isso esclarecido, apresentamos, no quadro abaixo, o modo de organização da GP, destacando cada seção, subseção e seus respectivos objetivos. A GP apresenta as seguintes seções: avisos, introdução, prolegômenos, vocábulo, sintaxe e estudos complementares.

Quadro 10 – Organização da GP

Seções	Subseções	Objetivo
Avisos	---	Esclarecer sobre informações prévias das edições anteriores e da atual.
Introdução	---	Apresentar informações sobre a formação histórica do português e um panorama geral do contato do

		português com outras línguas românicas.
Prolegômenos	---	Esclarecer sobre o conceito de gramática na concepção do autor e sobre as partes que constituem sua obra.
Vocabulo	Taxinomia	Compreender o estudo da classificação das palavras.
	Morfologia	Compreender o estudo das formas das palavras e suas respectivas variações.
Sintaxe	Sintaxe das palavras	Descrever as regras para expressão das relações entre as partes da oração.
	Sintaxe das proposições (orações)	Descrever as regras que determinam as relações entre as orações.
Estudos complementares	Fonologia	Estudar a palavra, que é considerada um composto de sons, e considera as leis fonéticas às quais as palavras obedecem.
	Etimologia	Estudar a significação e a forma primitiva das palavras.
	Semântica	Estudar o sentido das palavras no curso do tempo.

Fonte: Elaboração própria (2020).

A partir do que foi exposto acima no quadro, percebemos, então, que na introdução, por exemplo, João Ribeiro (1920) já sinaliza sua filiação à orientação histórico-comparativa, fruto das gramáticas criadas para atender o programa Fausto Barreto (cf. BORGES NETO, 2018), conforme já mencionamos em outros momentos desta dissertação, principalmente no capítulo 4 referente ao clima de opinião.

Outro ponto que destacamos é o curto espaço reservado à fonologia, que se localiza na parte de estudos complementares. Para João Ribeiro (1920), os estudos fonéticos/fonológicos não podem ser equiparados, de acordo com a formatação de sua gramática, aos estudos morfológicos e sintáticos. Desse modo, a fonologia compõe, junto com a etimologia e com a semântica, a seção de estudos complementares da GP.

A organização da GP nos faz comprovar, então, duas questões: i) o comprometimento de João Ribeiro (1920) com o método histórico-comparativo, graças à atmosfera intelectual que vigorava na época; ii) o protagonismo concedido pelo autor aos estudos morfológicos e sintáticos em detrimento dos estudos fonológicos, que são concebidos apenas em uma subseção dos estudos complementares da fonte historiográfica. Para melhor esclarecer esse segundo ponto, queremos dizer que há um maior espaço para as discussões de cunho morfológico e sintático se comparado às discussões de cunho fonológico.

Além da organização do material em si, outro aspecto que deve ser levado em consideração é o modo como João Ribeiro (1920) organiza e concebe a noção de “oração”. Em outros termos, trata-se da organização dos elementos da oração e a maneira pela qual se distribuem seus constituintes. Dessa forma, reproduzimos, no quadro abaixo, algumas informações relevantes para o entendimento da ordem dos elementos da oração para a GP:

Quadro 11 – Ordem dos termos da oração para a GP

Espaço dedicado ao assunto	Orientação
Sintaxe geral	“A oração ou proposição contém dous elementos capitaes e indispensaveis: o sujeito e o predicado” (RIBEIRO, 1920, p. 145).
Ordem e colocação das palavras	“A ordem directa, tambem denominada anlytica, consiste na collocação dos termos da proposição, de modo que venha em primeiro lugar o sujeito, depois o verbo e afinal o atributo” (RIBEIRO, 1920, p. 222).
Ordem e colocação das palavras	“A ordem inversa, tambem denominada ordem synthetica, consiste em uma disposição differente da que se nota na ordem directa” (RIBEIRO, 1920, p. 222).

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Antes de discutirmos o quadro, precisamos salientar um ponto: para analisar o modo como a GP concebe a oração, olhamos, exclusivamente, para a seção de sintaxe da obra. Isso se deve ao fato dessa seção ter a finalidade de “[...] determinar a disposição dos vocábulos para que expressem uma proposição e determinar a disposição das proposições no período” (SILVA, 2006, p. 52). É nessa parte do texto, então, que conseguimos avaliar a forma como João Ribeiro concebe o período, seja ele simples ou composto. Além disso, é na sintaxe onde o gramático aborda temas de ordem normativa: concordância verbal e nominal, colocação pronominal, figuras de sintaxe, vícios de linguagem, entre outros. Além desses motivos, podemos mencionar também que não há como extrair considerações sobre o que a gramática considera como oração nas partes de fonologia e morfologia porque nestas seções a obra se dedica exclusivamente ao domínio da palavra, e não necessariamente do período simples ou composto. Em tais partes, considerações normativas, envolvendo mudança e variação linguística, acabam sendo menos frequentes na obra.

A partir do que visualizamos no quadro, apontamos, então, que a oração (ou “proposição”, como prefere o autor) contém dois elementos que são indispensáveis: o sujeito e o predicado. Na concepção de João Ribeiro (1920), toda e qualquer oração, para ser oração, precisa, de modo prototípico, apresentar esses dois termos.

Se a oração tem esses dois termos, ela pode, assim, apresentar duas ordens de organização: a ordem direta e a ordem inversa. A ordem direta, chamada pela GP de analítica, consiste em colocar os termos da oração de modo que apareça: em primeiro lugar, o sujeito; em segundo lugar, o verbo; e em terceiro lugar, o atributo (objetos). A ordem inversa, intitulada pela GP de “sintética”, representa toda e qualquer disposição que fuja ao que é estabelecido pela ordem direta.

Apresentar a ordem dos elementos da oração é uma das técnicas da gramática tradicional, que, por ser uma teoria das línguas humanas, possui, de acordo com Borges Neto (2012), alguns pressupostos que constituem seu núcleo rígido. Nesse sentido, o pesquisador citado aponta o seguinte:

A GT assume que a palavra é a unidade de análise (nada há abaixo da palavra) e que a oração (sentença, proposição, frase, a depender do autor) é uma construção de palavras. Na oração, as palavras recebem certa ordenação (sintaxe) para que a oração consiga exprimir um pensamento completo e cada palavra – na medida em que representa uma ideia – contribui, na oração, para que esse pensamento seja obtido (BORGES NETO, 2012, p. 89).

Partindo do que foi apontado, a GP apresenta a referida ordenação da oração por assumir, então, que a palavra é a unidade de análise e que essas palavras constituem essa oração. Além disso, a oração recebe a ordenação citada anteriormente para que ela possa exprimir, além de sentido, um pensamento completo. Entender essa organização é compreender, assim, uma das técnicas da gramática tradicional, como bem advoga Borges Neto (2012).

Outra técnica que consideramos na gramática é o modo como idealiza e ensina a língua, ou seja, o trato normativo dado por João Ribeiro à língua. Dessa feita, refletimos sobre a maneira como o gramático situa os movimentos de ensino e de idealização do português, no sentido de investigarmos se o ensino da língua é composto por prescrições, proscricções ou exceções. As prescrições dizem respeito às ordens impostas pelo gramático; as proscricções são os banimentos e proibições descritas pela fonte historiográfica; e as exceções apontam para orientações gramaticais que não fazem parte das regras, ou seja, estão fora das prescrições e das proscricções que aqui levantamos.

Para tanto, é válido mencionar que encontramos dados para as três orientações possíveis: prescrição, proscricção e exceções. Desse modo, apresentamos passagens do texto que apontam para essas três orientações de condução do trato normativo da linguagem.

Primeiramente, apresentaremos algumas passagens de texto que apontam para uma prescrição (ordem, determinação) gramatical, um dos tratos normativos estabelecidos pela

GP. Desse modo, no quadro abaixo, há apenas algumas prescrições impostas por João Ribeiro (1920), representativas para esta narrativa historiográfica:

Quadro 12 – Prescrições na GP

Espaço dedicado para o assunto	Orientação gramatical
Conjugação verbal	“Na terceira conjugação, os verbos que contêm u nas syllabas finaes mudam-no para o no presente [...] Esta é a regra, mas não o era no tempo dos classicos e dos bons auctores. Ha em Ferreira, Bernadez, Vieira [...]” (p. 116).
Relações do sujeito com o complemento	“Quando existem muitos sujeitos de diversos generos o attributo toma o plural e o genero masculino” (p. 152).
Sintaxe do substantivo e do adjetivo	“Os nomes, habitualmente do plural, que indicam unidade de tal modo que não são acompanhados de artigo, exigem a concordância no singular” (p. 159).
Sintaxe do substantivo e do adjetivo	“O comparativo de igualdade tam exige o emprego da subordinação pelo adverbio como ou quanto, quam. Tam modesto, quanto sincero” (p. 165).
Uso do pronome relativo “qual”	“É regra geral collocar-se que junto ao seu antecedente, e, quando não é possível fazel-o, como vimos acima, prefere-se o uso de qual. Entretanto, póde-se discretamente e com elegancia evitar o recurso de qual, quando o sentido é bastante claro, de modo que facilmente se percebe o antecedente verdadeiro” (p. 170).
Sintaxe do pronome pessoal	“Quando occorrem dous pronomes antes do verbo, o pronome sujeito vae antes do outro” (p. 174).
A ordem das palavras na oração simples	“O sujeito colloca-se depois do verbo nas phrases interrogativas, exclamativas, optativas e imperativas” (p. 223).
Colocação dos pronomes	“Sempre que a oração é negativa ou subordinada, as encliticas pronominas, em geral, precedem o verbo” (p. 230).

Fonte: Elaboração própria (2020).

O quadro acima representado aponta para ordens, determinações e regras impostas por João Ribeiro (1920). Tomamos essas determinações e imposições, então, como movimentos prescritivos. Diante disso, expressões como “é preciso não esquecer”, “só se emprega [...]”, “a regrar por onde é mais fácil acertar [...]”, “sempre” são utilizadas pela GP para estabelecer imposições e caminhos possíveis para alguns usos gramaticais.

Numa direção contrária (mas também normativa), agora de proscricções (banimentos, proibições), João Ribeiro (1920) proscree alguns usos linguísticos, no sentido de proibir determinados usos do português do início do século 20, de acordo com o quadro 12, que pode ser visualizado em seguida:

Quadro 13 – Proscrições na GP

Espaço dedicado ao assunto	Orientação gramatical
Verbos e suas espécies	“Não se pode dizer: eu tropeço, tu nevas, a não ser em sentido figurado. Succede também que a euphonia rejeita certas fôrmas, como: eu abulo ou abolo, do verbo abolir; ou encoloro, de colorir. Outras vezes, o caracter de impessoal é momentâneo, como em haver, apenas impessoal em determinado uso e emprego” (RIBEIRO, 1920, p. 33).
Flexão verbal de gênero, número e caso	“Nunca, porém, a nasal, representada com m no fim, conservará este no plural, antes do s, mas mudal-o-á primeiro em n (e é regra orthographica), para que não se escreva m antes de s; ex.: ordem, ordens, fim, fins, tom, tons, atum, atuns” (RIBEIRO, 1920, p. 61).
Conjugação verbal	“Não se póde usar indifferentemente os dous preteritos, o definido e o indefinido, sem commetter gallicismo. Quem viu uma só vez Paris, deve dizer: vi Paris, e nunca, tenho visto Paris” (RIBEIRO, 1920, p. 84).
Conjugação verbal	“É um plebeismo pronunciar sêjamos, suppónhamos. Mas diz-se: míngua, exágua, deságua, resfólega; comtudo, essa prosodia tem contradictores. Castilho manda dizer mingúa, desagóa, enxagóa. E é certamente melhor dizer agóa, do verbo agoar” (RIBEIRO, 1920, p. 89).
Sintaxe das palavras invariáveis: advérbio, preposição e conjunção	“Não póde ser aconselhado o uso que nos depara a <i>Vida do arcebispo</i> , quando nella se lê: proposição é essa prejudicial; não a poderia approvar senão quem fôr tão desatinado que com pertinacia queira defender outra tão falsa e errada tão como ella” (p. 201).
Colocação dos pronomes	“Nunca se dá posposição depois do participio pretérito, ex: tenho-me aperfeiçoadol e não, tenho aperfeiçoado-me. É regra sem exceção, sem embargo de que o não é na lingua italiana, cuja literatura tanto influiu na era classica” (p. 230).
Colocação dos pronomes	“Nunca se dá a posposição nos futuros simples: direi-lhe, amarei-o. Nesses casos ha tmese ou intercalação: dir-lhe-ei, amal-o-ei” (p. 230).
Colocação dos pronomes	“Nunca se começa phrase ou periodo com o pronome obliquo. Me dê; Me faça, etc, são brasileirismos que devem ser evitados” (p. 231).

Fonte: Elaboração própria (2020).

Em conformidade com o quadro acima, João Ribeiro (1920), para a imposição de regras proscritivas, faz uso de termos de negação, como “não se pode” e “nunca”, para estabelecer aquilo que não podíamos, nos anos iniciais do século 20, utilizar para escrever e falar o português. Esse é, então, outro modo de condução (ou trato normativo da língua) dos trabalhos gramaticais de João Ribeiro (1920).

Um terceiro modo de condução dos trabalhos da GP identificado neste trabalho, no que diz respeito à língua idealizada e ensinada por essa fonte historiográfica, corresponde às exceções. Alguns dados selecionados para essa categoria de exceções podem ser vistos a

seguir, no quadro 14:

Quadro 14 – Exceções na GP

Espaço dedicado ao assunto	Orientação gramatical
Os determinativos	“É digno de nota que qualificativos, por translação de sentido e de uso, passam a indefinidos” (RIBEIRO, 1920, p. 21).
Os pronomes	“Nota: As fórmulas noscum, voscum, são contraídas de nobiscum, vobiscum. Esta segunda pessoa tem dous radicaes, tu e vos, dos quaes se originam as variações ou vestígios de casos” (RIBEIRO, 1920, p. 26).
Flexão de gênero, número e caso	“Exceptuam-se d'esta regra grande parte dos nomes terminados em ão, que mudam para o plural o ão em ães ou ões” (RIBEIRO, 1920, p. 61).
Flexão de gênero, número e caso	“Exceptuam-se : 1º Os nomes em s e em x, que, antes de se lhes accrescentar a terminação es, mudam, os 1ºs em s e z, e s 2ºs o x em c; ex.: nariz, narizes, obús, obú- zes (cujos singulares se escrevem mais geralmente com c), deus, deuzes ; calix, calices” (p. 62).
Flexão de gênero, número e caso	“São dignos de nota os vocabulos que soffrem encurtamento ou distensão de fôrma nas duas flexões: ladrão - ladra; rapaz - rapariga; múmula; cão - cadella” (RIBEIRO, 1920, p. 69).
Conjugação verbal	“Exceptuam-se dous casos: o do imperativo ama tu e amas vós, e o caso da segunda pessoa do singular do preterido definido ou perfeito: amaste, recebeste; excepções que se originam do latim” (p. 87).
Concordância do sujeito e concordância do atributo	“Ha casos especiaes em que esta regra não é seguida. Quando a acção do verbo só pôde ser attribuida á collecção e não separadamente aos individuos, o verbo preferentemente concorda com o colectivo” (p. 148).
Uso do acento	“As excepções notam-se apenas nas palavras compostas cujos elementos já têm os seus accentos determinados” (p. 297).

Fonte: Elaboração própria, 2020.

O quadro 14 nos evidencia a técnica utilizada pela GP para determinar as exceções das regras gramaticais. É recorrente na GP o autor fazer uso de expressões como: “é digno de nota”, “exceptuam-se”, “casos especiais” e “nota”, conforme pode ser visto no quadro anterior. Desse modo, trata as exceções como casos especiais das regras gramaticais e aborda esses casos especiais, principalmente, em passagens de texto em formato de “notas”. Quando nos referimos a essas notas, nos referimos, também, às notas de rodapé espalhadas pela fonte historiográfica.

Diante dessa afirmação, podemos supor ainda que o espaço dedicado ao trato normativo do tipo *exceções* apresentado pela GP é tomado como uma parte secundária da gramática, tendo em vista, em conformidade ao que pode ser visto no quadro 13, que essas

exceções aparecem em maior volume nas notas de rodapé, e não necessariamente como uma parte principal do texto gramatical, uma vez que não aparecem em grande quantidade no escopo textual da fonte.

Diante desses exemplos, podemos apontar, a partir da análise da camada técnica (SWIGGERS, 2004), três modos de idealizar e ensinar a língua na GP, que dizem respeito, conseqüentemente, ao trato normativo da língua estabelecido pela obra: prescrição, proscrição e exceção. São esses os três caminhos encontrados pela GP para realizar o trato normativo da língua. Com a apresentação do trato normativo da língua realizado pela GP, seja por uma via prescritiva seja por uma via proscritiva, ou até mesmo por exceções, conseguimos compreender de que maneira essa gramática abordava, do ponto de vista normativo, a língua.

Até aqui, entendemos como o gramático organiza seu material, de que forma ele considera a oração e de que maneira idealiza e ensina a língua. Agora, passaremos a analisar a forma de abordagem do português do Brasil realizada por João Ribeiro (1920). Dessa feita, investigamos se o português do Brasil é tratado sem ou com juízo de valor explícito. No caso de a fonte tratar com juízo de valor explícito, observamos também se é a partir de uma ótica de aceitação ou de interdição.

Para discutirmos essa abordagem do português do Brasil, realizada por João Ribeiro (1920), criamos dois quadros constituídos por citações extraídas da GP. No primeiro quadro (quadro 14), apresentamos passagens de texto que não exprimem juízo de valor acerca do português do Brasil. No segundo (quadro 15), expomos citações que exprimem juízo de valor sobre o português do Brasil.

Ao mencionarmos citações sem juízo de valor, nos referimos a passagens do texto em que, apesar de citar o português do Brasil, João Ribeiro (1920) não se posiciona nem favorável nem contrário ao uso dessa variedade do português, conforme é possível ver no quadro que segue:

Quadro 15 – Citações, extraídas da GP, sem juízo de valor explícito sobre o português do Brasil

Fenômeno linguístico	Orientação gramatical
Emprego do advérbio	“É muito da nossa linguagem, entre os que a tem sabido falar com elegancia, o emprego do advérbio mal na accepção de mámente, de modo máo, muito, iniquamente, gravemente, duramente, asperamente, severamente” (p. 163).
Uso do acento	Conservam o O grave os seguintes: espôsas, môças, rolas, roscas, moscas; aljofre, gota, estopa, arroba, alcova, sopa, brôa, estofo, fôrma (distinto de fôrma), mariposa, dorso, garoto, minhoto, perdigoto, piloto, repolho, namoro, tosco, esgoto, soco, ceroto. São ainda incertos: logro,

	sogro. No Brasil dizemos lógrros, sogros e senhora (p. 296).
Elisão e outros fatos da prosódia	“Muitas das singularidades da prosodia brasileira (exceptuados os plebeismos de origem americana ou africana) representam a pronuncia archaica dos séculos XV e XVI qual se entrevê nos escriptores e poetas portuguezes: por exemplo, a rima de mãe e também, que é moderna, não era dos antigos clássicos, e não é tolerável no Brasil” (p. 310).

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Nas três citações expostas no quadro 15, a GP não destaca um juízo de valor explícito em relação ao português, ou seja, apesar de mencionar a variedade brasileira do português, o autor da gramática não a aborda nem a partir de uma perspectiva negativa, muito menos por uma perspectiva positiva, mas somente a descreve sem se posicionar. Não há, assim, como mencionarmos, um juízo de valor evidente nas citações.

Na primeira citação, a GP apenas descreve um aspecto comum dos usos linguísticos daqueles que, em tese, sabiam falar e escrever com elegância: o uso do advérbio “mal”. Na segunda citação, a nossa fonte de análise apresenta algumas palavras em que há a conservação do “O” grave e descreve algumas palavras ditas no Brasil que também conservam esse uso, apresentando, conseqüentemente, esse uso brasileiro sem se posicionar, seja positiva ou negativamente, sobre ele. Na terceira citação, a gramática apenas expõe uma das singularidades da prosódia do Brasil e descreve que a pronúncia moderna do português europeu não é bem vista para a particularidade que está sendo descrita.

Com a composição do quadro, percebemos que há momentos em que a fonte realizará somente uma descrição dos usos (ou particularidades, como acontece na terceira citação) do português do Brasil, sem necessariamente se posicionar favorável ou contrário a essa variedade do português.

Em contrapartida, nos excertos de textos que podemos visualizar no quadro 16, João Ribeiro (1920) aponta que devemos evitar determinados usos do português do Brasil:

Quadro 16 – Citações, extraídas da GP, com juízo de valor explícito sobre o português do Brasil

Fenômeno linguístico	Orientação gramatical
Pronomes relativos	“A expressão <i>O que é a vida?</i> com anteposição do pronome <i>o</i> , é provalmente um brasileirismo. O uso classico não admite anteposição do <i>o</i> . Os bons escriptores contemporaneos confirmam a omissão: <i>Mulher, que me pedes tu?</i> (Al. Herculano)” (p. 169).
Colocação dos pronomes	“Nunca se começa phrase ou periodo com o pronome obliquo. <i>Me dê; Me faça</i> , etc, são brasileirismos que devem ser evitados” (p. 231).

Fonte: Elaboração própria (2020).

O português do Brasil, nesse cenário exposto, é tido como errado e provido de pouca elegância. Um ponto válido a ser comentado, que inclusive já mencionamos na seção que trata sobre a camada contextual da GP, é sobre o termo “brasileirismos”, que, apesar de anteriormente ter aparecido no quadro que representa citações sem juízo de valor, aqui é visto com juízo de valor e aponta, conseqüentemente, para uma interdição da língua, que contrapõe o português do Brasil aos usos clássicos do português.

Uma ressalva que devemos fazer é que, apesar de, na primeira citação, a GP não apontar evidentemente para um julgamento negativo da variedade brasileira do português, acreditamos intuitivamente que o uso do sufixo “-ismo”, nesse caso, também carrega consigo um juízo de valor, tendo em vista que todos os outros usos que encontramos com esse mencionado sufixo apontam para uma crítica negativa aos usos do português do Brasil.

Tentamos encontrar, então, na GP, passagens que representassem, de algum modo, juízos de valor, seja de um ponto de vista de aceitação ou de interdição. Contudo, não encontramos nenhum juízo de valor que sinalizasse uma aceitação explícita do português do Brasil, apenas para uma interdição dessa variedade da língua.

Esse resultado dialoga, então, com os resultados de pesquisa de Antezana (2014), que analisou a 3ª edição da gramática de Ribeiro, publicada em 1889. A pesquisadora aponta que João Ribeiro, apesar de se dizer inovador, não conseguia se liberar de ideias conservadoras e puristas que circulavam na época. A ideia de que a variedade brasileira do Português deveria ser tida como um mero “brasileirismo” fazia parte de uma dessas posturas conservadoras.

Além disso, esse nosso resultado vai de encontro ao que vários linguistas (cf. CASTILHO, 1980; ORLANDI, 2001 e FIORIN, 2010) defendiam nos textos lidos para a construção da atmosfera intelectual da época, conforme discutimos na seção sobre a camada contextual da GP, em torno da figura do gramático João Ribeiro (1920) nos anos finais do século 19 e anos iniciais do século 20, que reportava a um discurso favorável à construção de um Estado Nacional que valorizasse a variedade do português do Brasil. Diante disso e dos dados levantados a partir da GP, entendemos que, apesar desse discurso externo e social do gramático, a aceitação do português do Brasil não acontecia, de fato, em sua gramática.

Com a análise da camada técnica (SWIGGERS, 2004) da GP, foi possível investigar, portanto, alguns pontos que aqui retomamos: i) organização da GP; ii) ordem dos termos da oração; iii) o trato normativo da língua realizado na GP; iv) a abordagem do português do Brasil no material. Além desses pontos inerentes à camada técnica, percebemos também que, ao invés de um defensor da configuração de uma língua nacional, o português brasileiro, a GP

era uma gramática que ceifava, de acordo com os dados mapeados nesta pesquisa, os usos advindos da variedade brasileira do português.

5.1.4 Camada documental: analisando o exemplário da gramática

Analisada, então, a forma como a GP conduzia os trabalhos com o português, passamos agora, nesta quarta subseção, a examinar a camada documental, que, de acordo com Swiggers (2004), diz respeito ao tipo de documentação linguística que serve como exemplário para o gramático estabelecer os movimentos de descrição linguística. Esse exemplário é o que dá sustentação, por exemplo, ao trato normativo (prescrições, proscricções e exceções) realizado pela fonte historiográfica.

Os dados para a camada documental, nos termos de Swiggers (2004), são os exemplos utilizados pelo gramático para descrever a língua. Verificamos, desse modo, se a GP faz uso de dados literários, de dados de outros domínios escritos (jornalístico, por exemplo), de dados de oralidade, entre outros.

Para organizarmos melhor esta subseção, percorremos a GP, parte por parte, iniciando na morfologia, passando pela sintaxe e terminando na fonética (essa é, inclusive, a organização linear da gramática analisada). Consequentemente, aqui, as análises seguirão esta ordem. Nesses termos, apresentamos, em primeiro lugar, o exemplário identificado na morfologia. Em seguida, exibimos os exemplos retirados da sintaxe. E, por último, expomos o conjunto de exemplos extraídos da seção de fonologia.

A seção de morfologia da GP, que compreende o espaço que vai da página 11 até a página 141, apresenta um exemplário que mescla exemplos criados pelo autor e exemplos literários, para explicar determinados aspectos ou fenômenos gramaticais. Na morfologia, percebemos a utilização de poucos exemplos e um equilíbrio entre exemplos criados e literários, conforme visualizamos no quadro 17:

Quadro 17 – Parte do exemplário extraído da morfologia da GP

Exemplos criados	Exemplos literários
1) “Bonito/bom; mosquito/mosca; periquito/peruca” (RIBEIRO, 1920, p. 16).	1) “Assim que ó Rei se minha grão verdade. Tens por qual é (Luís de Camões)” (RIBEIRO, 1920, p. 18).
2) “Quarto de dormir; Mesa de marmore; Vêla de cera” (RIBEIRO, 1920, p. 18).	2) “Acompanhado de 200 homens de pé, delles para levarem o fato dos nossos e delles que serviam de espadas (João de Barros)” (RIBEIRO, 1920, p. 22).
3) “Amo com ardor; Existe em algum lugar; Virá depois de amanhã” (RIBEIRO, 1920, p. 34).	

4) “Seleneia do homem; Inimigo do homem; Amigo do homem; Semelhante ao homem” (RIBEIRO, 1920, p. 42). 5) “Bom (bonus); Melhor (melior); Optimo (Optimus); Peior (peior); Pessimo (pessimus); Grande (grandis); Maior (major); Maximo (maximus); menos (minor); minimo (minimus)” (RIBEIRO, 1920, p. 75). 6) “Vendaval (vent d’aval); Gendarme (Gens d’armes); Fidalgo (Hijo d’algo) [...]” (RIBEIRO, 1920, p. 120). 7) “Provarás; Blasphemia; Appello; Recibo; Combate; Duvida; Sustento; Equivoco; Rogo; Commando; Mando; Liga; Despacho; Castigo; Adorno; Choro; Passes” (RIBEIRO, 1920, p. 129).	3) “Cousas communs aos homens (João de Barros)” (RIBEIRO, 1920, p. 70). 4) “Alferezes volteiam as bandeiras (Luís de Camões)” (RIBEIRO, 1920, p. 72). 5) “Tanto do bem humano estou diviso (João de Barros)” (RIBEIRO, 1920, p. 138). 6) “D’stes illusos que se alegram com o seu mal, disse sabiamente Salviano (Bernardes)” (RIBEIRO, 1920, p. 138).
---	--

Fonte: Elaboração própria (2020).

No quadro acima, conseguimos, então, visualizar 7 exemplos forjados e 6 literários. Isso aponta, consequente e subjetivamente, para uma preocupação da GP de não apenas utilizar um único exemplário, ou apenas criado ou apenas literário, para a constituição de sua obra. Os exemplos criados e literários ampliam, assim, o escopo documental da fonte historiográfica.

A seção de sintaxe da GP, que compreende desde a página 145 até a página 176, expõe a mesma combinação, vista na morfologia, que sinaliza para o uso de exemplos criados e literários, de acordo com o que configuramos no quadro 18:

Quadro 18 – Parte do exemplário extraído da sintaxe³⁰ da GP

Exemplos criados	Exemplos literários
1) “Os passaros voam; Os peixes não voam; A vida em Paris é dispendiosa; O tempo consome as cousas” (RIBEIRO, 1920, p. 146). 2) “As casas são altas; Os espartanos respeitavam a velhice; Eu amo a virtude; O exercito dos Persas invadiu a Grecia; A maioria dos gregos pedia a paz” (RIBEIRO, 1920, p. 147). 3) “Um troço de soldados enchia o primeiro pavimento do edificio” (RIBEIRO, 1920, p. 148). 4) “As flôres, as arvores, os rios, tudo se iluminou com os raios do sol” (RIBEIRO, 1920, p. 149). 5) “Nem eu, nem elle será nomeado”; Napoleão	1) “Se esta gente que busca outro hemispherio Cuja valia e obras tanto amaste, Não querer que padeçam vituperio ... (Luís de Camões)” (RIBEIRO, 1920, p. 148). 2) “Bem dita seja a paz e a alegria da alma (Bernardes)” (RIBEIRO, 1920, p. 149). 3) “Já na cidade Beja vae tomar (Luís de Camões)” (RIBEIRO, 1920, p. 153). 4) “Mas já a planeta que no céu primeiro Habita cinco vezes apressada ... (Luís de Camões)” (RIBEIRO, 1920, p. 158). 5) “Eu te encontrei num alcantil agresta Meia quebrada, ó cruz (Alexandre Herculano)”

³⁰ Devido ao alto número de exemplos encontrados nesta seção da gramática, selecionamos, para a formatação deste quadro, apenas exemplos representativos e que sirvam para iluminar nossos movimentos analíticos.

com os francezes venceu a Europa; O pae com os filhos saiu a passeio" (RIBEIRO, 1920, p. 150). 6) "Os moços é que serão os velhos d'amanhã; O reitor foi um dos que mais se importou com a preocupação" (RIBEIRO, 1920, p. 151). 7) "As rosas são bellas; O cravo é branco" (RIBEIRO, 1920, p. 152). 8) "Os classicos tinham enriquecido a língua" (RIBEIRO, 1920, p. 153). 9) "Escrevi um livro. Respeitemos o uso" (RIBEIRO, 1920, p. 154). 10) "Começar de escrever; Acabou de escrever; Cessou de escrever; Arrancam das espadas" (RIBEIRO, 1920, p. 155). 11) "Accusou o réo de roubo; Admirou-se do espectáculo; Emprestei-lhe um livro" (RIBEIRO, 1920, p. 156). 12) "Homens velhos; Mulher sensata; A predencia, a moderação sincera. Desejos e virtudes puras" (RIBEIRO, 1920, p. 159). 13) "Mil vezes obrigado; Com mil e quatrocentas bombas" (RIBEIRO, 1920, p. 162). 14) "Conceda-me Vossa alteza a sua graça; Vossa reverencia deixou aqui os seus livros" (RIBEIRO, 1920, p. 167). 15) "Elle me deu o livro; Elle me reprehendeu; Deu-lhe o livro; Reprehendeu-o" (RIBEIRO, 1920, p. 176). 16) "Deu-se o incommodo de vir; O auctor reserva-se o direito" (RIBEIRO, 1920, p. 177). 17) "O sol, estrella fixa; A lua, planeta, astro secundario; A luz e as trevas. O dia e aoute" (RIBEIRO, 1920, p. 181). 18) "Acho-me doente; Sinto-me envelhecido; Viu-se empobrecido; Anda alegre; Quedou-se surprehendido" (RIBEIRO, 1920, p. 186). 19) "Acontece que tens de vir; É certo que esteve doente; O caminho que sei; Um caminho que eu saiba; Quero o professor que sabe; Quero professor que saiba" (RIBEIRO, 1920, p. 191). 20) "Home lido que leu; Corrido que correu; Viajado que viajou; Ousado que ousa; Calado que cala; Estabelecido estabeleci; Sabudo sabido; Conhoçudo conhecido; Reteúdo retido; Despezo despendido; Defezo defendido; Escolheito escolhido; Absolto absolvido; Coito cozido" (RIBEIRO, 1920, p. 195).	(RIBEIRO, 1920, p. 160). 6) "Mil cruzados para a parte, duzentos para as despezas da mesa e cento para o seu juizo (D. Francisco Manoel)" (RIBEIRO, 1920, p. 162). 7) "Não somente dá vida aos mal feridos (Luís de Camões)" (RIBEIRO, 1920, p. 163). 8) "Tão velha é como ti? (Luís de Camões)" (RIBEIRO, 1920, p. 164). 9) "Cortou-me o braco Ouvia-se-lhe a voz Dos tres filhos que tenho Um rei que temos (Luís de Camões)" (RIBEIRO, 1920, p. 166). 10) "Não sou eu o que hei de deixar as minhas raizes, senão vós (Antônio Vieira)" (RIBEIRO, 1920, p. 167). 11) "O som da minha voz era o da voz de homem (Alexandre Herculano)" (RIBEIRO, 1920, p. 168). 12) "A terra... Por quem tanto trabalho experimentava (Luís de Camões)" (RIBEIRO, 1920, p. 169). 13) "Os valles onde (nos quaes) nunca soara a voz humana (Alexandre Herculano)" (RIBEIRO, 1920, p. 170). 14) "Mande enforcar a quantas esperanças dera de comer (Luís de Camões)" (RIBEIRO, 1920, p. 171). 15) "Quem sabe lá nada da outra vida? (Alexandre Herculano)" (RIBEIRO, 1920, p. 172). 16) "Tethys quer ferir, mais que nenhuma (Luís de Camões)" (RIBEIRO, 1920, p. 172). 17) "Cada um dos soldados trazia lança e espada cada qual trazia lança e espada. De idade cada qual era mancebo (Luís de Camões)" (RIBEIRO, 1920, p. 173). 18) "Em vesti-se de lan que elle dêsse (Fernão Alvarez do Oriente)" (RIBEIRO, 1920, p. 174). 19) "Que me importa a mim, a gloria? Ou se lha dão a ella as bellas flôres (Luís de Camões)" (RIBEIRO, 1920, p. 174). 20) "Oh não se chamarei ingrata; Sou filho teu: meus ossos cobre ao menos (Almeida Garret)" (RIBEIRO, 1920, p. 175).
--	--

É válido apontarmos que, para montagem e configuração do quadro na parte referente aos dados literários, consideramos apenas os exemplos da GP que explicitavam o autor de literatura que estava sendo usado na exemplificação gramatical. Em outras palavras, consideramos os exemplos em que a GP citava explicitamente o autor de onde tinha extraído o exemplo em destaque.

Na mesma direção do exemplário da morfologia, o quadro 16 ilumina o exemplário da sintaxe da GP, que combina tanto exemplos criados como exemplos extraídos da literatura pregressa.

Como visualizado, o autor faz grande uso de exemplos literários extraídos de uma literatura pregressa. O uso de literatos antigos se dá porque “os autores [de gramática] podiam aplicar as técnicas de análise da Linguística Histórico-Comparativa para explicar aspectos do Português de diferentes fases históricas” (VIDAL NETO, 2020, p. 200, *grifos nossos*). A partir de Vidal Neto (2020) e dos exemplos que levantamos da seção de sintaxe da GP, podemos assinalar, então, que o amplo conjunto de exemplos extraídos de literatos antigos (Luís de Camões, por exemplo, aparece em 29 dos 54 exemplos detectados na fonte historiográfica em destaque) utilizados pela GP é explicável mediante a atmosfera intelectual da época, que valorizava a Linguística histórico-comparativa.

Além dessa afirmação anterior, podemos apontar também que era aceito, nos anos finais do século 19 e anos iniciais do século 20 (e isso se estende até atualmente), que o português clássico, correto e possível de ser usado na escrita era, de acordo com a análise dessa camada do conhecimento do conhecimento linguístico especificamente, o português do século 16 e 17. Esse era, portanto, o português representativo para idealizar as descrições e prescrições da língua. Sendo assim, citar Luís de Camões (1524-1580), João de Barros (1496-1570), Antônio Vieira (1608-1697), Padre Manoel Bernardes (1644-1710), entre outros exemplos clássicos se coaduna com essa crença geral.

É válido apontarmos, diante do que foi exposto, que a utilização de literatos antigos, como é o caso de Luís de Camões, por exemplo e conforme exposto anteriormente, não serve apenas para explicar aspectos históricos que envolvem o desenvolvimento do português, mas servem para valorizar uma escrita pregressa em detrimento dos usos atuais – no caso, os anos 1920.

O fato de utilizar exemplos extraídos de uma escrita literária pregressa (cf. VIEIRA, 2020) relaciona-se com a terceira diretriz epistemológica da gramática tradicional. De acordo com Vieira (2020), as gramáticas do final do século 19 até a década de 70 do século 20 costumavam privilegiar a escrita literária pregressa em detrimento de outras esferas

discursivas. A GP, por fazer parte desse interstício de tempo, promove um movimento de continuidade em relação ao que era posto então pelas gramáticas tradicionais.

Diferentemente da morfologia e sintaxe, seções em que aconteceu um equilíbrio entre dados criados e literários, na seção de fonologia encontramos 12 exemplos criados em detrimento de apenas 1 exemplo literário, conforme podemos ver no quadro que segue:

Quadro 19 – Parte do exemplário extraído da fonologia da GP

Exemplos criados	Exemplos literários
1) “Cabo; Capó; Caput; Labio; Labbro; Labrum” (RIBEIRO, 1920, p. 284). 2) “Açucar (as-sucar); Az-zeite; Ar-rabil; A-çude” (RIBEIRO, 1920, p. 291). 3) “Praça (plateam); Lebre (lépore); Janeiro (januarium, janarium); Piedade (pietatem); Joelho (genuculum); Cabido (capitulum)” (RIBEIRO, 1920, p. 292). 4) “Razão (rationem); Orador (oratore); Fiel (fidelem); Caber (cápere); Dizer (dicére); Fazer (fácere)” (RIBEIRO, 1920, p. 293). 5) “Alvedrio (arbitrum); Penétro (penetro); Inteiro (integrum); Alegre (alacrem); Trevas (tênebras); Aconito (aconitum); Idolo (idólum); Tisana (ptisana); Elogia (elógium); Diatribe (diátribe); Hélén (Hélena)” (RIBEIRO, 1920, p. 294). 6) “Dentaes; Gutturaes; Labiaes; Leixar; deixar; nembrar; lembrar” (RIBEIRO, 1920, p. 299). 7) “Ler, ver, máo, eréo, amais” (RIBEIRO, 1920, p. 301). 8) “Apeciem (especie); spasmum (espasmo); scribere (escrever)” (RIBEIRO, 1920, p. 303). 9) “Garupa, fevereiro, lanterna, mancha, minha” (RIBEIRO, 1920, p. 304). 10) “Pasma de spasmum; Tisana de ptisanam; Botica de apothecam; Gume de acumem” (RIBEIRO, 1920, p. 305). 11) “Ver (videre); Leal (legalem); Mealha (metaliu); Véu (velum); Ama (amat); Amam (amant); Nunca (nunquam); Causa (causam)” (RIBEIRO, 1920, p. 306). 12) “Andorinha (hirundinam); Primeiro (primarium); Choupo (pop'lum); Trevas (tenebras); Copo (poculum); Moela (medullam)” (RIBEIRO, 1920, p. 129).	1) “Que a ilha é possuída da malina gente/ Da barriga imiga e terras suspeitosas/ Que a neve está contino pelos montes (Luís de Camões)” (RIBEIRO, 1920, p. 306).

Fonte: Elaboração própria (2020).

Um ponto que devemos destacar na formação dos quadros 17, 18 e 19 que apresentam o exemplário das seções da GP, é que não afirmamos aqui a totalidade de exemplos criados encontrados, mas sim uma parte representativa para esta narrativa historiográfica, no sentido de que reconhecemos que ausências são possíveis, tendo em vista que não citamos todos os exemplos da GP. Consequentemente, os exemplos extraídos aqui servem para ilustrar a camada documental da fonte historiográfica. Não são apresentados com pretensão de exaustividade.

A partir do quadro 18, percebemos que, na seção de fonologia, a GP estabelece um trabalho documental distinto, se comparado com as seções de morfologia e sintaxe, uma vez que é na seção sobre estudos fonológicos que os exemplos forjados não se equiparam aos exemplos literários, mas se sobressaem diante dos poucos exemplos retirados da literatura antiga/prehistoria.

Acreditamos que essa pouca relevância dada pela GP aos exemplos literários na seção de fonologia seja fruto da pouca descrição gramatical que há neste espaço da fonte historiográfica, uma vez que nesta parte da gramática acontecem mais movimentos teórico-descritivos, no sentido de explicar a teoria geral da fonologia e evidenciar traços da história desse nível de análise gramatical, do que movimentos prescritivos, no sentido de apresentar regras envolvendo os aspectos fonético/fonológicos da língua.

Outra observação que podemos empreender, sobretudo no nível gramatical fonológico (isso também pode ser visto nos exemplos do nível morfológico representados pelo quadro 16), é que, enquanto os exemplos criados pelo autor, que são em sua grande maioria neste nível, se detêm ao estudo da palavra isoladamente, o único exemplo literário se apresenta em formato de um período composto. Acreditamos, nesse sentido, que isso se dá pela própria natureza analítica da fonte historiográfica nesses níveis gramaticais. O estudo da formação das palavras (morfologia) e do som das palavras (fonologia) pode prescindir da análise de períodos simples ou compostos e valer-se exclusivamente da análise do léxico/da palavra.

Apesar dos poucos exemplos extraídos da literatura pregressa encontrados na seção de fonologia, percebemos que a GP utiliza, além dos exemplos criados, apenas exemplos literários, sem recorrer a exemplos de nenhuma outra esfera discursiva. Desse modo, como forma de didatizar os exemplos literários encontrados na fonte, resolvemos sintetizar, na tabela abaixo, os autores citados pela obra, a quantidades de exemplos, o percentual de recorrência de cada um desses autores, bem como a nacionalidade de cada um deles.

Tabela 1 – Exemplário de literatura da GP³¹

Autores (Nascimento-Morte)	Quantidade de exemplos	%	Nacionalidade do autor
Luís de Camões (1524-1580)	34	54,74 ³² %	Português
João de Barros (1496-1570)	8	12,88%	Português
Alexandre Herculano (1810-1877)	5	8,05%	Português
Antônio Vieira (1608-1697)	4	6,44%	Português
Padre Manoel Bernardes (1644-1710)	3	4,83%	Português
Almeida Garret (1799-1854)	2	3,22%	Português
Affonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922)	1	1,61%	Brasileiro
D. Francisco Manuel (1608-1666)	1	1,61%	Português
Fernão Alvares do Oriente (1540-1595)	1	1,61%	Indiano
Filinto Elísio (1734-1819)	1	1,61%	Português
Heitor Pinto (1528-1584)	1	1,61%	Português
Sá de Miranda (1481-1558)	1	1,61%	Português
Total de exemplos	62	100%	11 portugueses 1 brasileiro 1 indiano

Fonte: Elaboração própria (2020).

Como forma de não ficar apenas no plano de apresentar os exemplos retirados da GP, sejam eles criados ou literários, elaboramos a tabela 1 para analisar especificamente os exemplos extraídos de uma literatura escrita pregressa utilizados pela obra. Desse modo, no que diz respeito aos autores da literatura pregressa encontrados, podemos, conforme a tabela, citar 12. Desses 12 autores, o que nos chama atenção é a relevância dada pela GP aos autores de literatura de origem portuguesa (10 deles diante de um total de 12 autores) em detrimento dos autores de literatura de origem brasileira (apenas 1 deles diante de um total de 12 autores).

O catálogo de autores utilizados na GP também aponta para diferentes momentos da história, ou seja, para diferentes séculos de desenvolvimento da língua. João Ribeiro não se concentra, por exemplo, em extrair exemplos apenas do século 19, época de publicação da

³¹ Nem todos os exemplos de literatura foram expostos nos quadros 17, 18 e 19. Inserimos nesses três quadros apenas exemplos representativos para nossa narrativa historiográfica.

³² Consideramos apenas duas casas decimais para a formatação dessa numeração.

primeira edição da gramática, ou do século 20, época de publicação da edição que estamos analisando neste trabalho. Os exemplos extraídos da GP sinalizam para um exemplário quinhentista representado pelas figuras de Luís de Camões, João de Barros, Fernão Alvares do Oriente, Heitor Pinto e Sá de Miranda, embora também haja autores de séculos mais recentes, se pensarmos no século de publicação da edição da fonte que estamos analisando, como Affonso Henriques de Lima Barreto.

A tabela prova que, apesar de defender a configuração e manutenção de uma língua propriamente brasileira, a GP, na verdade, utilizava-se de um exemplário, quase em sua totalidade, originariamente português, fazendo com que as descrições gramaticais fossem exemplificadas e fundamentadas através de uma escrita portuguesa do passado, e não genuinamente brasileira. Além disso, um fato curioso que podemos citar é a presença de um autor indiano, que não é de origem brasileira nem portuguesa. Fernão Alvares do Oriente (1540-1595) é de Goa, um estado localizado no oeste indiano, que também foi colônia portuguesa, assim como o Brasil. Isso sugere que o uso da língua escrita vinda da colônia, seja do Brasil ou até mesmo do mencionado estado indiano, não era bem recepcionada pela GP, tendo em vista a pouca representatividade de autores desses países nas descrições gramaticais. Em contrapartida, a língua de Portugal ganhava um lugar de destaque, quando o assunto era apresentar o português bem escrito.

Diante do que foi discutido nessa subseção do trabalho, identificamos, a partir da camada documental proposta por Swiggers (2004), não apenas os tipos de exemplos encontrados na fonte, no caso da GP exemplos criados pelo próprio autor e exemplos extraídos de uma literatura pregressa, como também analisamos os autores usados pela GP, o que nos deu norte para entender se os exemplos extraídos são de origem portuguesa, brasileira ou até mesmo de outra nacionalidade. Atestamos, então, que o discurso de João Ribeiro, autor da GP, em prol da configuração e manutenção de uma língua nacional propriamente brasileira, fica apenas na atmosfera retórica da época, ou seja, acontece apenas no plano teórico, e não na prática gramaticográfica, tendo em vista que, na sua gramática, há uma utilização predominante de autores portugueses em detrimento de autores brasileiros.

5.2 Sistematização das análises

Desenvolvemos, até aqui, um conjunto de análises que deu conta de refletir, interpretar e gerar hipóteses sobre as camadas do conhecimento linguístico propostas por Pierre Swiggers

(2004): i) Camada contextual; ii) Camada teórica; iii) Camada técnica; iv) Camada documental.

Como explanado em outros momentos desse texto, na camada contextual refletimos sobre o contexto sociocultural da época da gramática em foco, analisamos os movimentos de retórica de João Ribeiro em relação à atmosfera intelectual da época, bem como investigamos as influências intelectuais recebidas pelo mencionado autor. Na camada teórica, discutimos sobre os conceitos de gramática imbricados na fonte historiográfica, bem como analisamos a abordagem da variação e da mudança linguística. Na camada técnica, discutimos sobre o itinerário metodológico utilizado pelo gramático. Desse modo, expomos desde a organização textual da GP até o trato normativo idealizado por João Ribeiro para o português do Brasil. Por fim, porém não menos importante, na camada documental mapeamos o exemplário utilizado pelo gramático para alicerçar suas prescrições, proscricções e exceções gramaticais.

A partir desse quadro analítico, que guiou nossa dissertação, criamos essa subseção com o intuito de sintetizarmos e resumirmos tudo que foi discutido até aqui. Para alcançar esse objetivo, criamos quadros síntese, que poderão ser visualizados nas subseções posteriores (5.2.1; 5.2.2; 5.2.3; 5.2.4), para cada uma das camadas. Além disso, discutimos sobre cada um desses quadros, com o intuito de encerrarmos nossas reflexões, interpretações e hipóteses sobre a fonte historiográfica escolhida para o desenvolvimento desta dissertação.

Acreditamos na relevância desse momento do texto como forma de sintetizarmos todo o capítulo de análises, bem como guiar o leitor desse texto acadêmico para uma leitura dinâmica, de modo que todas as informações desenvolvidas na seção anterior sejam encontradas, aqui, de modo resumido.

5.2.1 Camada contextual

Iniciamos nossa síntese pela camada contextual, seguindo o quadro teórico proposto por Swiggers (2004). Desse modo, apresentamos, no quadro 20, conclusões que foram elaboradas a partir dos nossos movimentos analíticos sobre o gramático João Ribeiro e sua representatividade para época, anos finais do século 19 e anos iniciais do século 20. Além disso, apresentamos também as principais influências (ou *backgrounds*) recebidas por João Ribeiro em sua formação como gramático e figura intelectual e expomos os principais movimentos de retórica e argumentação, identificados a partir desta pesquisa, estabelecidos por este autor:

Quadro 20 – Síntese da camada contextual da GP

Camada contextual	
João Ribeiro	Gramático de muitas faces: filólogo, historiador, pintor, professor, tradutor; Autor de copiosa produção intelectual, que, além da GP, idealizou inúmeras publicações: <i>Dicionário gramatical</i> (1889); <i>Estudos filológicos</i> (1902); <i>Compêndio de história da literatura brasileira</i> (1909); <i>A língua nacional</i> (1921), entre outros; Filólogo que ganhou reconhecimento em 1884 e empreendeu cursos de gramática portuguesa destinados à educação infantil.
Retórica/Argumentação	A retórica/argumentação de João Ribeiro resulta do contexto histórico e científico no qual a GP se insere. O gramático, então, estabelece um diálogo de continuidade diante da atmosfera intelectual da época, ao se filiar à corrente de natureza histórico-comparativa.
Influências	As influências de João Ribeiro são alicerçadas em referências teóricas, como a <i>Grammatica descriptiva</i> (1904), de Maximino Maciel, em referências históricas, como a <i>Grammatica da Lingua Portuguesa</i> (1540), de João de Barros, e em referências empíricas, como o <i>livro de Linhagem do Collegio dos Nobres</i>.

Fonte: Elaboração própria (2020).

O quadro 20 apresenta resultados pontuais e sucintos extraídos dos movimentos analíticos da categoria referente à camada contextual (SWIGGERS, 2004), que foi incrementada com outras duas categorias de análise voltadas para discussões contextuais: influência (KOERNER, 2014) e retórica (MURRAY, 1994).

Nesse sentido, nossas análises, no que diz respeito a esta camada do conhecimento linguístico, atestaram que João Ribeiro foi uma figura representativa, no sentido de ser um sujeito multifacetado/múltiplo, tanto no campo prático como no teórico, uma vez que exerceu profissões que o fez pensar (filólogo, historiador) e ensinar (professor e gramático) a língua portuguesa.

Esse gramático de personalidade multifacetada foi regido, portanto, pelas ideias que circulavam na época, anos finais do século 19 e anos iniciais do século 20, uma vez que se filiou a corrente histórico-comparativa, conforme visualizamos no quadro. Desse modo, sua argumentação resulta de um contexto histórico e científico que perdurava em outrora. Por isso, a importância de entender o contexto, pois não teríamos como analisar a imanência dos dados sem pensar na contextualização deles.

Por fim, sinalizamos que o conhecimento gramatical e linguístico não se dá no vácuo, mas ele é resultado de um conjunto de diálogos entre o autor de gramática e outros autores de inúmeros tipos de referências: teóricas, históricas e empíricas, de acordo com o que mapeamos a partir da análise da categoria de influência.

Analisamos, portanto, não apenas a vida e a obra de João Ribeiro, mas também refletimos sobre as origens da construção do seu conhecimento, bem como sobre as ancoragens científicas encontradas na obra em análise.

5.2.2 Camada teórica

Apresentamos, nesta subseção do nosso capítulo de análises, uma síntese da camada teórica da GP, gramática estudada nessa narrativa historiográfica. Essa camada teórica diz respeito, de acordo com Swiggers (2004), às ideias, às suposições e às declarações teóricas sobre língua e linguagem.

Nesse sentido, reproduzimos o quadro 21 intitulado *Síntese da camada teórica da GP*. Nele, sinalizamos os principais resultados extraídos da mencionada gramática. Nesse sentido, expomos os principais tipos de gramática reconhecidos por João Ribeiro e a abordagem idealizada pelo gramático para a variação e a mudança linguística.

Quadro 21 – Síntese da camada teórica da GP

Camada teórica	
Tipos de gramática	João Ribeiro reconhece 5 tipos de gramática: i) gramática geral/universal; ii) gramática particular; iii) gramática histórica; iv) gramática comparativa; v) gramática descritiva/expositiva/prática.
Variação linguística	A GP imprime uma abordagem, quase em sua totalidade, de interdição da variação linguística. Isso aponta para o caráter normativo da fonte historiográfica, que ceifava, em sua época de circulação, alguns usos do português.
Mudança linguística	A GP apresenta uma abordagem de aceitação da mudança linguística. A gramática defende, inclusive, que a mudança linguística acontecia por meio de um viés histórico, ao citar, por exemplo, os arcaísmos e as formas plebeias do português.

Fonte: Elaboração própria (2020).

O quadro apresentado mostra, primeiramente, os cinco tipos de gramática reconhecidos e mencionados por João Ribeiro. Com isso, acreditamos que o gramático citar,

por exemplo, a gramática histórica e a gramática comparativa em seu compêndio é fruto das discussões advindas da corrente histórico-comparativa. Além disso, o autor não apenas cita a gramática descritiva/expositiva/prática como também encaixa seu material dentro dessa orientação, ao reconhecer que sua gramática é prática, ou seja, voltada para o exercício docente. É, por esse motivo, uma gramática escolar.

Ademais, como visto, identificamos uma abordagem de interdição para a variação linguística e uma abordagem de aceitação para a mudança linguística. Acreditamos que esse resultado advém do fato da GP se filiar às orientações teóricas de ordem histórico-comparativo. Consequentemente, João Ribeiro tende a retratar positivamente a mudança linguística e negativamente a variação linguística. Dessa feita, aceita, então, a evidência de que com mudanças históricas ocorrem mudanças linguísticas, contudo não reconhece que a língua pode sofrer variações. É válido ainda mencionar que supomos que o ato da GP interditar o fenômeno da variação linguística se deve a uma necessidade dessa gramática se caracterizar como prescritiva e normativa, para atender, dessa forma, os anseios de uma época, que pregava o uso correto do português, tanto escrito como falado.

A partir dessa discussão, expomos, portanto, de modo sintético, os conceitos de gramática imbricados na GP e a abordagem concedida por João Ribeiro aos temas da variação e da mudança linguística. Na próxima subseção, traçamos uma síntese da camada técnica da GP.

5.2.3 Camada técnica

A camada técnica corresponde ao itinerário metodológico utilizado pelo gramático (cf. SWIGGERS, 2004). Diante disso, essa camada do conhecimento linguístico refere-se ao modo como o gramático realiza suas descrições gramaticais. Para tanto, apresentamos, nesta subseção, uma síntese referente à organização textual da GP, à ordem dos termos da oração para essa fonte, ao trato normativo do português e aos posicionamentos de João Ribeiro diante da variedade brasileira do português. Essas informações encontram-se em seguida no quadro 22:

Quadro 22 – Síntese da camada técnica da GP

Camada técnica	
Organização da GP	A GP se divide em 6 partes: i) avisos; ii) introdução; iii) prolegômenos; iv) vocábulo; v) sintaxe; vi) estudos complementares. Essas três últimas partes citadas (iv, v e vi)

	se dividem em outras partes. Vocábulo se divide em taxinomia e morfologia, sintaxe se divide em sintaxe das palavras e sintaxe das proposições (orações), e estudos complementares se dividem em fonologia, etimologia e semântica.
Termos da oração na GP	Para a GP, a oração possui dois elementos indispensáveis: o sujeito e o predicado. Toda e qualquer oração, para ser oração, apresenta, de modo prototípico, esses dois termos. Essa apresentação pode ser em ordem direta (sujeito + verbo + atributo) ou em ordem inversa.
Trato normativo do português (prescrição, proscrição e exceção)	As prescrições correspondem às imposições, obrigações e ordens determinadas por João Ribeiro. Desse modo, expressões como “é preciso não esquecer”, “só se emprega”, “a regra por onde é mais fácil acertar” e “sempre” são comuns na GP. As proscrições sinalizam as regras proibitivas, ou seja, referem-se aos impedimentos linguísticos impostos por João Ribeiro. Para esse trato normativo da língua, João Ribeiro utiliza expressões como “não se pode” e “nunca”. As exceções, o terceiro trato normativo idealizado para a língua por João Ribeiro, são identificados através das seguintes expressões: “é digno de nota”, “exceptuam-se”, “casos especiais” e “notas”.
Posicionamento da GP diante do português do Brasil	Para a abordagem do português do Brasil, apesar de existir um discurso, na Linguística brasileira, de que João Ribeiro foi defensor da variedade brasileira do português, detectamos que João Ribeiro ceifava inúmeros usos do português do Brasil. Isso era tão comum em sua gramática que ele intitulava os usos do Brasil como “idiotismos linguísticos” ou “brasileirismos”. Sobre essa última expressão, usava, por exemplo, o tópico gramatical de colocação pronominal para defender que a próclise (pronome antes do verbo) era um brasileirismo que deveria ser evitado.

Fonte: Elaboração própria (2020).

A partir dos resultados expostos na tabela, percebemos, então, que João Ribeiro toma a seção de fonologia como uma parte secundária de sua gramática. Em contrapartida, as partes de morfologia e sintaxe recebem uma maior atenção descrita do gramático. Acreditamos que isso se deve ao fato de ser nas seções de morfologia e sintaxe que ocorrem o maior número ou de prescrições ou de descrições linguísticas.

Em relação à ordem dos elementos da oração na GP, identificamos que a organização imposta por João Ribeiro é a mesma que perdura até os dias atuais em outras gramáticas escolares. A ordem direta é prototípica e é a soma de três termos da oração: sujeito, verbo e

atributo. Há a possibilidade da formação de uma oração burlar essa ordem, e caso isso aconteça, a oração, de acordo com João Ribeiro, possui uma ordem inversa.

O trato normativo idealizado por João Ribeiro para o português descrito na GP é composto por três orientações gramaticais: prescrição, proscricção e exceção. As três orientações apontam, conseqüentemente, para um caráter normativo da gramática escolar mencionada, tendo em vista o número de regras, tanto impositivas, como proibitivas, de acordo com os quadros 12, 13 e 14 que foram expostos na subseção 5.1.3, apresentadas pelo gramático.

Em relação aos posicionamentos de João Ribeiro diante do português do Brasil, percebemos que há um sentimento pejorativo presente na GP, tendo em vista que toma essa variedade do português como um simples brasileirismo que deve ser evitado (cf. quadro 16 da seção 5.1.3). Mesmo com a criação de um discurso que colocava a figura de João Ribeiro como defensor de uma língua nacional (cf. CASTILHO, 1980; ORLANDI, 2001 e FIORIN, 2010), detectamos que esse gramático, na verdade, defende o impedimento de alguns usos brasileiros, como é o caso da colocação pronominal do tipo próclise.

Dessa feita, analisar a camada técnica (SWIGGERS, 2004) nos deu espaço para identificar a organização textual da gramática, refletir sobre a ordem dos elementos da oração, sinalizar o trato normativo da língua portuguesa concebida pela gramática e descortinar um discurso advindo da linguística brasileira sobre João Ribeiro nos anos finais do século 19 e anos iniciais do século 20. Portanto, não se trata exclusivamente da abordagem de um quadro teórico advindo da HL, mas também de refletir sobre um objeto gramatical e desestruturar determinados discursos, de acordo com o que vem sendo discutindo nesse texto, que se constroem no curso da história da linguística e da gramática.

5.2.4 Camada documental

A camada documental refere-se à documentação linguística e filológica sobre a qual se baseia a gramática analisada (SWIGGERS, 2004). Em outras palavras, essa camada do conhecimento linguístico corresponde aos exemplos, sejam eles de qualquer natureza, utilizados pela GP, gramática analisada nesta narrativa historiográfica, para fundamentar as descrições e/ou prescrições idealizadas na gramática escolar. Desse modo, sintetizamos, no quadro abaixo, o exemplário identificado a partir de nossa pesquisa:

Quadro 23 - Síntese da camada documental da GP

Exemplário	O exemplário da GP é composto por exemplos criados por João Ribeiro e exemplos extraídos de uma literatura pregressa. A maioria dos exemplos de literatura são encontrados na seção de morfologia e sintaxe. Em relação aos exemplos extraídos da literatura pregressa, podemos afirmar que esses exemplos são em sua grande maioria do século 15 e 16, bem como de origem portuguesa.
------------	--

Fonte: Elaboração própria (2020).

O exemplário identificado na GP nos sinaliza para algumas evidências: i) os exemplos extraídos da literatura se ausentam na seção de fonologia na GP; ii) a língua bem escrita e bem falada localiza-se na literatura pregressa e de origem portuguesa.

Para o primeiro ponto, supomos que o esvaziamento, na seção de fonologia, de exemplos literários ocorre por dois motivos. Primeiramente porque, nesta seção, ocorre o menor número de prescrições e proscições gramaticais, se comparada com as partes de morfologia e sintaxe. Em segundo lugar, devido ao autor, nesta parte da gramática, se deter somente na análise da palavra, sem existir uma necessidade de ir para o período composto da oração. Isso se comprova porque o único exemplo de literatura encontrado na parte de fonologia é restrito também à palavra. Além disso, supomos que os exemplos, na seção de fonologia, tenham sido negligenciados devido ao fato da gramática ficar mais detidamente ao plano da escrita.

Para o segundo ponto, identificamos que quase todos os exemplos de literatura são extraídos da literatura portuguesa. Como dito em outros momentos do texto, criou-se para João Ribeiro uma imagem de que ele era defensor da variedade brasileira do português, porém a análise do exemplário nos mostra que esse discurso ficava somente no plano teórico, uma vez que, na prática, a valorização da escrita portuguesa era o que, de fato, acontecia. Apontamos isso porque de 13 autores mapeados para o exemplário, apenas um é brasileiro: Affonso Henriques de Lima Barreto. Identificamos também a presença de uma nacionalidade diferente do eixo Brasil-Portugal: o indiano Fernão Alvares do Oriente. Excluindo esses dois nomes, todos os outros 11 autores são portugueses.

Além disso, outro ponto que nos chamou atenção refere-se ao fato de que João Ribeiro não utilizava necessariamente exemplos da época de circulação da gramática, anos finais do século 19 e anos iniciais do século 20, mas sim exemplos de séculos pregressos, como dos séculos 15 e 16 representados, respectivamente, pelas figuras de Luís de Camões e João de

Barros. O primeiro autor com um percentual de 53,90% e o segundo autor com um percentual de 12,69%.

Esses números nos dizem que, apesar de João Ribeiro deter a imagem de defensor de um português puramente brasileiro, o gramático, na verdade, ao realizar as descrições em sua gramática, utilizava um aparato de exemplos advindos da literatura pregressa de Portugal. O número de autores de literatura brasileira era mínimo diante da imensidão de exemplos de origem portuguesa.

A camada documental proposta por Swiggers (2004) não nos fez apenas mapear os tipos de exemplos extraídos de uma gramática, mas sobretudo refletir sobre a origem desses exemplos e o que eles nos dizem sobre determinado objeto gramatical e seu autor. A análise que apresentamos aqui, então, não é sobre o número de exemplos que existem em determinado material, mas sobre os tipos de reflexões, interpretações e hipóteses que podemos extrair a partir de um olhar historiográfico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa, em nível de mestrado, se propôs a analisar as ideias sobre variação, mudança linguística e português do Brasil elaboradas pela *Grammatica Portugueza: Curso Superior* (1920 [1887]), de João Ribeiro. Essa proposta geral desencadeou outros objetivos: apontar os posicionamentos do gramático, sejam eles favoráveis ou contrários ao tema da variação e da mudança linguística; identificar os fenômenos fonológicos, morfológicos e sintáticos que o autor utilizava para retratar o tema em questão; analisar os discursos presentes na história da Linguística brasileira sobre o filólogo estudado e sobre sua relação com o português do Brasil; averiguar as argumentações e as retóricas vinculadas à gramática de João Ribeiro em relação à atmosfera intelectual da época; e, por fim, mas não menos importante, identificar as referências teóricas, as quais o gramático em questão utilizou para a produção de sua obra.

Para alcançar esses objetivos, buscamos na Historiografia da Linguística nosso aparato epistemológico, que nos guiou, teórica e metodologicamente, para o desenvolvimento dessa dissertação. Nesse sentido, a disciplina mencionada busca, de acordo com Swiggers (2010), descrever e explicar o curso evolutivo do conhecimento linguístico. Dito isso, objetivamos não apenas descrever as ideias sobre variação, mudança linguística e português do Brasil expressas na GP, mas também refletir e extrair hipóteses e interpretações sobre a fonte historiográfica, pensando, dessa forma, tanto no contexto como na imanência da gramática analisada.

Inicialmente, para o desenvolvimento dessa pesquisa, buscamos um contato inicial com a gramática. Esse contato diz respeito à observação da estrutura da fonte historiográfica e à realização de uma leitura despretensiosa dela. Após isso, elaboramos um mapeamento de inúmeras informações, tais como: passagens que abordam implicitamente a variação e a mudança linguística, menções ao português do Brasil, referências à gramática latina, excertos que apontam para o trato normativo da língua, entre outras. É válido mencionarmos que conseguimos contato com essa gramática a partir do catálogo de gramáticas do “HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas”, grupo de pesquisa ao qual essa dissertação se vincula.

Após o contato com os fundamentos teóricos e com a fonte historiográfica desse trabalho, organizamos a dissertação em cinco capítulos. Os três primeiros foram dedicados à apresentação da introdução, da teoria e do método. Nesses capítulos, expomos as perguntas e objetivos de pesquisa, os fundamentos epistemológicos da HL, bem como o método que

estruturou essa narrativa. Nos dois últimos capítulos, dedicados aos movimentos analíticos, refletimos sobre o contexto que cercava a gramática e sobre a fonte em si. Desse modo, no quarto capítulo, empreendemos uma reflexão sobre os estudos de variação e mudança linguística no Brasil, ensino de língua portuguesa e gramáticas escolares. No quinto capítulo, analisamos a fonte historiográfica, no sentido de debatermos tanto sobre a figura do gramático João Ribeiro, como também de extrairmos reflexões sobre variação, mudança linguística e a variedade brasileira do português.

Esse percurso reafirma o compromisso historiográfico de desenvolver pesquisas que, além de investigarem o caráter imanente das fontes, se detêm também ao contexto que circundava esses materiais. No nosso caso, uma gramática escolar da década de 1920, a GP. Esses movimentos analíticos que aliam contexto e imanência nos abriram espaço para lançarmos um olhar mais amplo sobre a fonte em questão. Diante disso, percebemos que a gramática analisada não é um objeto esvaziado de contextos, referências e discursos. Em outros termos, o estabelecimento desses movimentos híbridos, fincados entre o contexto e a imanência, nos permitiu recorrer, conforme orienta Swiggers (2019), a um aparato terminológico, permitindo uma descrição precisa de conteúdos, agentes e contextos.

As análises contextuais e conteudísticas, então, nos possibilitou traçar resultados de diversas ordens, tanto sobre o autor, como também sobre a fonte, bem como sobre os discursos que perduravam sobre a gramática no seio da Linguística do Brasil. Logo, nossa narrativa historiográfica só surtiu efeito quando aliamos contexto e imanência. Para atestar a relevância desses movimentos analíticos, apresentamos, em seguida, alguns dos principais resultados frutos de nossos estudos.

Em primeiro lugar, enfatizamos a negação ou a interdição de João Ribeiro para com o tema da variação linguística. Identificamos essa interdição do assunto não necessariamente a partir de passagens explícitas do texto gramatical que tratam sobre o assunto, mas a partir de uma abordagem implícita realizada pelo filólogo em destaque nesta narrativa historiográfica. Essa abordagem implícita não ocorre desprovida de motivações contextuais. Acreditamos não existir um tratamento explícito pelo autor sobre o tema porque, desde a época de sua primeira edição publicada (1887) até o ano da publicação da edição que analisamos (1920), ainda não existiam, no Brasil, reflexões formalizadas sobre o tema no âmbito dos estudos filológicos. Como dito no capítulo 4, referente às discussões sobre a atmosfera intelectual da época, apesar de existirem discussões, mesmo que incipientes sobre variação linguística advindas da corrente comparativista, foi só a partir da década de 1960, com o advento do termo

sociolinguística e com o advento das reflexões labovianas, que os estudos sobre o tema tomaram forma e concretude.

Ademais, sinalizamos, ao longo da leitura e das análises, que o gramático, quando não interdita a existência da variabilidade linguística, ele a aceita, porém ainda com ressalvas. Esse fato, conforme desenvolvemos na seção dedicada à análise, se deve à possível necessidade da GP se reafirmar como um material didático de ordem normativa para o contexto escolar da época, anos finais do século 19 e anos iniciais do século 20.

Nessa mesma direção que evidenciamos anteriormente, a abordagem da mudança linguística ocorre de forma implícita. Não há passagens claras de texto que nos evidencie o tratamento para o tema. Contudo, há citações que tratam de forma implícita sobre o fato do português mudar com o passar do tempo. Essas passagens demarcam uma abordagem de aceitação realizada por João Ribeiro para com o tema. Desse modo, o autor aceita, de forma positiva, essa incontornável característica das línguas. Isso se deve ao fato, conforme discutido na camada contextual (cf. subseção 5.1.1), do autor filiar suas reflexões ao método histórico-comparativo, que preza pelas discussões históricas sobre as línguas e defende a existência da mudança linguística.

O trato para esses dois temas – variação e mudança linguística – ocorre, na maioria das passagens de texto identificadas, nos fenômenos sintáticos (cf. subseção 5.1.2). Em outras palavras, se compararmos fenômenos fonológicos, morfológicos e sintáticos utilizados para o tratamento dos dois temas supracitados, percebemos que os fenômenos sintáticos se sobressaem. Acreditamos que isso é consequência de ser na sintaxe onde ocorre o maior número de prescrições e proscricções linguísticas. Além do mais, é também na parte de sintaxe que o autor consegue extrapolar o nível de análise e parte não somente do período simples, como ocorre na fonologia e morfologia, mas também do período composto da oração.

Outro resultado fruto de nossas análises diz respeito aos discursos cristalizados pela Linguística do Brasil sobre João Ribeiro. Percebemos ao longo do desenvolvimento da camada contexto (cf. subseção 5.1.1) que João Ribeiro é tido por alguns autores (cf. CASTILHO, 1980; ORLANDI, 2001 e FIORIN, 2010) como defensor de uma língua nacional e como uma figura de suma importância para a configuração do português do Brasil como uma variedade legítima da língua. Contudo, ao analisarmos aspectos da fonte historiográfica (cf. subseções 5.1.2; 5.1.3; 5.1.4) que escolhemos para o desenvolvimento da análise, identificamos outra caracterização para o gramático. Essa caracterização é constituída pelos seguintes pontos: i) purista e conservador da língua; ii) mantenedor da variedade europeia da língua; iii) crítico pejorativo do português do Brasil, ao apontar suas variantes

como “brasileirismos”. Foi possível fazer o levantamento dessas características ao analisarmos o tratamento da variação e da mudança linguística idealizado pelo autor, o trato normativo do português presente na gramática e o exemplário, principalmente quando mapeamos os exemplos de literatura e percebemos uma predominância da literatura portuguesa em detrimento da brasileira, presente na fonte.

Além disso, a argumentação e retórica de João Ribeiro estabelecem movimentos de diálogo em relação à atmosfera intelectual da época, tendo em vista sua filiação com as orientações de cunho histórico-comparativistas. Além de beber das ideias desse método citado, o autor ainda advoga, em sua própria gramática, sobre a importância dele para o estudo das línguas: “o método histórico-comparativo é essencial à ciência das línguas” (RIBEIRO, 1920, p. 4). Isso ainda nos sinaliza para outra evidência: João Ribeiro não era alheio à ciência, nem a considerava irrelevante para o tratamento da língua, o que, consequentemente, torna a GP uma das mais representativas do período científico.

Outro ponto que destacamos refere-se ao fato de essas fontes historiográficas, no nosso caso, uma gramática escolar publicada no início do século 20, não se reproduzirem no vácuo e sem se alicerçarem teoricamente em outros materiais. Os sujeitos autores constroem seu conhecimento a partir de outras referências. Nesse sentido, identificamos referências teóricas, históricas e empíricas na GP. Como dito na subseção em que nos detemos na análise da camada contextual (SWIGGERS, 2004), as referências teóricas (um exemplo é a *Grammatica Descriptiva*, publicada em 1904 e de autoria de Maximino Maciel) são os textos que serviram, como o próprio nome sinaliza, como base teórica para a produção da GP; as referências históricas (um exemplo é a *Grammatica da Lingua Portuguesa*, publicada em 1540 e de autoria de João de Barros) são utilizadas pelo gramático para representar a importância da história da língua; e as referências empíricas (um exemplo é o *Livro de Linhagem do Collegio dos Nobres*) são usadas para abonar regras ou análises de nível fonológico, morfológico ou sintático.

Diante de todos esses resultados, frutos de uma análise que conciliou conteúdo e contexto, expomos, aqui, a relevância de toda e qualquer narrativa de natureza historiográfica que consiga de algum modo extrair questionamentos, hipóteses, reflexões e interpretações sobre determinada fonte. Essas reflexões não ocorrem somente com a análise da imanência, nem tampouco apenas com a análise de contexto. Elas ocorrem a partir de um conjunto de movimentos analíticos que anseiam mesclar fonte e contexto. Podemos afirmar, por exemplo, que, sem lançar um olhar tanto sobre a fonte como sobre o contexto, não teríamos como descortinar um discurso já cristalizado sobre o gramático João Ribeiro. Na mesma direção,

não conseguiríamos extrair reflexões e hipóteses sobre a abordagem da variação, da mudança linguística e do português do Brasil realizada na GP.

A partir de tudo que foi exposto, acreditamos em outras possibilidades futuras de investigação linguística e historiográfica a partir do que desenvolvemos nesta dissertação. Essas possibilidades referem-se aos estudos historiográficos tanto sobre João Ribeiro como sobre gramáticas escolares. Quanto ao primeiro tipo de estudo, sobre o gramático, supomos que, nessa dissertação, conseguimos descortinar, mesmo que breve e sutilmente, um discurso teórico sobre João Ribeiro. A partir disso, ainda há muito o que se historiografar sobre esse sujeito intelectual, figura múltipla, controversa e conservadora para a gramaticografia do Brasil. Quanto ao segundo tipo de estudo, sobre gramáticas escolares, advogamos que as pesquisas, sejam elas em nível de mestrado ou de doutorado, no Brasil, ainda são poucas. Justificamos essa informação, um tanto quanto complexa, a partir das dificuldades vivenciadas, no nosso processo de pesquisa, para conceituar, por exemplo, o que seria e como se caracterizaria uma gramática escolar.

Diante desse cenário, pesquisas futuras que, porventura, dialoguem com as possibilidades descritas anteriormente serão bem-vindas no âmbito de grupos de pesquisa, como os citados na seção 1.2, que lidem com questões historiográficas e se interessem pela história da gramaticografia brasileira. Além da pesquisa aqui desenvolvida, há vários outros caminhos para se construir conhecimentos sobre as gramáticas escolares brasileiras.

REFERÊNCIAS

Fonte primária:

RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza: Curso Superior*. 19ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco, 1920.

Fontes secundárias:

ALCÂNTARA, Gleide Selma Moreira. *João Ribeiro e a filosofia no Brasil: teoria e prática na produção de sentido sobre a história universal (1892-1932)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2015.

ALÉONG, Stanley. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, Marcos. *Norma Linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 145-174.

ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 2003.

ALTMAN, Cristina. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2019, p. 19-43.

ALTMAN, Cristina. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil. *Revista Argentina de Historiografia Linguística (RAHL)*, v. 1, n.2, 2009, p. 115-136.

ANDRADE, Anderson Monteiro. *Estudo descritivo-analítico do sujeito gramatical no período de 1881-1915 da gramatização brasileira: entre a tradição e a inovação*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

ANGELO, Graziela. A gramática no ensino de Língua Portuguesa: à busca da compreensão. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte/MG, v. 10, n. 4, p. 931-947, 2010.

ANTEZANA, Marta Batista Ordoñez, *A gramatização da língua portuguesa do Brasil: o tratamento da variedade brasileira do português na Grammatica Portugueza (curso superior) de João Ribeiro*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2ª edição revista. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

AUROUX, Sylvian. *A questão da origem das línguas, seguido de A Historicidade das Ciências*. Trad. Mariângela Peccioli Gali Joanilho. Campinas/SP: Editora RG, 2008.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 5ª reimpressão da 3ª edição. São Paulo: Publifolha, 2014 [2008].

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. O jogo dos sete erros teóricos. In: BAGNO, Marcos. *Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 73-116.

BAGNO, Marcos. O que é uma língua? imaginário, ciência e hipóstase. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos. *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 355-388.

BASTOS, Neusa Barbosa. Historiografia linguística: princípios e procedimentos. In: MARQUESI, Sueli; ANDRADE, Carlos Augusto Baptista de. *Abordagens da Linguística: caminhos para pesquisa*. São Paulo: Terracota, 2008, p. 69-84.

BASTOS, Neusa Barbosa. *História da linguística: o que é?* Canal da ABRALIN no YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x0MtWPkSjQ&t=5166s>. Acesso em 02 de junho de 2020.

BATISTA, Manuela Ayres. As concepções de variação e mudança linguística em Quintiliano. *Língua, literatura e ensino*, Campinas/SP, v. 4, p. 68-80, 2009.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. A gramática histórica no Brasil da década de 1930: uma análise em torno da influência. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 13, n. 2, 2011, p. 369-383.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. A historiografia da Linguística e a retóricas dos linguistas: a força das palavras e seu valor histórico. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v.18, n. 2, p. 301-317, 2016.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. As tarefas da linguística brasileira: ciência, história e identidade social. *Revista da Abralín*, Campinas, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 01-35, 2019.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Introdução à historiografia linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Retórica de ruptura e descontinuidade nas ciências da linguagem: estudo pela historiografia linguística. *Revista Confluência*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 119-141, 2015.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira; SILVA, Érico Augusto Caetano da. Halliday e sua retórica: posicionamentos teóricos na linguística moderna. *Revista Confluência*, Rio de Janeiro, n. 56, p. 133-154, 2019.

BECHARA, Evanildo. A linguística, a gramática escolar e o ensino de Língua Portuguesa. *Revista Idioma*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 37-41, 1998.

BORGES NETO, José. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura? *Todas as Letras*, São Paulo, v. 14, v. 1, p. 87-98, 2012.

BORGES NETO, José. *História da gramática*. Curitiba/PR, 2018 (no prelo).

BRAGADIN, Cheila Aparecida. *As ideias gramaticais de João Ribeiro na Grammatica Portuguesa (3º ano)*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CASTILHO, Ataliba de. A constituição da norma pedagógica portuguesa. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo/SP, v. 22, p. 9-18, 1980.

CASTRO, Rui Vieira de. *Para a análise do discurso pedagógico: constituição e transmissão da gramática escolar*. Braga: Universidade do Minho, 1995.

CAVALIERE, Ricardo. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. *Revista ALFA*, Rio de Janeiro, v. 45, p. 49-69, 2001.

CAVALIERE, Ricardo. O tema da influência em Historiografia da Linguística. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira; BASTOS, Neusa Barbosa. *Questões em Historiografia da Linguística: homenagem a Cristina Altman*. São Paulo: Pá de Palavra, 2020, p. 133-148.

COELHO, Olga; HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva. Historiografia Linguística. In: GONÇALVES, Adail Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Souza (orgs.). *Ciências da linguagem: o fazer científico?* Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012, p. 381-407.

CORBEIL, Jean-Claude. Elementos de uma teoria da regulação linguística. In: BAGNO, Marcos. *Norma Linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 175-202.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Revista Educação*, Porto Alegre/RS, v. 32, n. 2, p. 185-191, 2009.

FARACO, Carlos Alberto. Afinando conceitos. In: FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 33-107.

FARACO, Carlos Alberto. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos. *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 259-276.

FIORIN, José Luiz. Língua Portuguesa, identidade nacional e lusofonia. *Revista Confluência*, Rio de Janeiro, v. 33/34, p. 53-67, 2010.

GALLY, Christianne. O filólogo João Ribeiro: um germânico no Brasil. In: RODRIGUES, Rogério Rosa. *Nos desvãos da história: João Ribeiro*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015, p. 113-136.

GONÇALVES, Maria Filomena. Gramáticas do português na transição do século XIX para o século XX: a gramática científica. In: *XVI Congresso Internacional ALFAL*. Alcalá de Henares: Servicio de publicaciones, p. 2571-2580, 2011.

GROSS, Alan. *The Rhetoric of Science*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1990.

GUEIROS, Leonardo. *Da emergência à consolidação da tradição sociodiscursiva na pesquisa linguística brasileira e suas implicações para a reflexão sobre ensino de Língua Portuguesa (1979-1999)*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. *Apresentação: Maximino e um pouco de história*. 1996. Domínio público. Acesso em 24 de abril de 2020 <https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_03.html#apresenta>.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. A sétima idade de Fernão Lopes: novo tempo para os príncipes de Avis? In: *Seminário Facetas do Império na história*, Curitiba/PR, 2006.

KOERNER, Konrad. 1995. Historiography of linguistics. In: KOERNER, Konrad; ASHER, Ronaldo. *Concise history of the language sciences – from the summerians to the cognitivists*. Pergamon, Cambridge University Press, Cambridge, UK. 1995, p. 7-15.

KOERNER, Konrad. O problema da ‘influência’ na historiografia linguística. In: KOERNER, Konrad. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014, p. 91-101.

KOERNER, Konrad. O problema da metalinguagem em historiografia da linguística. In: KOERNER, Konrad. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014, p. 75-90.

LABOV, William. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, Winfred, MALKIEL, Yakov. *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982, p. 17-92.

MAGALHÃES, Justino. O manual escolar como fonte historiográfica. In: COSTA, Jorge Vale. *Manuais escolares da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 2008, s/p.

MARINHO, José Eric da Paixão. *Considerações sobre a sintaxe do português do Brasil em gramáticas do período científico (1880-1920)*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. Variação, mudança e norma. In: BAGNO, Marcos. *Norma Linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 291-316.

MORAES, Jorge Viana de. As gramáticas latinas como corpora para os estudos da variação e mudança linguística na obra de Serafim da Silva Neto. *Revista da ABRALIN*, Curitiba/PR, v. 16, n.3, p. 343-397, 2017.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. Classificação da pesquisa. In: MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, p. 69-94.

MURRAY, Stephen. *Teory Groups and the Study of Language in North America: a Social History*. Amsterdã: John Benjamins, 1994.

OLIVEIRA E PAIVA, Vera Lúcia Menezes de. *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. São Paulo: Parábola editorial, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

POLACHINI, Bruna Soares. *Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa*. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

POLL, Margarete von Muhlen. A normatização linguística e o reconhecimento da variação linguística. *Revista Odisseia*, Natal/RN, n. 7, s/p, 2011.

POLL, Margarete von Muhlen. *Ensino de Língua Portuguesa: relações entre o saber científico e a prática social da linguagem*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

PRADO, Eliane Mimesse. O ensino de Língua Portuguesa nas escolas primárias paulistanas no início do século XX. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 315-335, 2015.

RAMOS, Alessandra. Arranjos possíveis de uma vida privada: João Ribeiro e os desafios de compor sua trajetória pessoa. In: RODRIGUES, Rogério Rosa. *Nos desvãos da história: João Ribeiro*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015, p. 19-40.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. História da Disciplina Português na Escola Secundária Brasileira. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, Aracaju, v.3, n.4, p. 43-58, 2010.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. *O espelho da nação: a Antologia nacional e o ensino de português e literatura (1838-1971)*. Tese (Doutorado em Teoria Literária), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas/SP, 2000.

RIBEIRO, João. *A língua nacional: notas aproveitáveis*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Traços biográficos de João Ribeiro ou as muitas faces de João Ribeiro viva a São João. *Revista História*, São Paulo/SP, v. 332, p. 377-400, 2013.

SALOMÃO, Ana Cristina Biondo. Variação e mudança linguística: panorama e perspectivas da sociolinguística variacionista no Brasil. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v.8, n.2, p. 187-202, 2011.

SCHMITZ, John Robert. Gramática escolar linguística e a renovação do ensino de português. *Revista Alfa*, São Paulo/SP, v. 34, p. 195-214, 1990.

SILVA, Anderson Rany Cardoso da Silva. *Colocação pronominal em gramáticas contemporâneas do português*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras/Português). Universidade Estadual da Paraíba, 2018.

SILVA, Anderson Rany Cardoso da Silva. Gramatização, teorias linguísticas e ensino: análise de uma gramática escolar do português. In: *II Congresso Internacional de Linguística e Filologia e XX Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro/RJ: CIEFIL, p. 452-480, 2016.

SILVA, António Carvalho da. *Configurações do ensino de gramática em manuais escolares de português: funções, organização, conteúdos, pedagogias*. Tese (Doutorado em Educação). Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2006.

SILVA, Carlos Manique da. O tema dos “modos de ensino” nos manuais pedagógicos em Portugal e no Brasil (segunda metade do século XIX – anos de 1920). *RBHE: Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v.13, n. 3 (33), p. 235-256, 2013.

SILVA, Maurício. Entre o uso e a norma: uma introdução à gramaticografia da Língua Portuguesa no Brasil da passagem do século (1880-1920). *Revista Intersecções*, Rio de Janeiro/RJ, ano 4, n. 1, p. 238-247, 2011.

SILVA, Maurício Pedro da. Fundamentos do discurso gramatical brasileiro: a Grammatica Portuguesa (1887) de João Ribeiro. In: Bastos, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Versaro. *História entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de Língua Portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p. 41-60.

SILVA, Roberto Candido da. *O polígrafo interessado: João Ribeiro e a construção da brasilidade*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Wellington Santos da. *Linguística Histórica no Brasil (1950-1990): estudo historiográfico das continuidades e discontinuidades no tratamento da variação e da mudança linguística do português do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SWIGGERS, P. A dinâmica na (/da) história da linguística: posições e deslocamentos de “camadas”. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 1-9, 2020.

SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Revista Confluência*, Rio de Janeiro, p. 39-59, 2013.

SWIGGERS, Pierre. História, Historiografia da Linguística: *status*, modelos e classificações. *Revista Eutomia*, Recife, v. 1, n. 6, p. 1-17, 2010.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2019, p. 45-80.

SWIGGERS, Pierre. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la Linguística. In: ZZUMBADO, Cristóbal. *et al* (Eds.). *Nuevas aportaciones a la Historiografía Lingüística*. Congreso Internacional de Lasehl. Madrid: Arco Libros, 2004, p. 113-146.

VIDAL NETO, José Bento. *A formação do pensamento linguístico brasileiro: entre a gramática e novas possibilidades de tratamento da língua (1900-1940)*. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

VIEIRA, Francisco Eduardo. *Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização*. Tese (Doutorado em Letras). Departamento de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

VIEIRA, Francisco Eduardo. Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas? In: FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo. *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 19-71.

VIEIRA, Francisco Eduardo. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

VIEIRA, Francisco Eduardo. Tradição gramatical: história, epistemologia e ensino. In: VIEIRA, Francisco Eduardo; BAGNO, Marcos. *História das línguas, histórias da linguística: homenagem a Carlos Alberto Faraco*. São Paulo: Parábola Editorial, 2020, p. 85-124.